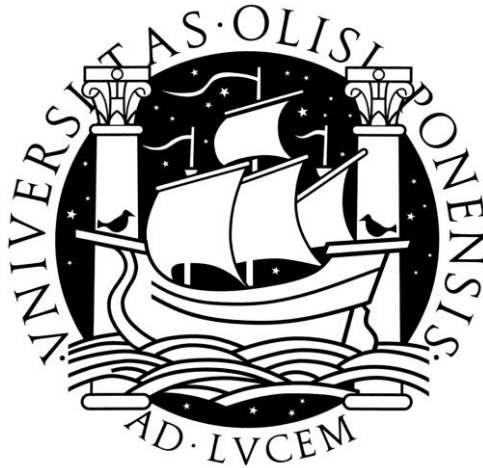


Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Planeamento Estratégico Inclusivo

O Caso do Olival Basto, Odivelas

Gonçalo Filipe Fonseca Caetano

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo

2012

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Câmara Municipal de Odivelas



Relatório de Estágio

Planeamento Estratégico Inclusivo

O Caso do Olival Basto, Odivelas

Gonçalo Filipe Fonseca Caetano

Estágio realizado no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão do Território e Urbanismo

Orientadora académica: Prof. Doutora Margarida Queirós

Orientadora profissional: Mestre Eduarda Barros

2012

Agradecimentos

Aos meus pais e irmão pelo apoio e confiança que depositaram em mim ao longo das etapas ultrapassadas até aqui.

À Patrícia, pela dedicação incansável.

À minha orientadora, Prof. Doutora Margarida Queirós, grande responsável pela minha conclusão deste ciclo de estudos, pelos incentivos e energia contagiante, pelo rigor, revisões, confiança e exigência destes últimos anos.

À minha orientadora, Mestre Eduarda Barros, pela cordialidade e amabilidade com que me recebeu durante o período de estágio e pelos sensatos conselhos e orientações que se mantêm até hoje.

Ao MOPT - Modelação, Ordenamento e Planeamento Territorial, núcleo de investigação do CEG, pela contribuição decisiva na minha evolução enquanto estudante e pelos importantes momentos de aprendizagem e envolvimento com o meio científico.

Aos meus amigos e amigas que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso deste trabalho.

Resumo

A complexidade e diversidade social encontram no território o lugar onde expressam as suas expectativas de acordo com as suas necessidades. Isto atribui um papel de grande relevância às características que definem o espaço público. Tal resulta de um ganho de importância do sector social, que veio trazer novas responsabilidades a todos aqueles que se dedicam ao estudo das políticas de ordenamento territorial.

A questão coloca-se na ausência de neutralidade do espaço público que, sendo modelado de acordo com os princípios e valores dos grupos sociais dominantes, se constitui como um factor de exclusão e promoção da desigualdade.

Desta forma, é necessário repensar a lógica de gestão territorial, procurando novas formas de enquadrar a diversidade nas linhas orientadoras do processo planeamento. Um factor determinante neste processo é a governança, ou seja, as estruturas de participação e consulta à população e actores locais, os principais conhecedores e afectados pelas mudanças no espaço público, que devem ser tidos como parte activa e integrada em todo o processo.

Com base nesta perspectiva, este trabalho propõe uma abordagem de planeamento que visa atenuar as desigualdades através da inclusão e equidade, sendo apelidado de planeamento estratégico inclusivo.

Para tal, desenvolveu-se um estudo de caso com base na freguesia do Olival Basto, no concelho de Odivelas, através da observação *in loco*, entrevistas aos actores locais e contactos com os residentes população. Isto permitiu compreender as principais dificuldades sentidas na utilização e apropriação do espaço público e desenvolver uma interpretação que resultou num quadro de análise SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities and threats*).

Esta pesquisa teve como resultado a proposta de um conjunto de medidas desenvolvidas segundo os princípios do planeamento estratégico inclusivo, que visa promover uma concepção e utilização sustentada e equilibrada do espaço público por todos e para todos, fomentando a equidade.

Palavras-Chave: Planeamento estratégico inclusivo, diversidade, equidade, género, Olival Basto,

Abstract

Territory is the place where complexity and social diversity express their expectations according to their needs. This gives a role of main importance to the characteristics that define public space. This is the result of the increasing importance given to the social sphere, which brings new responsibilities to everyone who dedicates to the study of territorial politics.

This stresses the absence of neutrality of public space, which is modulated by the principles and values of the dominant social groups, what constitutes a factor of exclusion and promotion of inequality.

So being, it's necessary to rethink the logics of spatial planning, searching for new ways to fit diversity on the guidelines of the planning process. One major factor in this process is governance, the participatory and consulting structures to population and local actors, cognizant and affected by the changes in public space, who must be considered as an active and integrated part in the whole process.

Based on this perspective, this work suggests an approach to spatial planning that aims to reduce inequality promoting the principles of inclusion and equity, the so called inclusive strategic spatial planning.

For such, it was developed a case study based on town of Olival Basto, county of Odivelas, using non participative observation, interviews to local actors and informal contact with the residents. This allowed understanding the main difficulties felt on the use and appropriation of public space. Such development facilitated an interpretation which resulted in a SWOT (strenghts, weaknesses, opportunities and threats) analysis.

This research resulted in a proposition of a set of measures developed according to the principles of inclusive strategic spatial planning. The main objective is to create and promote a balanced and sustainable use of public space for all and by all, promoting equality.

Keywords: Inclusive strategic spatial planning, diversity, equity, gender, Olival Basto

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Teórico.....	13
1.1 Instrumentos de gestão territorial, espaço público e equidade	13
1.2 O planeamento estratégico e inclusivo	23
2. Metodologia	29
2.1 A opção pelas metodologias qualitativas	29
2.2 O estágio na Câmara Municipal de Odivelas e o impacto na definição da metodologia ..	37
3. Olival Basto: Contexto	39
3.1 Enquadramento Demográfico.....	41
3.2 Contexto Social e Económico	42
3.3 O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e as infra-estruturas sociais	43
3.4 O envelhecimento da comunidade do Olival Basto	46
3.5 Os desafios na comunidade do Olival Basto	47
3.6 “Olival Basto Ocidental” e “Olival Basto Oriental”	52
4. Olival Basto: Centralidade própria e identidade territorial positiva	57
4.1 Uma centralidade própria.....	57
4.2 A identidade territorial positiva	59
4.3 A utilização do espaço público	60
4.4 O trânsito e estacionamento	62
4.5 O ordenamento espacial	64
4.6 O Centro de Dia.....	65
5. Olival Basto: Problemáticas	69
5.1 O efeito ilha e a rede de transportes públicos.....	69
5.2 A inexistência de equipamentos de saúde e serviços públicos	72
5.3 O padrão de mobilidade de mulheres e homens.....	74
5.4 O edificado envelhecido e a ausência de elevador	81
5.5 A impossibilidade de construção ou expansão urbana	83
6. Olival Basto: O posicionamento estratégico e um apelo à mudança.....	85
6.1 O PDM e a sua revisão	85
6.2 Posicionamento na Área Metropolitana de Lisboa	86
6.3 O centro cultural da Malaposta	87
6.4 Património identitário: As vilas.....	89
6.5 Empreendimentos imobiliários.....	91

6.6 Diversidade territorial	93
7. Olival Basto: Envelhecido e em perda populacional	95
7.1 Posição no concelho de Odivelas	95
7.2 Envelhecimento e perda populacional	96
7.3 Desinteresse da comunidade no “rumo” da freguesia.....	97
7.4 Dificuldade de financiamento e o papel da mulher no Centro de Dia	98
7.5 Coesão Territorial.....	100
8. Olival Basto: Uma análise SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.....	101
8.1 Síntese da análise	103
9. Uma proposta para o Olival Basto	105
9.1 Inverter a tendência demográfica.....	107
9.2 Valorizar os recursos humanos e sociais locais.....	108
9.3 Promover a mobilidade numa envolvente física confortável	112
9.4 Síntese da proposta	116
Conclusões.....	119
Referências Bibliográficas	125
Anexos.....	133

Índice de figuras

Figura 1 - Esquema metodológico para o trabalho de campo	31
Figura 2 - Freguesia do Olival Basto.....	40
Figura 3 - Pirâmide etária da freguesia do Olival Basto	42
Figura 4 - Delimitação da área de estudo	54
Figura 5 - O quotidiano com base no local (Rua da Ilha da Madeira, Olival Basto).....	58
Figura 6 - Exemplo de identidade territorial (Rua de Angola, Olival Basto).....	59
Figura 7 - Ocupação do espaço público (Rua Dio, Olival Basto)	61
Figura 8 - Um dos jardins infantis da freguesia (Rua de Cabo Verde, Olival Basto)	62
Figura 9 - Trânsito pouco intenso e estacionamento ordenado (Rua São Tomé e Príncipe, Olival Basto)	63
Figura 10 - O único caso de estacionamento problemático na área de estudo (Praceta da Goa, Olival Basto).....	63
Figura 11 - Espaço multifuncional de lazer e permanência (Rua Dio, Olival Basto)	65
Figura 12 - Centro de Dia do Olival Basto (Rua de Cabo Verde, Olival Basto).....	66
Figura 13 - Olival Basto e a envolvente	69
Figura 14 - Excerto da carta da rede de transportes colectivos de Odivelas, 2011.....	71
Figura 15 - Espaço reservado para a construção do Centro de Saúde (Rua Presidente Samora Machel, Olival Basto)	73
Figura 16 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante por sexo segundo o local de trabalho ou estudo (%), 2001	75
Figura 17 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante por sexo segundo o principal meio de transporte utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo, 2001 (%)	76
Figura 18 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante noutra concelho por sexo segundo o principal meio de transporte utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo, 2001 (%).....	77
Figura 19 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante por sexo segundo o tempo utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo, 2001 (%)	78
Figura 20 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante noutra concelho por sexo segundo o tempo utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo, 2001 (%)	80
Figura 21 - Edificado envelhecido (Rua da Ilha da Madeira, Olival Basto).....	81
Figura 22 - Edificado típico do Olival Basto (Rua de Timor, Olival Basto)	83
Figura 23 - Centro Cultural da Malaposta	88
Figura 24 - Vila recuperada e usada para fins residenciais (Rua de Moçambique, Olival Basto)	90
Figura 25 - Empreendimento imobiliário recente (Largo José Afonso, Olival Basto)	91
Figura 26 - Empreendimento imobiliário não concluído (Rua de Macau, Olival Basto)	92
Figura 27 - Diversidade de territórios na freguesia (perspectiva a partir da Rua da Ilha da Madeira, Olival Basto).....	93
Figura 28 - Análise SWOT	102

Índice de Quadros

Quadro 1 - Edifícios por piso e existência de elevador	82
Quadro 2 - População da freguesia por género e escalão etário nos anos de 2001 e 2011	97
Quadro 3 - Análise SWOT para a Vila do Olival Basto	104
Quadro 4 - Síntese das medidas	117

Introdução

Entre a sociedade e o território existe uma relação de elevada complexidade. É no território que as tendências e dinâmicas sociais se manifestam, deixando claro os princípios, valores e interesses que estão na base das políticas sectoriais e territoriais. O território está em permanente evolução o que significa que, de igual forma, os lugares se encontram também em mutação, acompanhando a realidade económica e social em que estão enquadrados. Assim, a dinâmica das necessidades económicas e sociais atribui um papel de relevo à geografia e às ciências que procuram compreender as articulações entre a sociedade e o território.

O espaço público, enquanto espaço de socialização por excelência, exerce um papel fundamental nas práticas diárias da sociedade que importa compreender face à relevância que tem na satisfação das necessidades da população.

O carácter volátil destas mudanças faz com que os lugares tenham de ser enquadrados por um conjunto de princípios e valores que devem salvaguardar a sua utilização por parte da população que dele se apropria. Significa isto que o espaço público deve adequar-se para responder às necessidades e expectativas da população que nele reside, trabalha e habita, devendo estar sempre presente nesta equação, a lógica da equidade.

As dinâmicas económicas e financeiras globais têm uma expressão cada vez mais significativa ao nível local, fruto do processo de globalização (Hall, 1995). Este fenómeno tem impactos nas questões inerentes ao espaço público, com diversas repercussões na noção dos lugares e na sua inter-relação (Massey, 1991; 1994).

Face a isto, ocorre, frequentemente, a “normalização” dos lugares, o que condiciona as relações de vizinhança e os contactos pessoais, cada vez mais reduzidos, resultando num progressivo isolamento dos indivíduos. Esta questão alia-se à facilidade em contactar e obter informação através das redes sociais e de comunicação, expoente máximo da sociedade da informação, deixando o espaço

público, no seu sentido tradicional, de ser utilizado, diluindo-se assim o seu papel social.

É frequente encontrar lugares desequilibrados geradores de discriminação do ponto de vista da sua utilização e apropriação. O resultado é um espaço descontextualizado e muitas vezes abandonado pela população, que não se revê nas suas características e particularidades. Quando não existe um potencial de satisfação do meio relativamente às necessidades e expectativas da população, o resultado é, inevitavelmente, a insatisfação dos residentes para com a envolvente onde desenvolvem as suas actividades, com as diversas consequências que daí advêm.

Em termos teóricos, a referência ao “espaço”, quando não conjugado com outro conceito, adquire uma conotação bastante abstracta. Assim, para transmitir a ideia de “especialização” de determinado aspecto a sua utilização deve estar associada a outro termo, como por exemplo “espaço público” (Mazur e Urbanek, 1983). Esta ideia de espaço público está frequentemente associada à noção de espaço relacional, ou seja, o lugar onde se estabelecem e desenvolvem as relações entre as pessoas que o frequentam. Assim, este conceito não se limita ao processo de domínio do espaço ou ao seu carácter abstracto, o que permite diferenciar o espaço relacional, associado ao território simbólico e identitário, do espaço absoluto, que se refere, principalmente, à dimensão funcional do território (Haesbaert, 2004).

Assim, quando se fala de lugar remete-se para um espaço socialmente construído a partir dos diversos processos que o influenciam, podendo ser limitado para efeitos de estudo, mas sem uma fronteira ou limitação espacial clara, encontrando-se em permanente evolução, tal como os factores que o modelam (Massey, 1994).

Assim, a concepção e desenho do espaço público não podem mais ser feitas de forma alheia às ideias e necessidades da sociedade, ou seja, do conjunto humano que se gere e orienta por um grupo de regras comum a todos, estando os seus membros organizados por relações sociais estruturadas (Gregory, 2000), e que nele desenvolve as suas actividades de vida diária, estabelecendo uma identidade territorial com base na apropriação do espaço (Haesbaert, 1997).

É perante este cenário que urge repensar as políticas e os processos de planeamento, gestão territorial e urbana. É necessário compreender as singularidades da moldura humana que reside e utiliza o território para que se obtenha um espaço efectivamente inclusivo e apelativo para a população. Só assim se conseguirá recuperar a matriz da política territorial, ou seja, a procura de uma relação rica e de constante interacção entre a sociedade e o território. O mesmo será dizer, a salvaguarda do direito à cidade de Lefebvre, (1968).

Porém, no actual contexto de globalização, o desafio está em alcançar esta exigência de uma transformação e acesso renovado à vida urbana (Lefebvre, 1968). Uma possibilidade de resposta residirá em dois aspectos essenciais, o tipo de planeamento na produção e gestão do espaço público e o papel da governança enquanto forma de participação no processo de decisão.

Assim, é necessário repensar a condição teórica e estruturante dos instrumentos de gestão territorial (IGT). Tal deve-se ao facto de a produção do território gerar desigualdades, o que, conseqüentemente, exige uma abordagem que ultrapasse o carácter normativo e homogeneizador dos processos tradicionais de planeamento. É necessário introduzir nas equações orientadoras dos vários programas e planos territoriais novas variáveis, como o género ou a idade.

Porém, a especificidade e variedade que factores deste tipo acarretam fazem com que só sejam possíveis de enquadrar e observar ao nível da escala local. O mesmo será dizer que um cenário que aborda um nível de especificidade tão detalhado e particular não é compatível com uma escala de análise muito abrangente, já que se correria o risco de diluir as diferenças que se verificam dentro da área em estudo, devido à sua singularidade, normalmente imperceptíveis a este nível de análise. De igual forma, pequenas escalas não estão compatibilizadas com abordagens que recorram a um nível de detalhe significativo, obrigando a uma precaução acrescida no momento da escolha da abordagem e da escala a utilizar.

Assim, a escala local será a dimensão adequada para conhecer e compreender os desafios que a diversidade populacional apresenta para a política territorial. O conceito de diversidade, desencadeado por factores à escala local, pelo papel que

ocupa na análise dessas dinâmicas, faz com que o planeamento adquira um carácter estratégico, capaz de se adequar às exigências inerentes à singularidade de cada espaço. Ou seja, procura-se alcançar uma noção de equidade, integrando as diferenças sociais na concepção e produção do espaço público.

Se a esta componente do planeamento estratégico for acrescentada uma dimensão inclusiva que procure, de alguma forma, chamar à lógica do planeamento questões relacionadas com o género, a idade e outros factores, estarão a ser reunidas as condições necessárias para uma abordagem integrada das situações eminentemente territoriais que resultam no desfavorecimento de uma parte da população por alguma característica humana ou social.

Como mais à frente se verá, mulheres e homens, ao longo do seu ciclo de vida, têm necessidades e expectativas naturalmente diferentes na utilização e aproveitamento do espaço público. Desta forma, o processo de planeamento terá necessariamente de se apresentar sensível a estas questões, sob pena de, caso não o faça, produzir um espaço público desligado da realidade da população que serve e penalizador para parte dela. Isto torna-se importante para que os planeadores não percam a noção dos papéis de género (Greed e Reeves, 2005) e de outros factores determinantes na utilização e apropriação do espaço público (Queirós et al, 2010).

Porém, desenvolver uma estratégia de planeamento inclusivo não será suficientemente abrangente, caso a população não seja um participante activo nesse processo. Nesta perspectiva, a governança e a participação nos processos de gestão territorial são essenciais, por motivos de equidade, entre outros, como a eficiência e a sustentabilidade. E neste contexto, *a participação e apoio cívico são uma boa forma de assegurar quer a equidade quer a legitimidade política*, especialmente se for tida em conta uma *abordagem sensível ao género* (Beall, 1996: 1).

No contexto actual, o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção, ainda que de carácter estratégico e inclusivo, longe do conhecimento da população e sem qualquer intervenção ou consulta por parte desta está, precocemente, condenada ao insucesso. Tal deve-se à necessidade de envolvimento com o espaço e com as intervenções territoriais, que, caso se realizem sem uma articulação efectiva e

produtiva com a população, correm o risco de não reflectir as necessidades e expectativas desta. Neste caso, a intervenção seria desarticulada e desconectada da realidade. Não traduziria as necessidades específicas da população local, nem as suas dinâmicas particulares relacionadas com o papel desempenhado na vida familiar e profissional.

Qualquer intervenção deve encarar a população e todos os actores locais como parceiros activos nesse processo, gerando o consenso entre os agentes sociais (Alfama et al, 2007). Tal facto permitirá uma maior eficiência e aumentará a possibilidade de sucesso, já que, o envolvimento da população garante, desde logo, uma maior aceitação e compreensão dessa intervenção.

Para além de motivos de ordem operacional e técnica, a consulta à população e a todos os agentes e actores locais, dará uma perspectiva clara sobre o espaço onde se irá intervir, algo que de outra forma seria impossível de alcançar. Isto verifica-se, principalmente, se for tido em conta o contexto onde a diversidade e particularidades da população são considerados e enquadrados nos quadros de análise.

Apesar de ser possível obter dados estatísticos referentes a algumas questões da diversidade e exclusão social, nunca seria alcançada uma compreensão das dinâmicas geradoras dessas situações sem a consulta às instituições e organizações locais, já que são elas que lidam num registo diário com os problemas existentes num determinado território. Para além disso, podem ter já desenvolvido um quadro de acção, fruto desse conhecimento aprofundado da realidade local, que pode vir a ser aproveitado pelos planeadores e entidades envolvidas no processo de planeamento, incrementando a capacidade de resposta das instituições e atenuando situações de potencial exclusão. São estes novos actores que, perante a crise das instituições públicas, ganham uma nova dimensão e poder social (Gallach, 2008).

A conjugação de um planeamento inclusivo, assente nas variáveis de género ou idade, representam uma possibilidade de abordagem que salvaguarda as premissas essenciais para que se possa chegar a um espaço público devidamente aproveitado por mulheres e homens, crianças e idosos, e onde as suas necessidades e expectativas

possam ser satisfeitas sem procurar uma abordagem homogeneizadora que desconsidere as especificidades de cada membro da sociedade.

As possibilidades de abordar o território, tendo em conta a diversidade social, são, como se verá, bastante diversificadas, variando na sua génese e estrutura. Sendo, porém, possíveis três formas ou possibilidades de encarar o território (Queirós et al, 2010).

Num contexto analítico e quantificável, o território é entendido como um espaço ocupado ou desocupado, como resultado de um determinado conjunto de relações e factos sociais, que resultam em situações de segregação ou integração social. Porém, esta leitura simplificada é manifestamente limitada e pouco explícita, podendo ser aprofundada por uma abordagem mais integradora das dinâmicas sociais.

Assim, é também possível perceber o território como resultado de uma constante negociação com reflexos no seu padrão espacial e relações sociais, modelado por processos que determinam categorias sociais definidas pelo conjunto de actores e intervenções locais. Esta abordagem, apesar de mais integradora, não abarca a relação que a população estabelece com a sua envolvente, o que a torna algo débil quando o que se pretende é conhecer o tipo de aproveitamento que se faz do espaço público, procurando entender quais as suas lacunas e qualidades.

Assim, é-nos remetida uma terceira possibilidade que conduz ao aspecto identitário e representativo do território. Neste caso, estamos perante os lugares percebidos e modelados pela comunidade que, em função das suas características, o usa de determinada forma, com os respectivos impactos no seu quotidiano e actividades de vida diária. É bastante frequente encontrar esta abordagem nos territórios marginalizados, que, pela sua desadequação ou desarticulação, estabelecem com os seus frequentadores uma identidade híbrida (Bhabba, 1994), cujo processo de origem não está relacionado com as divisões simples, como por exemplo, homem ou mulher, idoso ou jovem, ou lazer ou trabalho (Soja, 1996). Tal resultará num processo de identidade mutável e mais abrangente, já que, como resultado de uma abordagem multidimensional, se terá uma perspectiva mais alargada e complexa da realidade emanada por determinado território.

Esta última perspectiva de abordagem é a mais completa e a que permite obter uma leitura integrada acerca do espaço público e da relação que com aquele as pessoas estabelecem. Desta forma é possível identificar não só as limitações e atritos experimentados pela população, mas também as qualidades do espaço público, que podem assim ser ampliadas e redimensionadas na lógica de um território mais equilibrado e inclusivo. Assim, é pertinente desenvolver o contexto da análise relativamente às variáveis a abordar, bem como dar a conhecer algumas das suas tendências e as diferenças existentes entre elas.

A noção de equidade deve a sua existência às expectativas de utilização do espaço público diferenciadas de acordo com as perspectivas de cada grupo social nas suas categorias (género ou idade, por exemplo). Tal faz com que a dificuldade que se coloca ao planeador seja aumentada quanto maior for a diversidade da população que ocupa determinado território. Como facilmente se compreende, diferentes condições sociais ou biológicas resultam em distintas leituras, abordagens e necessidades (Grundström, 2005). De igual forma, as noções de igualdade e equidade ficam também mais complexas, mas também mais enriquecidas.

A noção de equidade só poderá ser entendida se, previamente, forem conhecidas as diferenças, aspirações e papéis assumidos em sociedade que se estabelecem entre, por exemplo, mulheres e homens (Greed, 2003; RTPI, 2003). Esta dicotomia clássica revela-se de importância crítica. Para além de estar consagrada em diversas directivas comunitárias, é também um ponto de partida para uma análise que extravasa a simples atenuação das diferenças tradicionais entre mulheres e homens, já que o género é transversal a todas as outras diferenças sociais, como a idade, origem, deficiência ou orientação sexual (RTPI, 2003; Greed, 2003).

Desta forma, fica claro porque motivo o género deve ser um factor absolutamente incontornável em todos os aspectos de decisão e intervenção espacial, já que é um ponto de partida credível para uma análise de toda e qualquer outra característica social ou biológica. Introduzido o género como um factor primordial da análise do trabalho que se desenvolverá, é justo antecipar que existem diferenças nos tipos de utilização e apropriação do espaço público por parte de mulheres e homens.

O conjunto de tarefas socialmente atribuídas por parte de mulheres e homens são, em muitos casos, geradoras de situações de potencial exclusão, especialmente se for tido em conta que o trabalho doméstico das mulheres, que visava garantir o correcto funcionamento da esfera produtiva, tradicionalmente ocupada pelos homens já não se verifica actualmente (Malheiros, 1994). Nesta lógica, parte-se do princípio de que o território é o reflexo de um determinado padrão social, dominado por uma categoria social que o modela e produz de acordo com os seus princípios e orientações. Porém, actuar sobre o espaço público, tornando-o mais amigável, funcional, atractivo e acolhedor para mulheres e homens, será uma forma criativa e eficiente de combater a exclusão e as diferenças sociais que inúmeras vezes se verificam e que são ainda mais acentuadas pela concepção desse espaço.

Assim, deve-se aceitar que mulheres e homens têm necessidades e expectativas diferenciadas. *As relações entre géneros, em termos de papéis sociais, são consideradas diferentes mas igualitárias, estabelecendo-se na base da complementaridade* (André 1993: 15). Este deve também ser o ponto de partida para o desenvolvimento de uma estratégia de ordenamento territorial que vise atenuar e combater as dificuldades que as pessoas, bem como os grupos sociais mais desfavorecidos, e muitas vezes esquecidos ou desconsiderados, enfrentam no seu quotidiano.

Desta forma, compreender que mulheres e homens fazem uma utilização distinta do serviço de transportes públicos bem como dos equipamentos e serviços públicos, ou que idosos e crianças têm expectativas distintas no que diz respeito aos espaços públicos de lazer e permanência é o ponto de partida para uma análise que aceita a diversidade como um desafio e encara a equidade como um objectivo e um propósito na concepção e promoção do espaço público (Commonwealth Secretariat, 2009).

Evitando uma lógica normativa ou homogeneizadora, este relatório de estágio procura a flexibilidade necessária para que se possa encarar de forma assertiva e estratégica os conceitos de diversidade e consequente multiplicidade de interesses e expectativas, sempre tendo em conta a procura de um território mais justo e

equitativo. A intervenção no espaço público pode ser uma forma eficaz de caminhar nesse sentido.

A modelação do espaço público pelos grupos dominantes à imagem das suas necessidades e expectativas não é compatível com os princípios que devem nortear o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Uma vez mais, enfoca-se a questão de o território não ser neutro, e poder ser fonte de discriminação e desigualdade, daí ser legítimo esperar do espaço público um papel activo e concertado na promoção da igualdade entre todos.

É neste contexto que as ciências que se dedicam ao estudo das relações entre o território e a sociedade encontram um novo desafio. É legítimo esperar da geografia e do planeamento territorial uma posição activa na reflexão e na procura de soluções para as questões que afectam a relação “sociedade e território”. No conjunto dessas dinâmicas surgem aspectos relacionados com a promoção da igualdade, sendo possível intervir nas mesmas através do urbanismo e do ordenamento do território.

Se é no quotidiano que se encontram e conhecem os desafios que todos os grupos, discriminados de alguma forma, será no e para o quotidiano que terá de ser desenvolvida uma resposta em função dessas dificuldades (Jaeckel e van Geddermansen, 2006).

No entanto esta é uma tarefa complexa. O cruzamento de saberes no que diz respeito a este domínio é feito por um elevado número de ciências sociais, cada uma com as suas matrizes, escalas e noções. Será necessário trilhar um rumo que chamará a todas elas uma responsabilidade e um papel de relevo na procura de soluções para essas dificuldades. A geografia humana é uma das áreas científicas que está envolvida nesse processo. Hoje é necessária uma preocupação social específica onde se promova a equidade, e um quotidiano pautado pela interacção entre todos, sendo a intervenção no espaço público a ferramenta necessária para tornar a sociedade um lugar mais inclusivo e confortável, independentemente do género, idade e outros factores de potencial exclusão.

Este ponto de partida enquadra o trabalho desenvolvido neste relatório. Assumindo que o território não é neutro, já que é modelado de acordo com a matriz dos grupos dominantes, cabe ao planeamento estratégico abordar o espaço público numa perspectiva mais inclusiva e equitativa. Seguindo esta lógica, colocam-se duas hipóteses explicativas que se enquadram como eventuais respostas para esta problemática.

Uma dessas hipóteses consiste numa leitura do território que pretenda, essencialmente, atenuar as diferenças que se registam no espaço a intervir, neutralizando os factores desencadeantes de situações de exclusão, de modo a que o espaço possa ser utilizado por todos. Esta perspectiva pode resultar na perda de identidade territorial, e não resolve as questões de base relacionadas com a discriminação, podendo-se vir a revelar, a longo prazo, ineficiente.

Assim, deve ser considerada uma segunda hipótese que centre a sua atenção na compreensão das diferenças e identidades existentes na área de estudo, procurando dotar o espaço relativo de estruturas que respondam a essas dificuldades de forma diferenciada, bem como manter o sentimento de pertença e identidade, construindo o sentido do lugar. Esta hipótese adopta uma abordagem mais flexível e direccionada, embora possa ser considerada mais complexa e exigente, de acordo com as características da área em estudo.

É de acordo com esta problemática e hipóteses que o trabalho se desenvolve. Numa primeira fase procede-se ao enquadramento teórico dos vários conceitos relevantes para a reflexão, bem como à explicitação da problemática, da metodologia e dos eixos estruturantes do trabalho. Depois apresenta-se o enquadramento e análise do caso de estudo, introduzindo os dados empíricos obtidos no trabalho de campo. A apresentação dos resultados é o momento em que se estabelece a relação final entre o enquadramento teórico e os resultados obtidos no trabalho de campo, do qual resultarão as considerações finais correspondentes à conclusão.

Ao longo destas fases do trabalho procurou-se responder aos objectivos que nortearam a investigação, cuja principal motivação é a de desenvolver uma abordagem que tenha em conta factores tradicionalmente ausentes no processo de planeamento,

como a perspectiva de género e outras relacionadas com a discriminação relativa à idade e outras. Com isto pretende-se desenvolver uma proposta que, face aos resultados obtidos na análise do território, promova a equidade e combata a exclusão, neste caso, no espaço público. Para tal é necessário observar alguns objectivos secundários que passam por: conhecer as características da população local no que diz respeito à sua estrutura etária; compreender as dificuldades enfrentadas por mulheres, homens e idosos no seu quotidiano; perceber a visão que os actores locais têm face ao território que ocupam; identificar situações de potencial exclusão ou discriminação; avaliar as potencialidades e debilidades locais na definição de uma estratégia de promoção da equidade. É de acordo com estas metas que se desenvolve uma abordagem baseada no estudo de caso.

O caso de estudo que serve de suporte empírico a este trabalho é parte da freguesia do Olival Basto, no concelho de Odivelas. Um dos motivos que levou à opção por essa área foi o facto de se ter realizado um estágio curricular, no âmbito da frequência do mestrado de Gestão do Território e Urbanismo no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas¹. Tal permitiu obter um conhecimento aprofundado relativamente às dinâmicas que afectam o concelho, sendo que a freguesia em questão apresenta uma problemática específica que, como mais à frente se verá, representa um desafio que se enquadra fortemente na lógica deste relatório nas dimensões de análise da geografia.

¹ O estágio realizou-se entre os dias 3 de Janeiro e 28 de Abril de 2011, sob a dependência de Eduarda Barros, Conselheira Municipal para a Igualdade de Género no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas. A principal tarefa centrou-se no apoio ao desenvolvimento e conclusão do primeiro Plano Municipal para a Igualdade

1. Enquadramento Teórico

Ao longo deste capítulo são apresentadas várias abordagens teóricas aos temas de maior relevância para o relatório que resultaram da pesquisa e consulta de várias obras e documentos. Desta forma, o que se pretende é enquadrar, em termos teóricos e conceptuais, as leituras de que este tema tem sido objecto, gerando um quadro de compreensão inteligível para os diversos pontos que se desenvolvem ao longo deste trabalho.

1.1 Instrumentos de gestão territorial, espaço público e equidade

A vida em sociedade é o resultado de um conjunto de normas e comportamentos socialmente aceites, que permitem a um alargado número de pessoas com diferentes perspectivas e origens sociais conviver de forma saudável.

Neste contexto, o espaço público reflecte de forma clara o grau de desenvolvimento social, já que é o principal meio de contacto e envolvimento na vida pública. É no espaço público que os indivíduos interagem entre si e é um meio importante na satisfação de boa parte das nossas necessidades sociais, contribuindo de forma decisiva para o bem-estar da população. É pois uma das derradeiras manifestações do desenvolvimento humano e da vida colectiva.

A pluralidade de análises de que este tema tem sido alvo, principalmente a partir do século XX, faz com exista um elevado número de definições para o termo, não se podendo considerar apenas uma como sendo a mais correcta ou completa. Desta forma, exploram-se diversas definições, procurando reunir as mais relevantes e assim cobrir algumas das análises realizadas ao conceito de espaço público.

Uma boa forma de iniciar a exploração deste conceito é através da definição jurídica de espaço público. Na orgânica legislativa nacional, é a Lei n.º 48/98, 11 de

Agosto que estabelece os princípios da política de ordenamento do território e de urbanismo, conhecida como Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU). O seu âmbito é o de “assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos”. Fica clara a preocupação do legislador em assegurar que a gestão territorial constitua um meio de desenvolvimento económico, social e cultural.

Com isto é possível considerar o território, e consequentemente o espaço público, como meio de promoção do desenvolvimento. Tal facto fica ainda mais reforçado se forem tidos em conta os princípios associados à política de ordenamento do território. Relativamente a estes, devem ser destacados a sustentabilidade e solidariedade intergeracional, a economia dos recursos naturais e culturais, a coordenação com as políticas de desenvolvimento económico e social, a subsidiariedade dos diversos níveis da Administração Pública, a equidade relativamente à distribuição dos encargos e benefícios decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão territorial e a participação como forma de promover a responsabilidade cívica. Pelo conjunto de princípios definidos no âmbito da lei fica perceptível a relevância das matérias relativas à gestão do território e ao urbanismo, já que têm um impacto muito forte ao nível da sustentabilidade social e económica e da gestão dos recursos. Isto exige uma forte articulação entre todos aqueles que se dedicam ao estudo e às intervenções no espaço público.

Face ao âmbito e ao conjunto de princípios definidos pela LBOTU fica clara a multidisciplinaridade e abrangência deste tema, o que obriga a uma abordagem cautelosa face ao enorme peso e reflexos que as intervenções no espaço público acarretam para o quotidiano de todos.

Apesar de estas serem as bases gerais da política de ordenamento do território, é sobretudo relevante abordar sinteticamente o instrumento de gestão territorial que mais se adequa à escala de intervenção no espaço público, ou seja, o Plano Director Municipal (PDM). O Decreto-Lei n.º 280/99, de 22 de Setembro, define o regime de

coordenação inter-escalar dos diversos instrumentos de gestão territorial. No que diz respeito ao PDM, um dos seus objectivos é o de estabelecer os parâmetros de uso e fruição do espaço público. Assim fica também implícito o papel deste instrumento no que diz respeito às intervenções em espaço público. Tal fica acentuado pela responsabilidade atribuída ao poder local, a quem cabe a elaboração do PDM, que, deve ser acompanhada e participada por todos os interessados, onde se incluem os restantes actores locais. Este conjunto de indicações jurídicas fortalece a relação existente entre espaço público e actores locais, o que, tendo em conta este tipo de estudos, se revela de capital importância.

Apesar de ser perceptível a relevância dos instrumentos e políticas que dizem respeito ao território e ao espaço público, não é apresentada em qualquer dos instrumentos legais referidos uma definição teórica acerca deste conceito. Apesar de o espaço público ser frequentemente assumido como garantido, ele é actualmente um conceito complexo para o qual possivelmente não existe uma única definição. Ainda assim, é importante optar por uma abordagem teórica que defina sucintamente aquilo que se entende por espaço público.

A noção de espaço público está fortemente associada a aglomerados urbanos e às cidades e é o resultado da interacção entre as pessoas (“sociedade”) e o seu ambiente (“espaço”) (Carmona et al, 2003). É desta relação que é possível partir para uma análise daquilo que é entendido por espaço público.

À partida, espaço público será aquele espaço que não é privado ou particular, ou seja, as ruas, praças ou mercados de uma cidade, aos quais não é necessário pagar uma taxa ou tarifa para ter acesso nem existe um acesso discriminado. De facto, o acesso é uma das principais características na definição daquilo que é, ou não, espaço público, tal como o é a questão sobre a quem é atribuído o controlo do espaço (Minton, 2006). Apesar disto, não significa que nestas áreas não estejam em vigor *regras, regulamentos, estatutos e práticas que gerem a sua ocupação e uso* (Winford, 2006: 1).

Muitos dos espaços públicos estão associados a momentos de forte impacto ou revolução social, como o são diversas praças (como por exemplo, Tianammen) ou

jardins (Campos Elísios). Tal facto remete para o carácter social que também entra na definição de espaço público. Estes são, normalmente, locais de encontro e permanência para os residentes e de atracção para os visitantes, ou seja, locais de socialização e reprodução social. Este peso social do espaço público atribui-lhe um papel central na vida pública, já que *o espaço público é parte da definição da cidade* (Johnson, 2009: 1).

Tendo por base o contexto do surgimento das cidades, enquanto espaços de encontro e convergência para comércio e trocas, é possível enquadrar os espaços públicos enquanto áreas com uma forte componente identitária, sendo que, pelo seu papel na estrutura urbana, são muitas vezes considerados como representativos das características da cidade ou região onde se encontram. Desta forma, é possível considerar os espaços públicos como áreas de socialização e identidade (Bassand e Guller, 2001).

Tendo em conta esta reflexão é possível apresentar uma proposta elementar de definição de espaço público que tem servido de base às diversas tentativas de compreensão de que este conceito tem vindo a ser alvo, especialmente ao longo dos últimos 50 anos.

Assim, considerando o conjunto de autores citados, e recolhendo parte das suas ideias, é possível considerar como espaços públicos aqueles que podem ser livremente acedidos, com um alargado leque de funções que vão desde a permanência, tendo por objectivo a socialização, lazer ou cultura, à passagem, geridos por um determinado conjunto de normas socialmente implícitas. Têm também uma forte componente identitária o que lhes confere um carácter de representatividade dos principais traços e tendências que serviram de base à estrutura urbana onde se encontram e aos valores sociais em que se enquadram. A isto acresce o facto de, à luz da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, o espaço público ser considerado como um meio de desenvolvimento social, económico e cultural, com um papel importante na sustentabilidade intergeracional e na gestão de diversos organismos públicos. É a este conjunto de pressupostos que o termo “espaço público” se refere sempre que for utilizado ao longo deste relatório.

Como naturalmente se percebe, os espaços públicos, foram evoluindo sob influência da procura de novas formas de satisfazer as necessidades sociais. Assim, e no seguimento deste facto é pertinente perceber se a evolução que o espaço público tem vindo a sofrer ao longo do tempo tem acompanhado o surgimento de novas tendências e preocupações, especialmente aquelas relativas à esfera social, ou seja, quando os próprios lugares constituem a dimensão para a construção de identidades, o espaço relacional.

Fruto de uma forte competitividade entre as cidades, integradas numa escala global, os responsáveis pela gestão do território e do espaço público têm centrado a sua preocupação na atracção ou manutenção do investimento privado (Bélanger, 2007). O esforço para criar uma imagem de cidade atractiva enquanto estratégia de desenvolvimento local não é um fenómeno novo (Casellas et al, 2010). Embora parte significativa das intervenções no espaço público esteja relacionada com a tentativa de melhorar a qualidade urbana ou arquitectónica (reabilitação), existe em boa parte delas uma forte preocupação em construir uma “identidade única”, tornando o espaço público parte da sua estratégia de marketing territorial (Bassand e Guller, 2001).

Esta procura de novos investimentos ou, noutros casos, como forma de gentrificar determinada área urbana pode resultar, em diversos casos, na desadequação do espaço público para aqueles que sempre residiram na área intervencionada, que acabou por ver as suas características alteradas, em nome da atracção de investimentos privados ou outros processos de reorganização urbana.

Isto pode gerar situações de discriminação indirecta que têm por base o próprio espaço público e que colocam determinado conjunto de pessoas em desvantagem perante outras.

Nas situações deste tipo estamos perante o aumento do peso dos critérios essencialmente económicos, em detrimento do carácter social e identitário do espaço público, o que pode gerar lugares desprovidos de qualquer contexto social.

Apesar de a situação referida poder desencadear situações em que o espaço público se torna um factor de exclusão, esta não deve ser considerada a única

possibilidade de origem de um espaço público desconectado da realidade social e humana que o envolve.

O espaço público, sendo resultado de um conjunto de interações entre o ser humano e a envolvente, e enquanto fruto dessa relação, será, frequentemente, um reflexo dos valores e princípios defendidos pela matriz social dominante. Assim, é importante desenvolver uma perspectiva crítica relativamente à materialização e representação das dimensões do espaço público e as suas implicações na identidade social e cidadania (Bondi e Rose, 2003). Adoptando uma perspectiva crítica, é possível constatar que o espaço público é resultado de imposições, negociações e contestações, em que vários grupos determinam o quão “público” é o espaço, a utilização que lhe é dada ou o significado que este adquire estão fortemente associados à visão do grupo social ou género dominante, acabando por reforçá-la, reproduzi-la e promovê-la (Bondi e Rose, 2003).

As relações sociais têm um contexto espacial e são dominadas por relações de poder. Desta forma, existe uma correlação entre poder e a dimensão espacial (Massey, 1993). O que é, onde, como e para quem é construído é determinado por essa relação de poder (Beall, 1997). As cidades em que hoje vivemos são manifestações concretas de ideias sobre como a sociedade foi, é e deveria ser no futuro. A forma como o espaço público está concebido relaciona-se com as perspectivas relativas à sua utilização e, em algumas das vezes, estas não reflectem as necessidades ou características contemporâneas, nem acompanham as tendências ou preocupações sociais mais recentes. Desta forma podemos concluir que o espaço público não é neutro, e pode desencadear exclusão e discriminação social. Esta situação, quando relacionada com os tipos de necessidades e utilizações diferenciadas que mulheres e homens, crianças, adultos e idosos fazem do espaço público, representa um desafio para todos aqueles que se dedicam ao estudo e intervenção territorial.

Uma das questões que deve ser tida em conta no planeamento do espaço público tem a ver com o ganho de importância dos temas ligados à inclusão e à promoção da igualdade. Ao longo dos últimos anos, e especialmente a partir da década de 90, quer a nível europeu quer a nível nacional essa preocupação tem-se

reflectido no aumento do número de planos, programas, orientações e directivas que resultam naquilo que pode ser considerado uma política de promoção da igualdade e combate à discriminação. O espaço público, enquanto espaço de interacção social por excelência não pode ficar fora do universo da consciencialização cívica acerca destas matérias.

O termo “igualdade” tem como palavra antagónica “diferença”, isto embora a sua contradição seja “desigualdade”. Com isto estamos perante três conceitos, naturalmente ligados entre si, mas com definições específicas e individualizadas. José d’Assunção Barros (2005) considera que o contraste entre “igualdade” e “desigualdade” se refere “ não a um aspecto “essencial”, mas a uma “circunstância” associada a uma forma de tratamento (mesmo que esta circunstância aparentemente se eternize no interior de determinados sistemas políticos ou situações sociais específicas). Tratam-se dois ou mais indivíduos com igualdade ou desigualdade relativamente a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um e a outro (isto pode ocorrer independentemente de serem eles iguais ou diferentes no que se refere ao sexo, à etnia ou à profissão). Ou seja, ao abordarmos, por exemplo, a desigualdade de oportunidades no acesso aos transportes públicos, poderemos estar a referir-nos a dois indivíduos que, apesar de semelhantes no ponto de vista económico-social e cultural, têm um acesso diferenciado ao sistema de transportes públicos sendo que esse acesso é mais penalizador para um deles em função de uma qualquer condicionante. Nestes casos a questão não se coloca na essência do indivíduo, mas no meio em que este se insere que, de alguma forma pode contribuir para essa desigualdade de acesso.

Já no que diz respeito à “diferença”, a questão está colocada ao nível das essências: uma coisa ou é igual a outra (pelo menos em um determinado aspecto) ou então dela difere (Barros, 2005). Neste caso, é possível encontrar igualdade ou diferença, num determinado conjunto de indivíduos, relativamente a certas variáveis, ou como por exemplo, o género, a idade, a nacionalidade, entre outras.

Perante tal, fica claro que a “diferença” não pode ser reduzida por acção humana. Existirão sempre diferenças de variada ordem, independentemente de

qualquer acção, até porque várias dessas diferenças estão associadas ao ciclo e ritmo de vida dos indivíduos. É, por isso possível considerar este conceito como o ponto de partida para a aceitação da diversidade. Enquanto pensar diferenças significa a aceitação da própria diversidade humana, abordar a questão da desigualdade implica considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser avaliada (Barros, 2005).

Esta argumentação permite compreender que a procura da igualdade absoluta entre todos os indivíduos, para além de utópico, é algo culturalmente impossível. Assim, o que deve ser considerado são as desigualdades e o que deve ser compreendido são os factores que as motivam. Em consequência, o que deve ser procurado é a “equidade”. Este conceito tem sido amplamente debatido e surge muito frequentemente associado à prestação de cuidados de saúde ou ao sector da educação. O seu significado está de alguma forma relacionado com a compreensão de que a igualdade é uma meta muito complexa face aos recursos existentes e às lógicas económicas e sociais que dominam a sociedade actual. Desta forma, a equidade é frequentemente considerada uma espécie de “igualdade com eficiência” (Nogueira, 2001).

Com isto procura-se atribuir um carácter de exequibilidade ao conceito de eficiência, distanciando-se de um projecto utópico, e aproximando-se da realidade relacionada com a escassez de recursos e perante o alargado conjunto de necessidades a satisfazer. Ora isto implica a subordinação dos princípios da equidade aos da eficiência, efectividade, tendo sempre em conta que equidade de género significa *justiça no tratamento de mulheres e homens, de acordo com as respectivas necessidades. Pode incluir tratamento igual ou diferenciado, porém considerado este último equivalente em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades* (Gaspar et al, 2009: 7).

Tal implica a adopção de uma estratégia urbana que está obrigada a estabelecer prioridades de forma a atenuar as desigualdades desencadeadas pelo espaço público, devido ao facto de este não ser neutro, tendo por base o reconhecimento da diferença e a procura da equidade.

É esta a proposta de abordagem ao território e, neste caso, ao espaço público, que será desenvolvida neste relatório de estágio. Tendo em conta o exposto, ficou claro que o processo de concepção do espaço público está fortemente dependente das visões económicas ou aspirações da matriz social dominante. Tal obriga ao repensar do posicionamento adoptado por todos aqueles que se dedicam ao estudo do território, especialmente num contexto em que o peso da preocupação social tem ganho um novo fulgor, embora corra o risco de ver a sua dotação financeira reduzida devido à crise do Estado Social.

O que está por detrás desta necessidade de rever as metodologias e abordagens ao território é a compreensão de que, em função da diversidade humana, existe uma evolução permanente das necessidades de mulheres e homens, ao longo dos seus ciclos de vida, que o espaço público pode ajudar a satisfazer de forma determinante, à qual os planeadores e urbanistas devem ser sensíveis.

Fruto dos papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens, facilmente se compreende que o conjunto de necessidades e expectativas ao longo do quotidiano das mulheres é naturalmente distinto daquelas sentidas pelos homens. A escala urbana é considerada a escala espacial chave no que diz respeito à forma como o género se faz sentir no quotidiano (McDowell, 1983). É portanto a escala de eleição para compreender a relação que se estabelece entre as pessoas e os lugares atendendo ao género ou à sua idade. No entanto, esta relação não tem tido grande atenção no processo de planeamento por parte das entidades competentes (Grundström, 2005).

O papel social, na família e na sociedade, atribuído à mulher confere-lhe particular responsabilidade na realização das actividades reprodutivas, ou seja, aquelas actividades a que não está associada uma remuneração, como por exemplo, as tarefas domésticas ou a educação dos filhos. Em alguns casos estas tarefas chegam a ocupar as mulheres por cerca de 60 horas semanais (Status of Women Office, 2009). Já no que diz respeito aos homens está-lhes associada a realização de actividades produtivas, ou seja, geradoras de rendimento. Isto faz com que o conjunto de expectativas e necessidades para com o lugar onde se reside ou trabalha seja bastante diferente para

as mulheres e homens. Desta forma, a existência de determinados serviços nas proximidades da residência como uma mercearia ou uma escola pode revelar-se determinante para as actividades de vida diária da mulher e para o tempo que esta leva a realizá-las, ao passo que para os homens pode não passar de uma questão marginal.

Esta situação não se limita a uma diferenciação com base no género, sendo também evidente uma evolução diferenciada das necessidades ao longo do ciclo de vida. Facilmente se compreende que uma criança ou seus pais terão expectativas distintas daquelas manifestadas por idosos em relação ao espaço público. Ao passo que para os primeiros seria determinante a existência de jardins com uma configuração vocacionada para o jogo, para os idosos são mais relevantes espaços de permanência com uma concepção vocacionada para o convívio e descanso. Isto reforça o carácter intergeracional do espaço público, sendo um local de contacto de diferentes gerações, com diferentes necessidades (Sassi e Molteni, 2009).

É possível encontrar vários exemplos de uma utilização diferenciada do espaço público tendo por base a perspectiva de género. As mulheres realizam deslocações mais complexas do que os homens (Blumenberg, 2004), realizando um percurso que passa pela creche, escola, local de emprego e estabelecimentos comerciais que são muitas vezes chamadas as *“trip chains”* (McGuckin e Murakami, 1999; Greed, 2005). *Estas especificidades colocam o desafio e a oportunidade da adequação dos serviços à procura das mulheres* (Gaspar et al, 2009: 9). Para além deste é possível encontrar outros exemplos. Mais do dobro das mulheres comparativamente aos homens estão responsáveis por levar os filhos à escola, cerca de três quartos das viagens de autocarro são realizadas por mulheres e apenas um terço das mulheres têm acesso ao automóvel durante o dia (Greed, 2007).

Estes exemplos, para além de indicarem um padrão de mobilidade bastante diferente entre mulheres e homens, ilustram as expectativas e necessidades que mulheres e homens têm para o seu quotidiano e os impactos que o lugar onde vivem ou trabalham pode ter na sua vida profissional e pessoal e no tempo disponível para a realização dessas actividades.

Desta forma, os planeadores devem entender como e onde é melhor localizar serviços e infra-estruturas que permitam às mulheres viver eficiente e eficazmente (Commonwealth Secretariat, 2009). Devido ao facto das actividades de planeamento envolverem diversas dimensões, como os transportes ou o espaço público, isso faz com que se torne uma área de excelência na promoção da equidade.

Porém, apesar de ser reconhecido que as diferenças de género influenciam o desenho dos lugares (Fainstein e Servon, 2005), a política de planeamento tende a ignorar o facto de mulheres e homens usarem o espaço público de forma diferenciada (Burgess, 2008).

Tal demonstra a incapacidade de uma formulação tradicional do planeamento em lidar com estas questões, já que o facto de estar baseado na separação da utilização do solo conduziu a uma fragmentação do meio urbano onde as áreas de habitação, de trabalho, comércio e lazer estão em locais separados, ligados entre si por vias de comunicação extensas e sistemas de transportes, o que acaba por, em diversos casos, isolar as mulheres em casa tornando o acesso aos serviços inconveniente e desencorajador face às actividades realizadas no ambiente doméstico (Little, 1994; Moser, 1987).

1.2 O planeamento estratégico e inclusivo

É necessário repensar as propostas de planeamento para que mulheres e homens e o seu ciclo de vida sejam parte considerada e observada no processo de ordenamento do território. Esta situação lança um novo contexto para a afirmação de um planeamento baseado num carácter estratégico e relacional que procura responder de forma integrada às dificuldades que afectam as pessoas e os lugares que frequentam no seu dia-a-dia. Para responder a esta problemática é proposta uma abordagem aos métodos e técnicas do planeamento territorial.

Este “novo” planeamento estratégico é um processo transformativo e integrador de aspectos sócio-espaciais (Albrechts, 2006). Isto significa que aborda de forma integrada a complexidade relacional de determinado lugar, indo de encontro à argumentação de Amin (2004) que explica que a cidade é composta por aglomerações com uma “espacialidade” heterogénea, o que representa uma multiplicidade de redes relacionais de variada dimensão. Tal obriga a que, para se compreender esta complexidade relacional, sejamos capazes de “ouvir”, “ver”, “sentir” e “ler” as múltiplas dinâmicas de um lugar de modo a que se possam identificar os factores fundamentais que definem a qualidade desse lugar e que exigem uma atenção colectiva (Healey, 2005; 2006).

O foco nas relações espaciais dos territórios permite uma integração mais eficiente das diversas agendas (económica, cultural, social e política). Tal permite também uma articulação mais eficiente entre estas preocupações e os actores envolvidos, fomentando a procura de novas escalas e plataformas de entendimento (Albrechts et al, 2003). Isto favorece também a articulação entre os vários parceiros da sociedade civil e estimula novas formas de pensar os lugares e a relação destes com a comunidade.

Segundo Albrechts (2006), o planeamento estratégico pressupõe um conjunto essencial de parâmetros e centra-se em torno do sucesso dos mesmos. Assim, é exigida uma visão colectiva que permita determinar as forças e fraquezas do lugar no contexto das oportunidades e ameaças. O planeamento estratégico foca-se nas qualidades específicas dos lugares e nos seus recursos (sociais, culturais e intelectuais, qualidade do tecido urbano quer ao nível físico quer a nível social), bem como nas tendências, forças e recursos externos e nas implicações que estas terão na área a intervir.

De igual forma, é importante envolver os vários actores públicos e privados no processo de planeamento, para a aplicação dos princípios da governança, o que permite uma base de entendimento alargado e uma visão sustentável não apenas no curto mas também no longo prazo, tendo em conta as diversas estruturas de poder envolvidas (política, económica e civil). Este processo não se limita à produção de uma

alteração física em determinado espaço, pretendendo também desenvolver um conjunto de ideias e princípios que fomentem uma evolução no ordenamento do território e que permitam uma gestão conjunta dos lugares sob uma visão partilhada por todos os intervenientes.

Isto permite concluir que o processo de planeamento estratégico reúne um conjunto alargado de premissas essenciais para o sucesso das intervenções territoriais. O facto de procurar gerar novas ideias e processos capazes de solucionar as questões que afectam as comunidades através de um entendimento generalizado e participado garante a mobilização e organização de todos os que são afectados pelos problemas que se pretendem resolver. O planeamento estratégico é selectivo e está orientado para questões realmente relevantes (Albrechts, 2006).

Uma intervenção no território com base no planeamento estratégico terá uma probabilidade de sucesso bastante mais elevada do que outra prática baseada noutra metodologia de planeamento.

Só quando existir a noção de que são necessárias escolhas devido à multiplicidade de problemas e necessidades face à escassez de recursos, será possível reunir um consenso acerca de determinada intervenção ou transformação no território. O planeamento estratégico pressupõe uma hierarquização das questões a resolver e uma intervenção direccionada para a resolução de uma problemática específica. O produto final pode assumir várias formas, desde uma análise aos principais processos que afectam o território, um plano para acções de curto ou longo prazo ou um orçamento para uma estratégia de implementação. O importante será alcançar uma posição de compromisso entre os principais actores, o que permitirá uma acção credível e concertada, onde cada um assume as responsabilidades e o papel que lhe cabe nesse conjunto de acções.

Este planeamento estratégico não pode ser encarado como se as suas abordagens e práticas sejam neutras em relação à classe, género, idade, raça ou etnia (Sandercock, 1998; Albrechts, 2002). Assim, deve ser apresentado não como uma nova ideologia apelando a uma nova ordem global, mas sim como um método para criar e conduzir a um melhor futuro baseado numa lógica local de partilha de ideias e valores

(Ogilvy, 2002). É esta a proposta de intervenção que permitirá que todos possam ter direito à cidade, à residência, ao trabalho, à cultura e ao lazer através da lógica de um espaço público mais equitativo e, conseqüentemente, mais inclusivo.

Porém, e para que este cenário fique ainda mais reforçado é necessário salvaguardar neste processo a governança. Tal como Purcell (2002) refere, o direito à cidade envolve dois principais direitos para os residentes em meio urbano: o direito de participação e o direito de apropriação. Para que o segundo seja exercido é necessário salvaguardar a participação de todos os interessados no processo de decisão.

Como referido, as diferenças ao nível da necessidade de transportes ou infra-estruturas entre mulheres e homens ou crianças e idosos faz com que existam perspectivas diferenciadas que só podem ser conhecidas se a todos for dada uma voz e uma possibilidade de participar no processo de decisão.

É neste contexto que a governança tem um papel determinante e tal só é possível com o envolvimento público e cívico, baseado numa forte interacção entre o planeador e o cidadão ou as entidades que o representam, o que possibilitará uma resposta aos principais problemas e necessidades decorrentes dos papéis e responsabilidades sociais de cada um (Beall, 1996).

Assim, é determinante desenvolver um processo claro e aberto à participação que permita reconhecer e actuar em função das diferenças, ao qual alguns autores (Jaeckel e Geldermalsen, 2005; Beall, 1996) chamam "*gender awareness governance*" à qual devem ser acrescentados outros factores para além do género, como por exemplo a idade e a evolução do ciclo de vida. Pretende-se assim reconhecer que existem possibilidades de participação diferenciada. Esta governança mais sensível procura dar uma voz a todos os que não têm uma possibilidade de participar activamente no processo de decisão e considerar a sua visão. Tal resultará num compromisso mais eficiente a longo prazo já que as decisões a tomar terão o conhecimento e envolvimento de um conjunto mais alargado de intervenientes do que aquelas tomadas pelos métodos tradicionais.

Para tal, as estruturas de gestão devem garantir a existência e abertura de canais de comunicação e participação com as instituições. A estas está atribuído o papel de salvaguardar a participação de mulheres e outros tradicionalmente menos envolvidos no processo de tomada de decisão o que não significa que os temas tradicionais não sejam abordados mas certamente a visão que se tem destes será distinta (Beall, 1996).

O conjunto de ideias que têm sido abordadas até aqui não pode ser encarado como a única forma de salvaguardar a existência de diferenças e promover a equidade e combater a exclusão. Deve sim ser considerado como um conjunto alargado de visões e processos que, quando articulados entre si podem representar uma possibilidade de abordagem para o objectivo de se obter de um espaço público mais acessível e atractivo para todos.

Tal poderia ser considerado como uma forma de “planeamento estratégico inclusivo”, já que, através dos princípios do planeamento estratégico e da aproximação daqueles mais vulneráveis ao processo de decisão através de uma lógica inclusiva torna-se possível alcançar uma visão mais esclarecida e alargada do que a comunidade deseja para o lugar onde reside ou trabalha.

É nesta proposta que o presente relatório se baseia e procurará responder à problemática de base, ou seja, que o território e os lugares, como resultados da interacção social, são modelados de acordo com a matriz do grupo dominante, o que aliado aos processos de intervenção social faz com que o território não seja neutro. Para tal interroga-se se *“pode o planeamento estratégico inclusivo contribuir para combater a discriminação e promover a equidade ao nível local?”*. São duas as hipóteses explicativas que podem constituir a resposta para esta questão:

- 1) Numa primeira hipótese, o planeador pode procurar, essencialmente, atenuar as diferenças que se registam na área de intervenção, procurando neutralizar os factores que as desencadeiam e harmonizar e homogeneizar o espaço público de modo a que este possa ser tendencialmente usufruído de igual forma por todos. Esta possibilidade, para além de resultar numa perda de identidade devido à homogeneização do espaço público a intervir

acaba por não resolver as questões que desencadeiam a exclusão já que aparentemente apenas as neutraliza.

- 2) Tal abre espaço a uma segunda hipótese, seguida por este relatório, que assenta, principalmente na compreensão das diferenças e identidades existentes na área de estudo, procurando dotar o espaço das estruturas que respondam a essas dificuldades de forma diferenciada, salvaguardando e ampliando a identidade e sentimentos de pertença da comunidade com os lugares. Tal como qualquer outra, esta hipótese também enfrenta dificuldades, já que os resultados deste tipo de intervenções são dificilmente mensuráveis no curto prazo. Para além disso, é bastante mais exigente abordar cada grupo ou característica social como parte de um todo e é extremamente complexa de desencadear numa área muito rica e diversa.

Porém, e atendendo ao cenário teórico apresentado, esta segunda hipótese explicativa será aquela que mais se aproxima da posição a adoptada, uma vez que o que se pretende é atenuar ou resolver as situações de exclusão e promover a igualdade através de uma intervenção urbana, gerando, no médio e longo prazo uma mudança social, ou seja, algo semelhante à “acupuntura urbana” defendida por Jaime Lerner (2003).

Tal será posteriormente verificado, ou não, quando a questão de partida deste relatório de estágio for, finalmente, respondida.

2. Metodologia

2.1 A opção pelas metodologias qualitativas

Foram diversos os momentos de alguma indefinição face às exigências e à forte relação que se estabelece entre a qualidade da metodologia e a qualidade do resultado final. Tal dificuldade resultou da complexidade relacionada com a abordagem a um meio urbano densamente povoado, onde se encontram processos com origens, envolventes e dinâmicas bastante diversificadas.

Tendo consciência desse facto, a primeira dificuldade colocou-se na definição e limitação de uma área de estudo, que estivesse de acordo com as exigências do objectivo associado à produção de uma proposta geradora de um espaço público mais equitativo, e com a potencialidade necessária para gerar um trabalho de campo enriquecedor que contribuísse activamente para o resultado final do relatório. Esta foi a primeira dificuldade que se colocou ao nível da operacionalização do trabalho de campo.

Devido ao facto da componente do estágio se ter desenvolvido na Câmara Municipal de Odivelas, sob a dependência da Conselheira Municipal para a Igualdade, Doutora Eduarda Barros, a escolha recairia sobre uma das freguesias desse concelho. Tal facto deve-se ao conjunto de experiências, percepções e visitas que foram sendo realizadas ao longo do estágio a vários locais, sempre dentro do concelho de Odivelas, o que permitiu obter uma primeira perspectiva acerca das potencialidades e limitações dos seus espaços públicos, tendo sempre por base a temática desenvolvida no enquadramento teórico e conceptual.

A questão que se colocou relativamente à eleição e delimitação do caso de estudo, apesar de eminentemente metodológica, será desenvolvida num ponto específico, já que acarreta a introdução de dados específicos e aspectos que merecem uma análise mais profunda e detalhada que acabariam por fugir ao contexto do enquadramento metodológico.

O enquadramento teórico e conceptual assentou na recolha bibliográfica, cujo principal objectivo foi o de reunir o maior número de abordagens aos conceitos e visões relevantes para o tema. Desta forma procurou-se criar uma base teórica que cobrisse as diversas áreas do saber que concorriam para a construção e compreensão conceptual, bem como, por exemplo, a articulação de um ou mais conceitos provenientes de diversas áreas científicas de modo a desencadear conceitos mais integradores das diversas realidades que interessavam para esta temática.

A riqueza do tema faz com que seja objecto de estudo de diversas ciências, o que aumentou decisivamente a dificuldade na recolha de elementos bibliográficos. Devido ao facto de ser um tema analisado por diversas ciências, que adoptam uma abordagem muito própria, a principal preocupação foi o de obter uma abordagem sistemática e integrada. Assim, procedeu-se a uma pesquisa pelas diversas áreas científicas envolvidas nestes estudos. Como tal, foram recolhidos e analisados textos de sociologia, antropologia e economia, sendo que, nestes casos, os principais pontos abordados tinham a ver com os papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens, e a questões como a equidade, igualdade e exclusão, bem como as diferenças na necessidade e procura de emprego, saúde, transportes, lazer e cultura.

Esta pesquisa, apesar de relevante, era manifestamente insuficiente já que não incluía na sua análise qualquer factor eminentemente espacial, ou seja, objecto de estudo da geografia. Assim, estabeleceu-se uma ponte entre os temas essencialmente sociológicos e os geográficos. Para tal, foram recolhidos e analisados documentos e bibliografia de investigação no âmbito da geografia que apresentavam uma preocupação com base na perspectiva de género, o que viria a enriquecer de forma decisiva o aspecto teórico. Tal facto viria a introduzir temas, como por exemplo, o planeamento estratégico, o papel do espaço público no quotidiano das populações ou a governança de base territorial.

Esta tarefa teve também como propósito conhecer as principais formas de abordar as questões da equidade no planeamento do território e do espaço urbano. Desta forma, e atendendo à limitação de recursos financeiros e temporais, foi possível

desenvolver um modelo de observação que iria servir de base às tarefas inerentes ao trabalho de campo.

A relevância do trabalho de campo para a geografia é indiscutível, o que colocou num plano de clara naturalidade a realização de um conjunto de trabalhos de observação e recolha de informação no meio que se pretende estudar.

Assim, o passo seguinte constituiu-se pela criação de uma estratégia que visasse gerir o trabalho a desenvolver na área de estudo. Nesta fase colocaram-se várias dificuldades, já que as possibilidades de abordagem são muito numerosas, o que obrigou a uma reflexão, de modo a clarificar o propósito do trabalho de campo. No entanto, não há uma única metodologia que cubra todos os aspectos. Cruzaram-se, portanto, diversos métodos de recolha de informação para que se conseguisse uma perspectiva satisfatória relativamente à realidade a abordar. De forma a facilitar a compreensão da estrutura metodológica adoptada. Esta encontra-se esquematizada na figura 1.



Figura 1 - Esquema metodológico para o trabalho de campo

Fonte: Própria

O trabalho prático desdobrou-se em 3 fases. Na primeira o foco foi colocado na observação sistemática de pontos específicos da área de estudo, com especial destaque para áreas de permanência, como por exemplo jardins, espaços de jogo e áreas circundantes de escolas e jardins infantis. Esta observação tinha como principal objectivo obter uma noção elementar acerca dos comportamentos dos residentes relativamente ao espaço público e às suas valências. Esta fase viria a revelar-se de particular importância na medida em que permitiria vir a enquadrar de forma mais integrada as tarefas subsequentes.

Atendendo à diversidade de comportamento que vai, naturalmente, variando ao longo do dia e de pessoa para pessoa, foi necessário definir um esquema de observação que cobrisse os principais momentos de utilização do espaço público², tendo sido definidos dois momentos de observação, sendo que o primeiro correspondeu ao período da manhã (cerca das 8h até às 13h) e o segundo ao período da tarde (das 13h às 20h). Foram ainda feitas algumas observações após as 20h, porém estas não viriam a revestir-se de grande interesse já que não se verificou uma ocupação significativa dos lugares observados.

Para salvaguardar a existência de ocupações ou comportamentos distintos foram realizadas observações em dias úteis e aos fins-de-semana e, tal como seria de esperar, detectaram-se dinâmicas diferentes. De igual forma, esta observação fez-se em locais estratégicos cujo tipo de utilização era essencialmente de lazer e permanência. Realce-se que, nesta fase inicial, não foi feito um contacto directo com a comunidade local, já que o principal objectivo foi o de conhecer o tipo de ocupação e utilização do espaço.

Posteriormente realizaram-se entrevistas aos principais actores e agentes locais. Assim, o Vogal da Junta de Freguesia do Olival Basto, alguns elementos da direcção do Centro de Dia do Olival Basto, bem como alguns sócios foram entrevistados. De igual forma, os contributos da Conselheira Municipal para a Igualdade do Concelho de Odivelas foram fundamentais, não se tendo realizado uma

² Ver figura 4 – Delimitação da área de estudo (página 54)

entrevista formal já que ao longo do estágio ficaram bem claras as suas preocupações e análises.

A entrevista realizada no Centro de Dia realizou-se seguindo um guião, ou seja, de forma semi-estruturada. Optou-se por este tipo de entrevista uma vez que se procurou uma forma flexível de obter informação e pontos de vista relevantes, não limitando os entrevistados a um guião demasiado rígido. Considerou-se que uma abordagem mais flexível possibilitaria focar os aspectos fundamentais, atingindo os principais objectivos da entrevista, e ao mesmo tempo permitiria uma certa abertura que poderia desencadear, em aspectos à partida não directamente relacionáveis com os propósitos do estudo, mas que pelo papel desempenhado pelo locutor na vida pública, novas questões, ideias e pontos de vista. Além disso, a experiência dos entrevistados obrigou a essa flexibilidade, sob pena de serem perdidos contributos enriquecedores decorrentes desse conjunto de conhecimentos adquiridos. Já no que diz respeito à entrevista ao vogal da junta de freguesia, face a constrangimentos de agenda a estrutura de mesma adoptou uma postura mais direccionada e rígida, de forma a otimizar o tempo disponível e cobrir os principais temas de interesse para o relatório.

Atendendo à metodologia adoptada, a escolha dos entrevistados recaiu sobre actores locais que possuem um conhecimento alargado das realidades e dinâmicas locais, sendo que alguns deles se encontram em estruturas de resposta às necessidades da população (direcção do Centro de Dia), outros desempenham um papel essencialmente de gestão (Vogal da Junta de Freguesia) e outros ainda têm preocupações ao nível do diagnóstico e procura de soluções, incluindo alguma proximidade com a população (Conselheira Municipal para a Igualdade de Género). Parte da definição metodológica no que diz respeito à escolha e definição dos entrevistados em função das actividades que desempenham no território teve por base a “A Área de Influência de Évora – Sistema de Funções e Lugares Centrais”, de Jorge Gaspar (1981), que, na sua justificação metodológica, recorre à opinião dos actores locais mais relevantes daquela altura (padre, professor primário e presidente de junta), o que permite realçar a representatividade destas figuras como reflexo das necessidades e expectativas da população local.

A recolha das suas visões e opiniões destes actores permitiu compreender a forma como o espaço correspondente à área em estudo tem evoluído, os desafios que enfrenta e o conjunto de respostas que pretende dar, tendo em conta as características da população. Ou seja, o conjunto de respostas existentes e aquelas que se pensam vir a ser necessárias para lidar com os problemas sociais e económicos que a população enfrenta. De igual forma, procurou-se saber se existia alguma preocupação com base no género, idade ou outros factores que servissem de suporte às políticas existentes.

O principal objectivo foi compreender quais as características do espaço em estudo do ponto de vista de quem o gere e utiliza, e a visão que esses actores locais têm para o futuro do mesmo, tendo em conta as características daqueles que ali residem ou trabalham.

As percepções que resultam do método de recolha de informação referido, observação e entrevistas aos agentes locais, apesar de enriquecedoras são insuficientes já que não incluem parte significativa da população local. Assim, tendo em conta a importância do seu papel neste tipo de dinâmicas desenvolveu-se uma terceira fase de recolha de informação que, assim, permite concluir o trabalho de campo. Esta terceira forma de recolha de informação constituiu-se por pequenos inquéritos e conversas informais com a população local. Esta recolha foi feita num ambiente informal, através de contactos de rua, complementados por conversas com as pessoas abordadas. Tal facto permitiu estabelecer uma relação de confiança elementar, que se viria a revelar importante no alargamento das perspectivas e ideias transmitidas, sem o receio de se comprometer o seu anonimato e outros aspectos pessoais, o que se conseguiu face ao carácter informal. Parte significativa deste trabalho metodológico teve como base teórica os trabalhos desenvolvidos por Díaz-Cortés e Garcia-Ramon (2010) e Garcia-Ramon, Ortiz e Prats (2004).

Desta forma, pretendeu-se conhecer os pontos de vista da população local relativamente às suas dificuldades, necessidades e expectativas para com o espaço público. Isto permite não apenas traçar um conjunto de questões para colocar aos entrevistados, mas também conhecer de uma forma integradora a realidade local de

quem a vive diariamente, algo que com a técnica de observação mencionada ficaria incompleto.

Para além disso, é uma forma de adquirir conhecimento sobre limitações do espaço público que utilizam em função das políticas levadas a cabo pelos actores locais. Assim será também possível compreender o posicionamento da população para com a evolução do espaço, bem como as suas expectativas para o futuro do mesmo. Para conhecer tais dinâmicas, nada melhor que interpelar aqueles que no seu quotidiano ocupam a área em estudo e conhecer a sua visão sobre a mesma, já que o seu testemunho é único.

Por detrás destas opções está a intenção de apreender as perspectivas dos agentes locais e das suas intenções relativamente à forma como gerem e promovem as estruturas que coordenam. Do outro, a realização dos inquéritos e conversas informais recolhendo os pontos de vista dos residentes e utilizadores do espaço público dá a conhecer o resultado final dessas intenções. Isto dará uma leitura clara da realidade do espaço e permite compreender que diferenças existem entre umas e outras perspectivas.

Por um lado, está a intencionalidade e o espaço pretendido pelos decisores, conhecido através das entrevistas aos agentes locais, e por outro a interpretação e o espaço relativo, apreendido pelos contactos com a população local. Este posicionamento, complementado com as observações, permite obter um quadro de análise onde é possível estabelecer causas e efeitos na gestão do espaço público, e daí retirar as informações necessárias para a realização de uma proposta de intervenção com base nas premissas do planeamento estratégico inclusivo. Assim, fica possível desenvolver um outro conjunto de instrumentos e ferramentas de diagnóstico/intervenção, como por exemplo, a análise SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities and threats*), forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Com base no exposto, conclui-se que é privilegiada uma metodologia assente nos métodos qualitativos em detrimento de uma quantificação e abordagem com base em aspectos quantificáveis ou estatísticos. Assim, o conhecimento contextual e o

intercâmbio entre o investigador e a investigação irão também influenciar toda a análise que este realiza.

O uso destas técnicas garante o conhecimento de opiniões, experiências e comportamentos dos sujeitos nas áreas observadas, algo que é impossível de perceber se forem tidas como base técnicas essencialmente quantitativas. De igual forma, a abordagem qualitativa permite também perceber e dar voz a grupos sociais muitas vezes esquecidos e não considerados por outras metodologias.

Assim, é importante ter consciência de que o envolvimento entre o investigador e o objecto do seu estudo pode ter uma implicação clara nos seus resultados. Tal facto não desvaloriza o conhecimento produzido, desde que se esteja consciente dessa parcialidade. É este posicionamento perante o conhecimento que merece uma reflexão, de modo a compreender de que forma a interpretação do problema ou os *outputs* são influenciados. Esta consciência é chamada reflexividade, e representa uma introspecção e uma autocrítica compreensiva profunda da própria identidade enquanto investigador (England, 1994).

É esta reflexividade que permite salvaguardar as bases do trabalho científico, ou seja, a consciência de que existe um comprometimento do investigador e da sua perspectiva com o objecto de estudo. Tal não deve ser enquadrado como empobrecedor da análise, mas sim como um factor que valoriza o estudo, já que, estando ciente das suas predisposições e do seu envolvimento, este desenvolve uma interpretação específica, ainda que não absolutamente isenta, baseada em critérios racionais e científicos.

Um outro factor característico das metodologias qualitativas tem a ver com a valorização da diversidade. Como já se referiu, dá-se uma maior ênfase à variedade em detrimento da representatividade já que esta última está principalmente associada à procura de uma legitimação e uma regularidade, o que pode ocultar as diversidades daqueles que se encontram mais “distantes” do cidadão tradicional (Martins, 2004).

Assim, o que se pretende com o estudo e a análise da diversidade não é a procura de uma média ou uma homogeneização dessas características, mas sim

compreender de que forma a diversidade foge a essa tendência homogeneizadora da representatividade, e as dificuldades que isso coloca a todos aqueles que estão mais distantes do cidadão ou residente comum.

No entanto, isto não significa que não seja necessário reunir um conjunto de opiniões ilustrativas da realidade existente na área de estudo. Apesar disso, este não será exageradamente extenso, já que nem os recursos disponíveis o permitem, nem a forma que se pretende utilizar para obter os pontos de vista dos inquiridos é compatível com uma amostra muito extensa utilizando o tipo de análise em questão.

Não existe uma metodologia perfeita ou única para abordar estas questões, porém esta foi a que se considerou mais adequada, enriquecedora e capaz de contribuir para um resultado final mais satisfatório, próximo da realidade que se encontra no espaço estudado. Acima de tudo, obteve-se um conjunto metodológico que permitiu conhecer as pretensões da população.

2.2 O estágio na Câmara Municipal de Odivelas e o impacto na definição da metodologia

O estágio (de 31 de Janeiro e 29 de Abril de 2011), no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas (CMO), no âmbito da frequência do mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território de Lisboa, revelou-se um factor essencial na definição da metodologia.

Devido ao conjunto de conhecimentos adquiridos e aplicados no estágio a eleição do caso de estudo, bem como dos entrevistados, foi facilitada, em boa parte devido à disponibilidade que a equipa do Gabinete da Presidência da CMO revelou.

De igual forma, o desenvolvimento do *Plano Municipal para a Igualdade de Género de Odivelas* (PMIGO) 2012, constituiu a principal tarefa ao longo do estágio e permitiu obter uma leitura de contexto alargada à escala concelhia. Apesar da

dimensão desta escala de análise, a interpretação de vários indicadores relativos às diversas freguesias permitiu antecipar a existência de dinâmicas específicas que, num estudo das características do PMIGO não seria possível interpretar, mas que, de acordo com os princípios deste trabalho, era relevante considerar.

Todo este processo resultou numa forte envolvência com o território do concelho de Odivelas, lançando as bases para uma abordagem direccionada de acordo com os princípios do planeamento estratégico.

Este e outros factores foram determinantes na opção pela metodologia apresentada e pela forma como se alcançaram informações necessárias para o desenvolvimento do relatório, especialmente ao nível da definição do caso de estudo e na facilitação no processo de realização de entrevistas.

3. Olival Basto: Contexto

A definição de uma área urbana como caso de estudo esteve, como referido, associada ao estágio que foi realizado no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas, sob a dependência da Senhora Conselheira Municipal para a Igualdade de Género³. Os trabalhos desenvolvidos nesse estágio (de 31/01/2011 a 29/04/2011) centraram-se, principalmente, no desenvolvimento do primeiro Plano Municipal para a Igualdade de Género de Odivelas (PMIGO) 2012.

É neste contexto, e fruto do conjunto de conhecimentos e experiências adquiridas através do trabalho em equipa e de visitas realizadas a vários pontos do concelho, que se definiram algumas áreas com potencial interesse para o desenrolar deste relatório de estágio.

Nesta fase foi importante reflectir acerca dos territórios que poderiam constituir uma possibilidade de caso de estudo. Desta forma, e face à problemática identificada, a escolha incidu sobre um território fragmentado, cuja envolvente representasse um desafio para planeadores e população e que se enquadrasse num cenário de necessidade de intervenção e mudança. Assim, optou-se por uma abordagem à freguesia do Olival Basto, representada na figura 2.

Esta é uma das freguesias com menor dimensão em termos de área do concelho de Odivelas, juntamente com a freguesia da Póvoa de Santo Adrião. Está confinada pelas freguesias de Odivelas a Oeste, pela freguesia da Póvoa de Santo

³Eduarda Correia de Barros licenciou-se em Filosofia, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e concluiu o Mestrado em Filosofia, na área da epistemologia na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Fez parte, enquanto aluna, do Conselho Directivo da Faculdade de Letras com o Prof. Jorge Gaspar e foi membro fundador da Associação Portuguesa de Filosofia. Actual Conselheira Municipal para a Igualdade de Género no município de Odivelas desempenhou funções como Vereadora do pelouro de Acção Social, Cultura e Desporto, durante os anos de 2007 e 2009. É, actualmente, deputada na Assembleia Municipal de Odivelas, e membro da comissão especializada permanente de educação, cultura, juventude e desporto. É também docente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

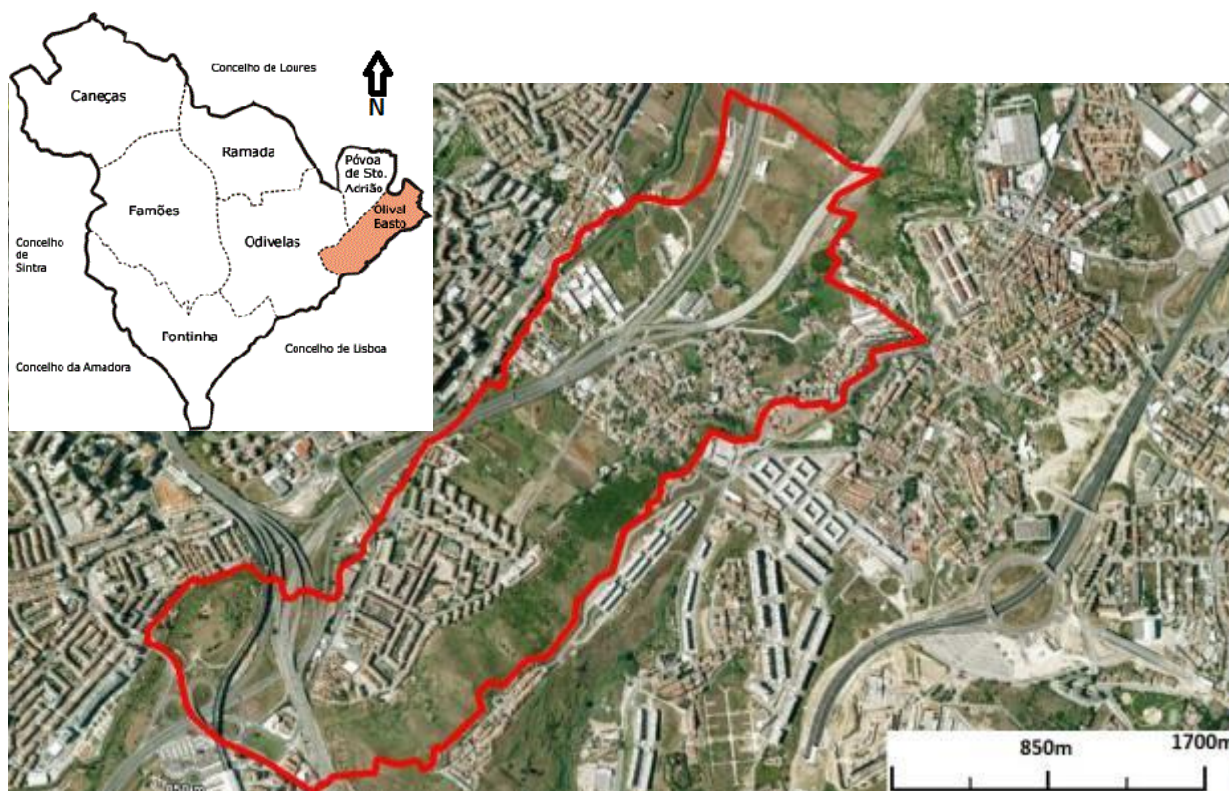


Figura 2 - Freguesia do Olival Basto

Fonte: Google Earth (adaptado)

Adrião a Norte, a Este pelo concelho de Loures e a Sul pelo concelho de Lisboa. A freguesia foi criada em 1989, ocupando uma área de, aproximadamente, 1,3km².

Esta freguesia apresenta uma delimitação bem clara, definida pela presença de eixos viários regionais a Norte e a Oeste (A8, IC17 e IC22) e de um terreno com forte declive (vertente) a Sul e a Este. Estas condições desencadeiam uma sensação de insularidade, que faz com que a freguesia em questão se apresente algo isolada das freguesias vizinhas, fruto das condições naturais e humanas que modelam o território. Assim, o atravessamento daquela área por eixos viários marcantes é um factor decisivo em qualquer análise que se estabeleça, principalmente se forem tidos em conta factores como a mobilidade ou os transportes.

De igual forma, a Sul, a presença da vertente representa também uma barreira física que delimita claramente o território devido à sua inclinação. A esta situação de limitação espacial bem definida, acrescenta-se a impossibilidade de aumentar a sua área urbana, já que, segundo o PDM, os terrenos que não se encontram urbanizados ou são zonas agrícolas ou zonas de enquadramento de instabilidade geotécnica.

São estas as premissas gerais de enquadramento da freguesia do Olival Basto, que, pela sua importância, deverão ser tidas em conta nas análises subsequentes.

3.1 Enquadramento Demográfico

Se à sua área forem conjugados aos seus 5840 habitantes, segundo os censos de 2011, tem-se uma densidade populacional na ordem dos 4284 hab/km². Este valor encontra-se bastante acima da média que se verificava, segundo o INE, em 2011 a nível nacional (115 hab/km²) e distrital (1483 hab/km²), porém, abaixo da média concelhia, que se situava na ordem dos 5484 hab/km².

É importante salientar que a freguesia apresenta uma tendência clara de perda populacional, já que, de 1991 para 2001 teve uma taxa de variação da população negativa de 14,9%. Tal facto repetiu-se de 2001 para 2011, já que a população baixou dos 6246 habitantes em 2001 para os já referidos 5840 habitantes em 2011, o que representa uma quebra de, aproximadamente, 7%.

Residiam na freguesia, em 2001, 2 979 homens, um número inferior ao verificado para as mulheres, 3267. Já em 2011, o número de habitantes do sexo masculino é de 2776 ao passo que os do sexo feminino são 3 064. Com isto percebe-se que, a redução da população foi, de 2001 para 2011, de 7,3% nos homens e 6,6% nas mulheres.

Através da análise da pirâmide etária do Olival Basto, representada na figura 3, conclui-se que esta tem uma estrutura onde prevalecem as classes etárias adultas e envelhecidas. No entanto, a estrutura etária entre os 20 e os 24 anos apresenta um valor bastante elevado. Tal pode dever-se ao facto de coincidir com o momento de criação da freguesia. Ainda assim, devido ao facto de os dados disponíveis terem já pouco mais de dez anos, é de esperar que a estrutura da pirâmide se apresente ainda

mais envelhecida, com especial enfoque para as idades compreendidas entre os 60 e os 70 anos.

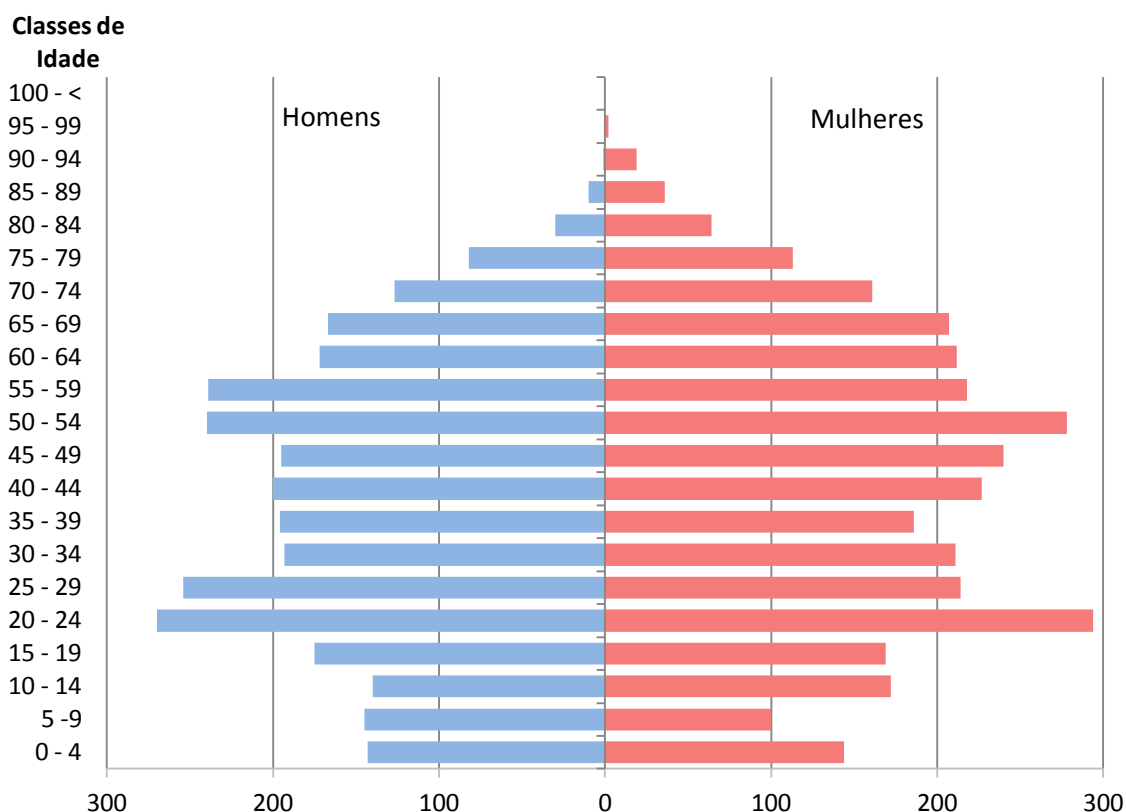


Figura 3 - Pirâmide etária da freguesia do Olival Basto

Fonte: INE, 2001

3.2 Contexto Social e Económico

Segundo o Departamento de Planeamento Estratégico da CMO registava-se, em 2001, uma taxa de desemprego de 6,9%, superior em 0,2% à verificada para o concelho. A taxa de desemprego masculina era de 5,6%, inferior em 0,4% à verificada no concelho, porém, a taxa de desemprego feminino estava bem acima daquela registada para o conjunto das freguesias do concelho de Odivelas (7,5%), situando-se nos 8,3%, o que representa uma disparidade significativa e faz com que a taxa de

desemprego global da freguesia esteja ligeiramente acima da registada no conjunto de todas as freguesias do concelho de Odivelas.

No entanto, é de esperar que estes valores sejam, actualmente, mais elevados, de acordo com a tendência verificada ao nível nacional de agravamento dos valores relativos ao desemprego. A taxa de actividade feminina era de 47,5%, mais de 10% abaixo da verificada para o sexo masculino (58,1%). Relativamente aos reformados, existam 511 homens e 677 mulheres nessa situação para o ano referido.

No que diz respeito aos sectores de actividade, também relativamente ao ano de 2001, o sector primário tem um peso residual, já que emprega apenas 7 homens e 2 mulheres. O sector secundário emprega um número francamente superior de pessoas do sexo masculino (627), ao passo que apenas 178 mulheres têm o seu trabalho enquadrado neste sector. Situação inversa verifica-se no sector terciário, que emprega 1244 mulheres, número superior ao verificado nos homens, que se situa nos 1001 indivíduos, segundo os serviços da CMO.

3.3 O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e as infra-estruturas sociais

Para além de elementos fornecidos pelo INE, as informações que aqui se apresentam tiveram também como base a análise de documentos e estudos realizados pelos gabinetes da Câmara Municipal de Odivelas e outras estruturas sociais afectas ao concelho e à freguesia. Tal pesquisa permitiu conhecer outros dados relevantes que contribuem de forma decisiva para a análise e enquadramento das características sociais, económicas e comunitárias da comunidade desta freguesia.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), aprovado pelo Centro Local de Acção Social de Odivelas na sua 13ª Sessão Plenária, de 26 de Março de 2008, é um documento que desenvolve uma estratégia alargada de intervenção social integrada

ao nível concelhio. Assim, são definidos objectivos e métodos capazes de responder às necessidades detectadas no Diagnóstico Social. Desta forma, é estruturada uma actuação que tem por base um conjunto de eixos de intervenção (educação, saúde, entre outros), vindo a ser definidos, no conjunto dos factores que compõem cada um deles, um rol de acções identificadas como eixos prioritários de actuação. Ou seja, genericamente, são definidas grandes áreas de acção, e dentro dessas, as principais prioridades de intervenção.

Quando a análise do PDS se centra exclusivamente na área da freguesia do Olival Basto, são identificadas como principais lacunas a “ausência de respostas de saúde na freguesia” (eixo da saúde) e a “insuficiência de valências para a população idosa” (eixos dos equipamentos e ordenamento do território).

Face a isto, e segundo o Plano de Desenvolvimento Social, conclui-se que não existe qualquer estrutura que responda às necessidades de cuidados de saúde na freguesia, sendo atribuída a esta questão uma ordem de prioridade 1 (elevada). Tal significa que os seus moradores estão obrigados a deslocarem-se às unidades existentes nas outras freguesias.

De igual forma, a elevada proporção da população idosa obriga a aumentar o conjunto de valências para esta população. Segundo o PDS, esta questão deve ser também considerada como prioridade 1, já que o único Centro de Dia existente parece não ser suficiente para responder às necessidades deste estrato populacional, para além de não estar vocacionado para cobrir todas as lacunas verificadas.

Perante este quadro, fica claro que os principais problemas na freguesia do Olival Basto, enquadrados no PDS, prendem-se com as respostas ao nível da saúde e ao envelhecimento populacional, sendo que ambas constituem principais prioridades de actuação. É no âmbito desta problemática que são indicadas as respostas e os caminhos a seguir.

Assim, e uma vez mais tendo como base o PDS, atendendo à situação verificada ao nível da oferta dos cuidados de saúde, foi prevista a construção de uma Unidade de Saúde na freguesia até Dezembro de 2010. Para alcançar este objectivo o PDS propõe

alertar e pressionar “a administração central da necessidade urgente da construção e execução das obras”, havendo já a “cedência de terreno por parte da CM de Odivelas” na freguesia para o efeito. Porém, e apesar de correr já o ano de 2012, ainda não está prevista uma data para o início desta obra.

Relativamente à questão da insuficiência de valências para a população idosa, apesar de ter sido considerada uma prioridade de nível elevado, não é feita uma consideração específica em termos territoriais relativa à freguesia do Olival Basto que procure responder a essa necessidade. Esta situação é remetida para o alargamento da capacidade existente ao nível da resposta domiciliária, através da sensibilização das IPSS para o alargamento desta resposta e a dinamização de grupos locais com vista à criação de novas IPSS (eixo dos grupos sociais específicos).

Ao nível dos equipamentos e ordenamento do território, eixo em que fora enquadrada a insuficiência de valências para a população idosa, não surge nenhuma consideração específica que vise responder a esta necessidade. Apenas é possível encontrar “a insuficiência de equipamentos de cultura e lazer” a que se procura responder através do “aumento das respostas e equipamentos existentes” e da inclusão da “comunidade na programação dos equipamentos”.

Tal, não deixa claro o tipo de resposta a dar a esta lacuna, identificada no Plano, nem o eixo em que esta se enquadra, não permitindo concluir se estamos perante uma questão relativa ao eixo dos equipamentos e ordenamento do território ou ao eixo dos grupos sociais específicos.

Como na generalidade dos planos, este também compreende uma dimensão relativa à sua avaliação onde se tornaria possível debater acerca do grau de cumprimento das medidas e orientações definidas. Porém, devido ao facto da generalidade destas medidas ter como horizonte temporal o final do ano de 2010, e o plano ter um horizonte temporal de 3 anos, não está ainda disponível uma avaliação ou revisão do mesmo, à excepção de algumas recolhas de dados estatísticos realizadas semestralmente que acabam por ter pouco significado para o tema deste relatório de estágio.

A análise realizada permite evidenciar de forma sucinta as características da freguesia ao nível social e algumas das suas necessidades e lacunas. Ainda assim, a esfera social, apesar da sua inegável importância, não se constitui como a única componente em análise neste relatório, o que obriga ao alargamento do estudo a outros documentos.

3.4 O envelhecimento da comunidade do Olival Basto

Dos documentos produzidos pelo Gabinete de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Odivelas, entre os quais destacam-se os “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico – Volume I Historial e Perfis Demográfico e Sócio Económico” (2004). Este documento tem como objectivo definir perfis demográficos, sociais e económicos tendo por base o XVI Recenseamento Geral da População.

O documento aborda as características demográficas, sociais e patrimoniais de cada freguesia, fazendo uma análise da realidade verificada, procurando, no final, caracterizar a população do concelho de Odivelas em níveis demográficos.

Assim, são considerados diversos indicadores económicos, sociais e demográficos, porém, a ideia principal relativamente à freguesia do Olival Basto é a de que está a sofrer uma “desvitalização preocupante”. Tal diagnóstico é sustentado pela análise realizada ao conjunto dos indicadores que a seguir se apresentam.

Segundo os Censos de 2001 que a freguesia do Olival Basto apresenta o maior índice de envelhecimento do concelho, na ordem dos 120,7%. Acentuando este cenário, o índice de dependência de jovens é de 19,3% ao passo que o índice de dependência de idosos se situa nos 23,3%. Estes valores, aliados à análise da estrutura da pirâmide etária (figura 3), permitem compreender o peso relativo dos grupos populacionais mais envelhecidos e mais jovem relativamente à população que se

encontra em idade activa. Assim, fica claro que o envelhecimento da comunidade do Olival Basto é um factor a ter em conta e que se agravará num futuro próximo.

O “Volume I Historial e Perfis Demográfico e Sócio Económico” dos “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico” conclui que *uma reflexão acerca da estrutura demográfica do Concelho a médio/longo prazo, afigura-se, assim, essencial, porque a mesma terá impactes no tipo de necessidades da população e, conseqüentemente no tipo de planeamento desejável para o território concelhio* (2004: 112). Este cenário ganha um peso ainda mais significativo nos casos cuja população mais envelhecida represente uma fatia importante do total da população, como se verifica no Olival Basto.

Assim, conclui-se que o peso da população envelhecida na freguesia em questão é bastante significativo. Porém, é necessária uma análise mais detalhada para compreender se existirão outras dinâmicas populacionais que se possam vir a revestir de interesse para a concepção de um espaço público que se adequê às necessidades dos idosos.

3.5 Os desafios na comunidade do Olival Basto

O terceiro volume dos “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, Odivelas – Das necessidades e aspirações da população à definição de linhas estratégicas”, igualmente desenvolvido pelo Departamento de Planeamento Estratégico da CM de Odivelas, de Abril de 2002, constitui um documento fundamental para a caracterização do Olival Basto. O objectivo dos referidos estudos prévios é o de compreender as principais características da população do concelho, bem como as problemáticas, contribuindo, desta forma, para a concepção de orientações estratégicas e *com base nas preocupações da população, transformá-las em linhas de orientação estratégica a*

ter em conta nos processos de Planeamento Estratégico, nomeadamente o Plano Director Municipal e Planos Estratégicos de Desenvolvimento (2002: 1).

Naquele documento a apresentação dos dados surge dividida em dois grandes grupos, reservando-se a primeira parte para a apresentação de informação relativa à situação familiar e demográfica e a segunda para aquela que remete para os aspectos sociais.

Também neste caso a problemática do envelhecimento populacional fica reforçada. A idade mediana da população da freguesia é de 36, superior em 2 anos à verificada para o concelho. É também realçado que, apesar da freguesia do Olival Basto apresentar uma densidade populacional “intermédia” relativamente à verificada para o nível concelhio, o rácio fogo/família é dos mais baixos (aproximadamente 1,1), o que pode significar uma oferta débil ao nível da oferta de habitação. Note-se que é nesta freguesia que a maior parte das residências estão ocupadas como residência habitual, sendo também no Olival Basto que alojamentos com 1 ou 2 divisões têm maior peso.

Ao nível familiar, a maior parte dos agregados são compostos por 3 ou 4 indivíduos, apesar de ser também nesta freguesia que mais pessoas vivem sozinhas. Mais uma vez, relativamente aos núcleos familiares, é no Olival Basto que se encontram mais famílias com 65 ou mais anos e menos núcleos familiares com jovens cuja idade seja inferior a 15 anos.

No Olival Basto, existe também uma elevada proporção de reformados e indivíduos cujo principal rendimento é proveniente das pensões. É também de salientar o elevado número de mulheres domésticas (244), relativamente ao valor verificado para o concelho, sendo a terceira freguesia onde, em termos relativos, existem mais mulheres nesta situação.

De igual forma, a taxa de desemprego no Olival Basto, a par da verificada para a freguesia da Pontinha, é das mais elevadas do concelho, bem como o número de indivíduos que recebem o subsídio de desemprego.

A freguesia apresenta também uma taxa de analfabetismo significativa (6,58%), a segunda maior do concelho, o que, face ao elevado envelhecimento da população, exige uma abordagem cautelosa às problemáticas que afectam os lugares que frequentam.

Feita a apresentação de alguns indicadores demográficos, sociais e económicos, este volume dos “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, Odivelas – Das necessidades e aspirações da população à definição de linhas estratégicas, desenvolve também uma análise ao nível do ambiente físico das diversas freguesias.

No caso do Olival Basto, boa parte da preocupação da comunidade centra-se na qualidade dos arranjos exteriores e na limpeza pública, já que 29,5% da população avalia negativamente a higiene pública e 34,5% reprova a qualidade dos arranjos exteriores. Face a isto, o documento refere um índice de satisfação relativo ao ambiente físico, de apenas 45,4%, que permite concluir, segundo o documento mencionado, que menos de metade da população do Olival Basto está satisfeita com a qualidade do espaço físico da freguesia.

Face a este valor, e atendendo ao impacto que a poluição tem para a definição de um ambiente saudável e ao ganho de importância desta temática nas preocupações sociais contemporâneas, 39,5% da população considera a freguesia poluída, o que faz com que seja a considerada terceira mais poluída pela sua comunidade. Neste aspecto deverá ser aprofundado, já que o documento não o explicita, se o que preocupa a freguesia é a poluição gerada pelo tráfego das vias de comunicação que a atravessam ou outros tipos de poluição, como a resultante dos resíduos domésticos.

No que diz respeito à segurança, este tema não parece ser motivo de grande preocupação. Apesar de não ser referido um valor para a freguesia do Olival Basto, no âmbito do volume dos “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, Odivelas” que se refere às “necessidades e aspirações da população para a definição de linhas estratégicas” surge no grupo das consideradas “mais seguras” em termos de criminalidade pelos seus moradores.

Apesar disso, não é de descurar alguma reflexão. Isto porque, face à ausência de um valor e devido ao facto de os dados serem apresentados sob a forma de escala, a existência de uma freguesia considerada muito insegura pode fazer com que outras, também inseguras, ainda que não tanto quanto a que apresenta o maior valor, surjam numa posição equivalente a uma ideia de maior segurança. Tal pode dever-se a uma dificuldade de análise face ao tipo de escala utilizada.

A saúde é considerada pela comunidade do Olival Basto uma área que exige intervenção. Tal reflecte-se na reivindicação da construção de um Centro de Saúde, defendida por 46,5% da população.

Quando o estudo se refere à qualidade urbanística, 26,7% da população da freguesia avalia negativamente a habitação, a arquitectura e os espaços exteriores, o que reflecte alguma insatisfação relativamente a estes parâmetros. O sistema viário é avaliado negativamente por 23,4% da comunidade, o que se poderá dever ao “efeito ilha”, já sucintamente abordado e aprofundado à frente.

De igual forma, a rede de transportes públicos merece uma avaliação negativa por parte de 17,2% dos residentes no Olival Basto, o que indicia algumas dificuldades na mobilidade e acesso aos transportes públicos.

Apesar de um conjunto significativo de situações merecer uma avaliação negativa por parte dos moradores no Olival Basto, 77,4% destes manifestam-se “apegados” ao território. Boa parte deste valor justifica-se com alguns exemplos apresentados no documento. O mais relevante está relacionado com o facto de, boa parte da comunidade, ter residido a maior parte da sua vida na freguesia e aí ter os seus amigos e hábitos.

Ainda assim, 35,7% da população manifesta o desejo de abandonar a freguesia, sendo mesmo esta aquela onde se verifica o maior número relativo de indivíduos que ponderam abandonar a freguesia no conjunto daquelas que compõem o concelho de Odivelas.

Ainda segundo os “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, Odivelas – Das necessidades e aspirações da população à definição de linhas estratégicas”, o espaço público exterior parece não atrair a atenção da população, que opta por ocupar o seu tempo livre em pastelarias ou cafés, sendo que boa parte desta acaba por se deslocar para fora da freguesia para ocupar o seu tempo livre, o que impossibilita o estabelecimento de um modo de vida baseado na comunidade local. Quase 64% da população da freguesia gostaria que se realizassem mais actividades de carácter desportivo, o que demonstra um aproveitamento deficitário dos equipamentos desportivos públicos da freguesia.

Em função dos valores apresentados, apenas 62,8% da população gostaria de continuar a residir na freguesia. Tal facto, para uma freguesia com a dimensão populacional do Olival Basto no contexto concelhio, o facto de quase 40% da sua população poder estar insatisfeita com a qualidade de vida da freguesia e ponderar abandoná-la é motivo de forte preocupação. Tal pode vir a acentuar de forma irrecuperável o processo de perda populacional, principalmente da população enquadrada nas classes etárias mais jovens.

Ao nível do imaginário e do conjunto de ideias e percepções que a população tem da sua freguesia, 49,6% tem uma imagem positiva, ao passo que 40,8% tem uma imagem negativa. Estes valores demonstram que quase metade da população ainda mantém uma relação emocional positiva com a freguesia, baseada no conjunto de experiências que aí viveu.

Porém, a todo este diagnóstico dos “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, Odivelas – Das necessidades e aspirações da população à definição de linhas estratégicas” deve ser também acrescentada alguma letargia da população residente. Isto reflecte-se no facto da comunidade da freguesia, quando questionada sobre aquilo que aconselharia para o desenvolvimento da freguesia, responder maioritariamente com “não sabe/não responde”. Tal situação fica reforçada com a baixa taxa de participação da população em manifestações ou acções simbólicas que ocorrem na freguesia, nas quais apenas 4,7% da população do Olival Basto afirmou

participar, de acordo com volume “das necessidades e aspirações da população à definição de linhas estratégicas” dos Estudos Prévios de Planeamento Estratégico.

Os dados mencionados por este documento permitem conhecer a realidade demográfica e social da freguesia bem como a sua imagem na perspectiva dos seus habitantes. Estes elementos são importantes, na medida em que permitem o desenvolvimento de algumas ideias que podem auxiliar a elaboração de uma proposta para o espaço público adequado às características da comunidade.

Um dos aspectos que importa realçar desta análise é a relevância que o factor género e idade têm na estrutura populacional da freguesia. Desta forma, é adequado considerar que estas duas categorias analíticas serão aquelas que merecem o foco neste relatório. Tal deve-se ao facto de, sobre a origem étnica ou deficiência, não se terem encontrado dados de uma existência significativa na freguesia ou ainda situações de potencial exclusão devidas às condições referidas

3.6 “Olival Basto Ocidental” e “Olival Basto Oriental”

Procurando compreender se existem assimetrias dentro da própria freguesia, foi consultado o Diagnóstico Social, realizado pelo Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Odivelas, em Março de 2005. Pelos dados apresentados, é realizada uma separação em dois da freguesia a que, segundo o tipo de divisão, é possível chamar de “Olival Basto Ocidental” e “Olival Basto Oriental”, sendo esta última apelidada no Diagnóstico de “Quinta de Várzea”.

Assim, e através da análise deste documento é possível concluir que existem diferenças bastante claras entre estas duas áreas, o que dota a freguesia de características bastante particulares.

No que diz respeito à densidade populacional, esta é muito mais elevada na parte Ocidental da Freguesia (5781 hab/km²) quando comparada com a parte Oriental que apresenta valores na ordem dos 2906 habitantes por km², quase metade.

Também segundo o Diagnóstico Social, o mesmo sucede relativamente ao peso dos idosos, já que na área correspondente à Quinta da Várzea existem, aproximadamente, 55 idosos para cada 100 jovens, ao passo que no Olival Basto Ocidental existem cerca de 198 pessoas com mais de 65 anos para cada 100 jovens.

Também ao nível do edificado se mantêm as diferenças. Cada edifício, no Olival Basto Ocidental, tem quase 7 (6,9) alojamentos, ao passo que na Quinta da Várzea, esse valor se situa nos 2,2. Isto significa que, no primeiro caso, os edifícios terão mais pisos e mais fogos por piso, ao passo que no Olival Basto Oriental o tipo de edificado dominante será a moradia e edifícios com menos pisos e 2 a 3 apartamentos. Além disso, o índice de envelhecimento dos edifícios é mais elevado no Olival Basto Ocidental, com 4,6, o mais elevado de todo o concelho, enquanto no Olival Basto Oriental esse valor se situa nos 0,6.

Face aos dados introduzidos ficam perceptíveis diferenças estruturais demasiado profundas entre estas duas áreas que compõem a freguesia do Olival Basto, o que impossibilita a adopção de uma estratégia que dê uma resposta comum a toda a freguesia. Desta forma, e perante as assimetrias detectadas, é necessário considerar, com a especificidade que as características de cada área exigem, cada uma delas de forma individualizada.

Tal facto reforça-se pela génese de cada um dos espaços, que impossibilita uma resposta de âmbito geral, já que a área correspondente à Quinta da Várzea, essencialmente composta por 3 bairros clandestinos (Quinta da Várzea, Quinta da Serra e Cassapia), foi construída, segundo o Volume I dos Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, *no final dos anos 50 em zonas inundáveis, em solos com capacidade agrícola, em faixas de protecção às estradas nacionais e com grande parte das habitações erguidas em zonas de forte declive, superior a 25%, sendo consideradas áreas irrecuperáveis do ponto de vista urbanístico* (2004: 14).

Assim, e atendendo ao facto de existirem diferenças muito fortes ao nível do tipo e idade do edificado, bem como ao peso da população idosa e à densidade populacional, o tipo de expectativas a encontrar em cada uma das áreas seriam também totalmente diferentes. Face a isto, e tendo em conta a particularidade das acções do planeamento estratégico, concebidas de acordo com as especificidades da realidade local para responder às necessidades eminentes de cada lugar, não seria correcto abordar de forma conjunta as duas áreas quando tidas em conta as diferenças existentes entre uma e outra.

Desta forma, e perante as assimetrias verificadas é impossível abordar de forma integrada as duas áreas, pelo que, neste trabalho, se optou por desenvolver os objectivos propostos centrados na área do Olival Basto Ocidental, uma vez que do ponto de vista urbanístico esta área não é considerada irrecuperável e reúne as condições necessárias para que se considere como prioritária uma intervenção ao nível do espaço público e demais factores associados ao mesmo. A área em questão está representada na figura 4, que identifica e delimita o espaço sobre o qual o estudo de caso se centrou, bem como apresenta os locais onde se realizou a observação *in loco*.



Figura 4 - Delimitação da área de estudo

Fonte: Google Earth (adaptado)

Ainda que o trabalho desenvolvido corresponda, na sua essência à realidade detectada no caso de estudo, deve ser observada uma lógica de coesão territorial e social que aborde de forma integrada o território observado. Isto porque a freguesia do Olival Basto não é composta apenas pela sua parte mais ocidental, mas sim por todos os territórios com as suas diversas características.

A ausência de uma abordagem deste tipo tem gerado, frequentemente, uma freguesia desconexa e fragmentada, constituída por, pelo menos, dois “mosaicos”, profundamente distintos entre si. É necessário observar a diversidade social existente, de modo a que se possam interligar as diversas áreas desta freguesia, gerando assim um território mais inclusivo do ponto de vista da escala local, dotado de uma centralidade própria, mas integradora para todo o seu território, que inclui espaços urbanos, rurais, AUGI, e ainda áreas que integram a REN.

Isto permite concluir que na freguesia do Olival Basto, apesar da sua reduzida dimensão, existem territórios bastante diversificados e de características distintas entre si. Assim, a existência de áreas urbanas não planeadas e de génese ilegal, espaços não urbanizados que fazem parte da REN, bem como de um território urbano organizado e planeado, resultam num “mosaico” territorial bastante diversificado. Face a isto, a atenção centrada na Vila do Olival Basto, tem como objectivo não apenas a revitalização da área de estudo, mas também o de representar uma oportunidade de reinvenção dos restantes espaços que compõem a freguesia. Promovendo uma parte específica da freguesia, estar-se-á a contribuir também para a recuperação da área envolvente, que apesar de ter condições distintas, poderá beneficiar de uma intervenção no Olival Basto Ocidental com vantagens para a qualidade de vida da sua comunidade.

A eleição do caso de estudo está também relacionada com a metodologia do planeamento estratégico inclusivo, que centra a sua atenção não apenas na esfera espacial e arquitectónica, mas também social, sendo de privilegiar esta última em espaços urbanos consolidados. Face a isto, a Vila do Olival Basto reúne as condições indicadas para este estudo, tendo ainda o potencial necessário para contribuir para o

desenvolvimento social e cívico da área envolvente, o que contribuiria decisivamente para a melhoria das condições da freguesia enquanto um todo.

4. Olival Basto: Centralidade própria e identidade territorial positiva

Os próximos pontos são resultado do trabalho de campo realizado, tendo como principais fontes de informação as entrevistas e observações realizadas, devidamente articuladas com a análise complementar realizada a diversos documentos. Desta forma, pode ser considerada como uma parte do trabalho cuja produção se realizou de acordo com os recursos próprios e de forma autónoma, sem recorrer a outros trabalhos já desenvolvidos.

Apresentam-se os principais aspectos detectados, que, face aos factos que os envolvem, são de indiscutível relevância para a comunidade do Olival Basto, devendo ser encarados como importantes elementos positivos e de base para o desenvolvimento de uma estratégia de revitalização urbana e de coesão social do bairro.

4.1 Uma centralidade própria

No contexto do concelho a organização territorial da freguesia, especialmente quando enquadrada no conjunto do concelho de Odivelas, resulta numa centralidade própria. Tal deve-se não apenas à presença de uma escola básica com jardim infantil, mas também a um comércio tradicional de proximidade que garante a satisfação das necessidades diárias da comunidade local. Os entrevistados no Centro de Dia referiram ser possível realizar as suas compras diárias ou semanais sem se deslocar para fora da freguesia, sendo que boa parte deles fá-lo sem recorrer ao automóvel, o que representa uma lógica de vida diária com base na escala e estruturas locais.



Figura 5 - O quotidiano com base no local (Rua da Ilha da Madeira, Olival Basto)

Fonte: Própria

Esta situação representa uma clara valorização da freguesia que gera um dinamismo económico e social próprio assente na sua comunidade. Para além desta valorização, estabelece-se também uma identidade positiva como consequência do processo de socialização, estreitamento e aprofundamento dos laços de proximidade entre os intervenientes neste processo (figura 5).

Esta centralidade é também referida no PDM do concelho, na carta de estrutura e forma urbana – dinâmicas urbanísticas, acentuando a importância deste fenómeno para o planeamento estratégico enquanto um processo que deve ser salvaguardado e privilegiado.

4.2 A identidade territorial positiva

Um dos possíveis resultados desta centralidade e dinâmica local é o apego da população ao território. Como já foi referido, segundo o volume III dos Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, 77,4% da população da freguesia manifesta-se apegada ao território. Tal deve-se, principalmente, ao facto de boa parte da população já residir na freguesia há vários anos, o que acentua a sua proximidade emocional aos lugares que frequentam diariamente e onde satisfazem as suas necessidades sociais à décadas, reforçado pelo facto de 62,8% da população tencionar continuar a residir na freguesia.



Figura 6 - Exemplo de identidade territorial (Rua de Angola, Olival Basto)

Fonte: Própria

Esta identidade territorial francamente positiva, como exemplifica a figura 6⁴, constitui um factor que se pode revelar determinante para o futuro da freguesia. Isto significa que o apego que a população sente relativamente à freguesia pode ser um factor importante na promoção e salvaguarda das identidades locais perante os processos que podem vir a intervir naquela área. Isto, para além de que, uma população apegada ao seu território representar uma relevante força local na defesa dos seus interesses. É por isso importante dar a esta comunidade formas de se envolver com a política local já que são uma parte interessada e fundamental no processo de decisão.

4.3 A utilização do espaço público

Nas diversas visitas e observações realizadas aos lugares da freguesia registou-se sempre uma presença humana regular do espaço público ao longo dos vários momentos de observação (figura 7).

Da parte da manhã a circulação no espaço público é mais intensa perto do mercado e dos supermercados, onde as mulheres realizam as suas compras domésticas diárias, sendo algumas delas acompanhadas pelos netos.

Já da parte da tarde, os lugares de permanência, especialmente os bancos ou jardins perto dos campos de jogos, estão ocasionalmente ocupados, principalmente por pessoas idosas do sexo feminino socializando. Perto da escola e jardim infantil (figura 8), é também comum encontrar grupos de jovens nos bancos, bem como idosos, principalmente do sexo feminino que aguardam a saída das crianças das aulas. Os idosos do sexo masculino encontram-se, na sua maioria, no Centro de Dia, como mais à frente se verá.

⁴ Á data de realização deste trabalho, foi proposto que a freguesia do Olival Basto se fundisse com as freguesias de Odivelas e Póvoa de Santo Adrião, à luz dos princípios do Documento Verde para a reforma da administração local



Figura 7 - Ocupação do espaço público (Rua Dio, Olival Basto)

Fonte: Própria

O campo de jogos está frequentemente ocupado por jovens, especialmente do sexo masculino em actividades de lazer ou jogos. Num dos parques infantis é comum encontrar pessoas idosas com os seus netos.

Esta ocupação do espaço público, tendo em conta as características da freguesia, é feita principalmente por pessoas mais idosas, havendo poucos jovens adultos no espaço público durante o período laboral tradicional. Ao final da tarde é notório o regresso a casa protagonizado por este excerto da população, que aproveita, igualmente para realizar algumas das compras diárias no comércio tradicional.



Figura 8 - Um dos jardins infantis da freguesia (Rua de Cabo Verde, Olival Basto)

Fonte: Própria

Isto reflecte, uma vez mais, uma lógica de funcionamento local com características particulares, o que exige uma abordagem igualmente específica.

4.4 O trânsito e estacionamento

O posicionamento da freguesia face ao sistema viário dá-lhe algumas vantagens, relativamente ao tráfego e ao estacionamento. Devido ao facto de existirem eixos viários de elevada ordem perto da freguesia, seria de esperar um tráfego intenso, porém, devido às características comerciais e ao posicionamento dos nós viários em posições mais afastadas da área de estudo, verifica-se uma intensidade de tráfego bastante baixa, correspondendo apenas às necessidades de quem se desloca de e para a freguesia. Assim, não se verificando trânsito de passagem, a poluição sonora e ambiental está mais reduzida, o que se reflecte num ambiente calmo e tranquilo.



Figura 9 - Trânsito pouco intenso e estacionamento ordenado (Rua São Tomé e Príncipe, Olival Basto)

Fonte: Própria

O estacionamento é feito de forma organizada e disciplinada (figura 9). A única exceção verifica-se na Praceta de Goa (figura 10), onde o passeio está permanentemente ocupado com automóveis estacionados, dificultando sobremaneira



Figura 10 - O único caso de estacionamento problemático na área de estudo (Praceta da Goa, Olival Basto)

Fonte: Própria

a circulação.

Quando comparado com outras situações que se vivem nas áreas urbanas, o trânsito e estacionamento no Olival Basto representam aspectos positivos de realce, já que a presença do automóvel não domina a paisagem e não impede ou dificulta a circulação pedonal, estando o tráfego bastante reduzido e limitado às deslocações absolutamente necessárias, não se verificando um fluxo muito intenso no interior da freguesia. Tal resulta numa maior sensação de conforto e segurança para os peões que pode gerar uma maior propensão à permanência e apropriação dos lugares públicos.

4.5 O ordenamento espacial

O território urbanizado da freguesia do Olival Basto enquadrado na área de estudo apresenta-se bem ordenamento, num padrão regular, dominado por ruas paralelas e perpendiculares.

O desenho das ruas permite uma orientação e deslocação facilitadas e com boa visibilidade, não existindo ruas estreitas, becos, ou outros locais associados à sensação de insegurança.

O mobiliário urbano, apesar de antiquado, apresenta-se, geralmente, bem conservado e existem várias áreas ajardinadas ao longo das ruas de maior circulação pedonal e nas traseiras dos prédios, dando uma ideia de que são lugares regularmente cuidados e conservados, ao contrário das fachadas de vários prédios que apresentam, em alguns casos, sinais de degradação evidente. Este contraste relativamente a uma conservação razoável dos equipamentos públicos e a uma degradação significativa de alguns dos edifícios pode gerar a insatisfação dos residentes na freguesia relativamente aos arranjos exteriores

Esta organização espacial constitui um ponto de relevo, já que o espaço está bem definido e sedimentado. Assim, boa parte das actividades económicas e sociais

desenvolvidas privilegiam esta configuração, como por exemplo a ocupação das esquinas com esplanadas ou as áreas livres com árvores de sombra para mesas de jogo e bancos. Isto permite definir de forma clara as centralidades e uso de cada lugar, sendo que a proximidade uns dos outros lhes garante boa conexão e visibilidade.



Figura 11 - Espaço multifuncional de lazer e permanência (Rua Dio, Olival Basto)

Fonte: Própria

Existem ainda espaços multifuncionais de lazer e de permanência aos quais está inerente um carácter intergeracional devido ao facto de contemplarem funções vocacionadas para crianças, jovens e idosos através do lazer (campos de jogos e equipamentos geriátricos) e da permanência (bancos com sombras) como se pode observar na figura 11.

4.6 O Centro de Dia

Uma das principais estruturas, e também das que tem maior relevância social face ao elevado peso da população idosa, é o Centro de Dia do Olival Basto (figura 12).

Construído em 1983 como resultado do sistema de contrapartidas para a Câmara, que em troca de lotes para urbanizar exigiu a construção de equipamentos para uso público, é apontado por muitos idosos como o seu único apoio e local de convívio sendo utilizado diariamente por cerca de 50 pessoas, na sua maioria homens, embora também se tenha observado a presença de algumas mulheres. Com um universo de 500 sócios, o Centro de Dia desenvolve diversas actividades culturais, de lazer e convívio. Para além disso, dispõe também de um serviço de cuidados básicos de saúde assegurado por uma enfermeira, e um serviço semanal de massagens e fisioterapia.



Figura 12 - Centro de Dia do Olival Basto (Rua de Cabo Verde, Olival Basto)

Fonte: Própria

Apesar de um sem número de dificuldades indicadas pela actual direcção, o Centro de Dia tem levado a cabo um conjunto alargado de iniciativas que procuram, acima de tudo, valorizar a pessoa idosa e promover a intergeracionalidade como é o caso do grupo coral.

Está também equipado com um serviço de lavandaria, que está actualmente desactivado, mas que pode constituir uma resposta colectiva importante para a comunidade desde que devidamente enquadrado.

O Centro de Dia é uma infra-estrutura cujos serviços sociais prestados importa salientar, quer devido aos trabalhos desenvolvidos em prol da coesão social, quer devido ao papel que desempenha no quotidiano de boa parte da população idosa da freguesia que ali encontra um lugar de conforto, convívio e valorização.

5. Olival Basto: Problemáticas

Na sequência da abordagem realizada até aqui é relevante identificar e compreender alguns dos factores que constituem os principais aspectos a afectar negativamente a área correspondente ao caso de estudo, naquilo que pode ser interpretado como debilidades da mesma. Neste caso, estamos perante aspectos de variada ordem com repercussões negativas para a comunidade da freguesia do Olival Basto e que qualquer proposta de intervenção deve procurar minimizar ou atenuar.

5.1 O efeito ilha e a rede de transportes públicos

A posição do Olival Basto, no contexto do concelho de Odivelas, representa uma forte dificuldade para a sua comunidade: para além de se encontrar numa posição periférica no município, as consequências negativas deste posicionamento são extremamente acentuadas devido à envolvente física e viária de atravessamento regional da freguesia (figura 13).



Figura 13 - Olival Basto e a envolvente

Como é possível constatar pela figura 13, a área de estudo encontra-se separada do restante concelho pela presença de eixos viários estruturantes a Norte e Oeste. A Sul existe uma vertente de forte inclinação, configurando-se como uma barreira física natural. Esta combinação de factores humanos e naturais resulta num efeito de isolamento físico a que se pode chamar de “efeito ilha”, baseado na ideia de ausência de uma ligação simples ou facilitada ao restante território do concelho a que a freguesia pertence. Esta situação acarreta fortes dificuldades para a comunidade, especialmente ao nível da mobilidade e do acesso aos serviços de apoio social. Tal como Queirós et al (2010) referem, *se os equipamentos tradicionais (saúde, educação, cultura, lazer e desporto) respondem razoavelmente às necessidades quantitativas, o mesmo não se pode dizer dos equipamentos e serviços de apoio à conciliação da vida laboral e familiar (por exemplo, equipamentos e serviços de cuidados a pessoas dependentes e cuidados a menores)* (2010: 65).

Assim, esta situação exige uma resposta integrada, principalmente ao nível dos transportes, já que a circulação pedonal está bastante dificultada no que diz respeito ao acesso às freguesias vizinhas.

Porém, a rede de transportes existente na freguesia é alvo de fortes queixas por parte dos entrevistados. O principal motivo de descontentamento deve-se ao facto de, boa parte das carreiras existentes tornarem mais fácil o acesso ao concelho de Lisboa ou à freguesia da Póvoa de Santo Adrião do que à sede do Concelho, onde também se localizam boa parte dos serviços.

De facto, ao analisar a carta da rede de transportes colectivos do concelho (em anexo), e se a atenção se centrar na área em questão (figura 14) é possível constatar que na área de estudo existem carreiras oferecidas pela Rodoviária de Lisboa e pela Barraqueiro Oeste que circulam na freguesia.

A Rodoviária de Lisboa serve a área de estudo com as carreiras 201, 214, 226 e 235, ao passo que o Grupo Barraqueiro oferece as carreiras 331, 336 e 337.



Figura 14 - Excerto da carta da rede de transportes colectivos de Odivelas, 2011

Fonte: Carta da Rede de Transportes Públicos Colectivos no Concelho de Odivelas, 2011

Note-se que das carreiras da Rodoviária de Lisboa apenas uma circula no interior da freguesia, já que as restantes têm o seu percurso e única paragem no extremo norte da freguesia, na Rua de Angola.

A isto acresce o facto de os percursos destas carreiras privilegiarem a circulação Odivelas – Lisboa - Odivelas, numa lógica de drenagem dos fluxos de e para Lisboa.

Assim, quem se pretenda deslocar dentro do concelho de Odivelas está obrigado a um significativo número de transbordos, o que, atendendo às características físicas e emocionais de uma população idosa, representa um transtorno e uma restrição.

O serviço oferecido pelo Grupo Barraqueiro não está vocacionado para o tipo de transporte urbano, mas sim inter-urbano, o que também não constitui alternativa para as deslocações inter-concelhias para a população do Olival Basto.

Esta questão, aliada ao posicionamento limítrofe e isolado da freguesia representa uma séria dificuldade para os residentes e trabalhadores do Olival Basto, que no seu quotidiano são obrigados a lidar com a conjugação destes factores na realização das suas actividades de vida diária.

5.2 A inexistência de equipamentos de saúde e serviços públicos

A esta análise deve ainda ser acrescentada a inexistência de uma infraestrutura de prestação de serviços de saúde, facto que é considerado preocupante nos diversos documentos e estudos camarários referidos. Isto obriga a que todos aqueles que precisem de recorrer a cuidados de saúde se desloquem para fora de freguesia, principalmente para a freguesia vizinha da Póvoa de Santo Adrião, num percurso cuja oferta de transportes públicos é considerado deficitário pelos entrevistados.

Tal acentua ainda mais a sensação de isolamento dos habitantes do bairro uma vez que não estão disponíveis para a comunidade as estruturas públicas de apoio, como é o caso da saúde e a oferta de transporte público para o centro de saúde de referência não satisfaz as necessidades dos utentes residentes no Olival Basto (figura 15).



Figura 15 - Espaço reservado para a construção do Centro de Saúde (Rua Presidente Samora Machel, Olival Basto)

Fonte: Própria

Um outro factor que mereceu atenção nas entrevistas, sobretudo da parte das pessoas mais idosas, foi o facto de, após o anoitecer, pairar um clima de insegurança. No entanto, esta sensação está principalmente associada a ruídos durante a noite, provocados por jovens de passagem, e a uma maior vulnerabilidade dos idosos, que acabam por se sentir inseguros nesses momentos. Isto fez com que a construção de uma esquadra fosse um factor também considerado importante por esta população mais envelhecida.

Para além destes aspectos, em algumas das visitas realizadas à área de estudo, verificou-se que a recolha dos resíduos sólidos urbanos era feita a meio da tarde. Tal representa um importante factor de desconforto na utilização do espaço público, afastando a comunidade do mesmo devido ao mau odor resultante do processo de recolha e reposicionamento dos caixotes do lixo.

5.3 O padrão de mobilidade de mulheres e homens

A questão da mobilidade não se esgota na análise relativamente à disponibilidade de transporte. É também oportuno dar a conhecer a realidade das pessoas que se deslocam de e para o Olival Basto para estudar ou trabalhar, uma vez que isso permitirá compreender o tipo e forma de movimentos pendulares, e os reflexos que os mesmos têm no quotidiano da comunidade.

Desta forma, e analisando a figura 16, é possível concluir que a grande maioria da população se desloca para fora do concelho para trabalhar ou estudar, com quase 64% das mulheres e perto de 65% dos homens a deslocarem-se para outro concelho para trabalhar ou estudar.

Apesar de não se verificar uma diferença significativa, *a população feminina tem, tendencialmente, menor mobilidade que os indivíduos do sexo masculino. (...) A maior participação das mulheres nas tarefas domésticas e nos cuidados dos filhos são os principais responsáveis por estas diferenças* (Fonseca, 1988: 245), o que permite perspectivar um conjunto distinto de necessidades para mulheres e homens face à mobilidade.

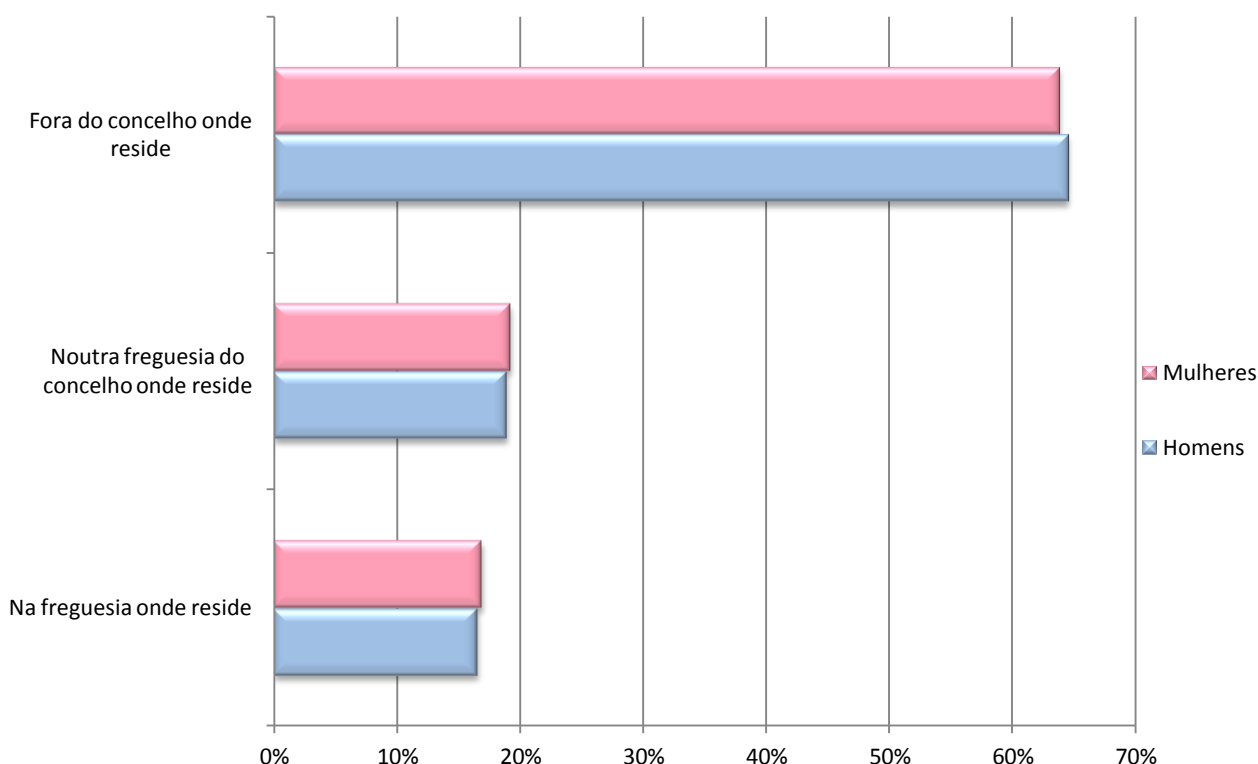


Figura 16 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante por sexo segundo o local de trabalho ou estudo (%), 2001

Fonte: Censos 2001

A percentagem de pessoas que reside e trabalha na freguesia é bastante baixa, o que, num universo total de pouco mais de 3800 pessoas que estudam ou trabalham, resulta em pouco mais de 630 pessoas a viver e trabalhar no Olival Basto. Isto faz com que se dê um abandono massivo da freguesia da parte da manhã e um regresso generalizado durante a tarde, o que significa que, durante boa parte do dia, a população que se encontra e permanece na freguesia é a população desempregada e reformada, ou seja, maioritariamente a população mais envelhecida.

É também de realçar que, apesar de existir uma tendência para as mulheres trabalharem mais próximas do local de residência, este facto não se verifica de forma determinante no Olival Basto. Apesar de as mulheres se apresentarem em número superior na categoria dos residentes que também trabalham na freguesia e em número inferior ao registado para os homens quando considerados aqueles que trabalham fora do concelho, a diferença é demasiado ténue para se poder considerar um padrão generalizado nesta freguesia.

Face a esta forte movimentação por motivos laborais, em que quase dois terços da população trabalham fora do concelho de Odivelas, torna-se também importante conhecer os tipos de transportes usados na deslocação para o emprego e averiguar se existem diferenças significativas entre homens e mulheres.

Na figura 17 está representado o tipo de transporte utilizado por mulheres e homens na sua deslocação, ficando bem claras fortes diferenças de género.

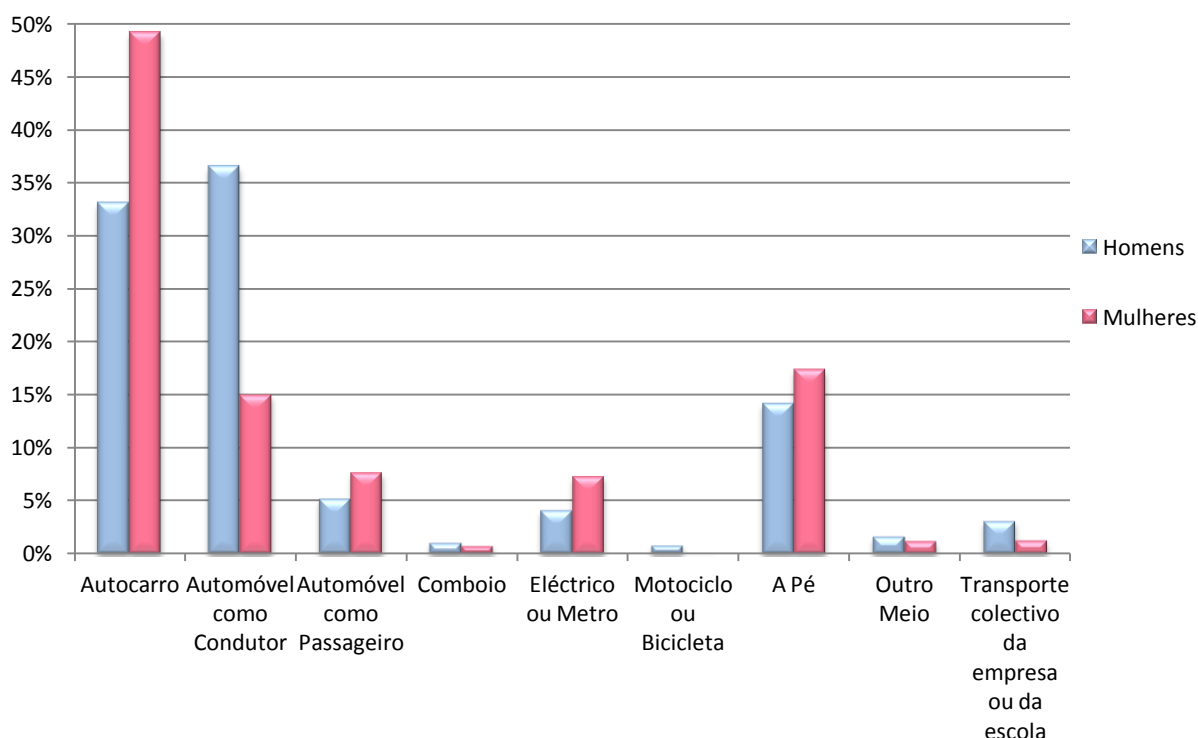


Figura 17 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante por sexo segundo o principal meio de transporte utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo, 2001 (%)

Fonte: Censos 2001

Neste caso evidencia-se a maior utilização das mulheres dos transportes públicos quando comparadas com os homens. No caso do transporte público, o autocarro, é utilizado por quase metade das mulheres do Olival Basto, ao passo que é utilizado apenas por pouco mais de 33% dos homens. O número de mulheres que vão para o trabalho a pé é também mais elevado que o dos homens. O transporte particular por excelência, o automóvel é utilizado pelo dobro dos homens, quando comparado ao número de mulheres (15%), sendo esse valor, 36,6%, inclusivamente superior ao número de homens que utilizam o autocarro para se deslocarem para o seu emprego (33,2%). Isto torna bem claras as diferentes necessidades de transporte

público entre mulheres e homens, bem como a utilização que é feita dos mesmos. Tal exige uma abordagem que seja igualmente sensível às necessidades específicas das mulheres já que são estas quem mais utiliza o transporte público.

De igual forma, se forem consideradas apenas as pessoas que residem no Olival Basto e trabalham foram do concelho (63,8% das mulheres e 64,5% dos homens) as diferenças ficam ainda mais acentuadas, como se pode comprovar pela análise da figura 18.

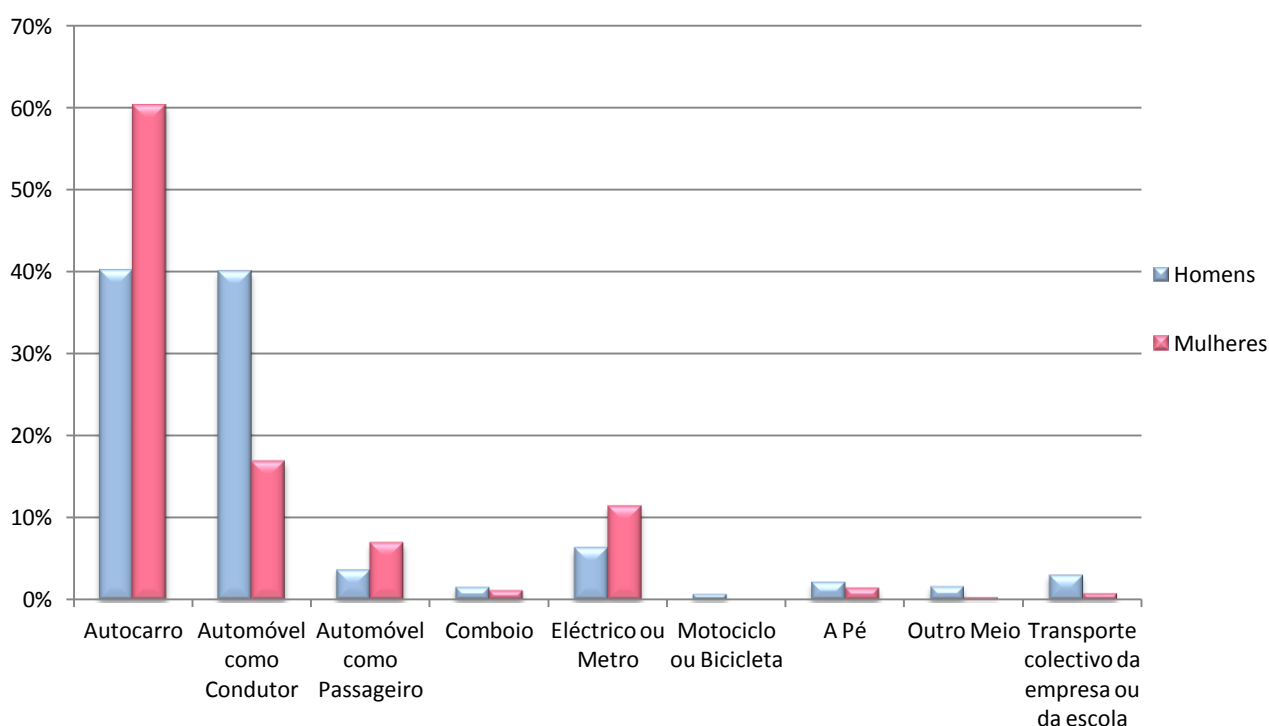


Figura 18 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante noutra concelho por sexo segundo o principal meio de transporte utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo, 2001 (%)

Fonte: Censos 2001

Neste caso, apesar do número de homens a utilizar o autocarro subir, a diferença verificada para as mulheres é ainda maior, situando-se na ordem dos 20%. No que ao transporte particular diz respeito, o valor aumenta para ambos sexos, em cerca de 4% para os homens e 2% para as mulheres, o que representa uma diferenciação na utilização de transporte bastante significativa. Esta situação é sintomática das diferenças entre mulheres e homens nas necessidades de transporte

mesmo quando se analisa apenas o conjunto de pessoas que trabalham fora do conselho de residência.

Como resultado desta utilização diferenciada dos transportes são também expectáveis tempos de deslocação para o trabalho diferentes para mulheres e homens. Esta questão assume um papel central no planeamento, já que quanto maior for o tempo gasto na deslocação para o trabalho menor será a disponibilidade para a realização de outras tarefas (inclusive o trabalho), com especial relevância para as mulheres, a quem está principalmente atribuída a realização de tarefas domésticas. A isto acresce a realização das já mencionadas “*chain trips*” em que as mulheres, nas suas deslocações diárias realizam diversas tarefas reprodutivas, que podem ser, por exemplo as compras diárias ou ir deixar e buscar os filhos à escola.

Com base na relevância desta questão apresentam-se, na figura 19, os tempos que homens e mulheres do Olival Basto gastam na deslocação para o emprego.

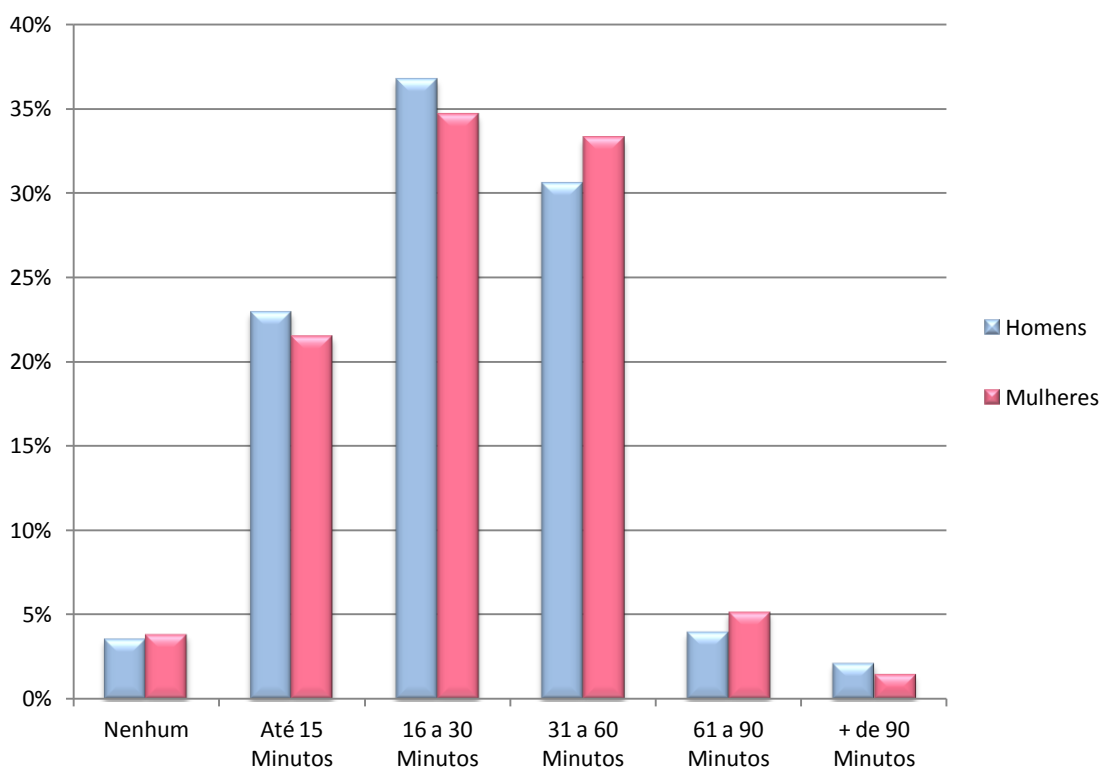


Figura 19 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante por sexo segundo o tempo utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo, 2001 (%)

Fonte: Censos 2001

Relativamente aos dois principais escalões de tempo, ou seja, entre os 16 a 30 e os 31 a 60 minutos, são as mulheres quem mais demora a chegar ao local de trabalho, com 33,3% destas a demorar entre 31 a 60 minutos ao passo que este valor para os homens se situa nos 30,6%. No entanto a diferença entre mulheres e homens no escalão dos 16 aos 30 minutos não é muito significativa, já que o valor é de 36,7% para os homens e 34,7% para as mulheres. Apesar de não haver uma forte diferença nos valores registados entre mulheres e homens relativamente ao tempo que gastam na sua deslocação para o emprego, são tendencialmente as mulheres quem mais tempo gasta a realizar esse percurso.

Embora não seja possível afirmar de forma inequívoca quais os factores que dão origem a uma maior demora na deslocação para o emprego por parte das mulheres, tal pode estar relacionado com o facto de serem as mulheres quem mais utiliza os transportes públicos, estando sujeita a mais transbordos seja pela própria estrutura da rede de transportes públicos seja para realizar tarefas reprodutivas. Note-se, não obstante serem os homens quem menos tempo demora a alcançar o seu local de trabalho são também quem trabalha mais longe do local de residência.

Tal como foi feito com o modo de transporte, também se apresenta o tempo que quem trabalha fora do concelho demora a chegar ao seu trabalho uma vez que é um conjunto significativo de pessoas que tem o seu posto de trabalho fora do concelho e importa conhecer com mais detalhe o tempo que estas deslocações custam a quem tem de realizá-las diariamente, procurando avaliar se mulheres e homens também são afectados de forma diferenciada. Para tal apresenta-se a figura 20, relativa aos tempos de deslocação para homens e mulheres que se encontram nesta situação.

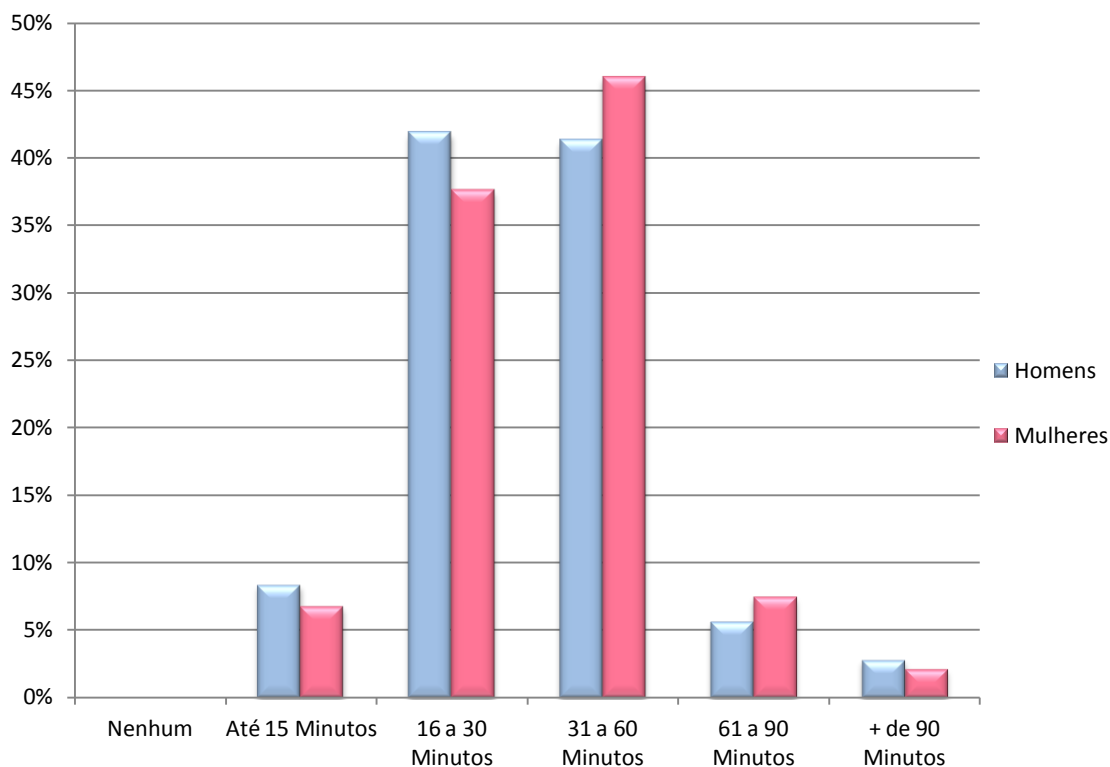


Figura 20 - População residente no Olival Basto empregada ou estudante noutra concelho por sexo segundo o tempo utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo, 2001 (%)

Fonte: Censos 2001

Face à análise do gráfico conclui-se que, tal como já verificado na figura anterior, são as mulheres quem mais demora a chegar ao seu local de trabalho. Os principais escalões temporais mantêm-se o de 16 a 30 e o de 31 a 60 minutos, sendo, mais uma vez, as mulheres quem demora 31 a 60 minutos a chegar ao seu local de trabalho, ao passo que são mais os homens enquadrados no escalão dos 16 a 30 minutos.

No entanto, as discrepâncias são, neste caso, mais acentuadas. Existe uma diferença de 4,3% a favor dos homens no escalão dos 16 aos 30, sucedendo o contrário no escalão seguinte, com o número de mulheres a ser superior em 4,7%.

Esta análise torna claras as diferenças entre mulheres e homens, acentuando a necessidade de uma resposta diferenciada adequada às necessidades de ambos em função das tarefas socialmente atribuídas.

5.4 O edificado envelhecido e a ausência de elevador

Um factor determinante na qualidade do espaço público está relacionado com o estado de conservação do património edificado envolvente e complementar. Relativamente a este aspecto, como base no III volume dos Estudos Prévios, um quarto da população faz uma avaliação negativa acerca da qualidade dos arranjos exteriores. Tal poderá dever-se ao facto de boa parte dos edifícios datar da década de 60, o que representa, em alguns casos, uma maior necessidade de conservação. Tal como se pode comprovar pela figura 21 existem, de facto, alguns edifícios a necessitar de intervenção pelo menos ao nível da fachada.



Figura 21 - Edificado envelhecido (Rua da Ilha da Madeira, Olival Basto)

Fonte: Própria

Segundo o INE, em 2001, 65,1% dos edifícios da freguesia estariam a necessitar de reparação, o que vem confirmar uma certa degradação do edificado, com naturais reflexos para a comunidade e na relação que esta estabelece com o espaço público. Ainda assim, e ainda de acordo com o INE, apenas 2,5% dos edifícios se apresenta muito degradado. Este factor desempenha um papel significativo na atractividade do

espaço, uma vez que um património edificado cuidado torna o espaço público muito mais apelativo para a comunidade que se sente muito mais confortável a circular num espaço com estas condições. Pelo contrário, um edificado degradado transmite uma sensação de insegurança e desconforto, tornando a experiência de apropriação do espaço público algo desagradável.

Ainda ao nível do edificado um factor determinante para a qualidade de vida da população, especialmente aquela mais idosa é a presença de elevador. No caso do Olival Basto esta situação é preocupante.

Dimensão dos Edifícios no Olival Basto e existência de elevador, INE 2001							
Pisos	1 Piso	2 Pisos	3 Pisos	4 Pisos	5 Pisos	6 Pisos	7 ou + Pisos
N.º de Edifícios (%)	215 (32,3%)	164 (24,7%)	99 (14,9%)	136 (20,5%)	43 (6,5%)	8 (1,2%)	0 (0%)
Edifícios com elevador	0%	0%	1%	0%	0%	100%	-

Quadro 1 - Edifícios por piso e existência de elevador

Fonte: Censos 2001

Segundo o quadro 1 a existência de elevador é diminuta. Dos 99 edifícios com 3 pisos, apenas 1% destes dispõe deste equipamento, ao passo que para os edifícios com 2 e 4 pisos o ascensor é inexistente (figura 22). Esta situação acarreta fortes prejuízos para a vida comunitária e social de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida que, em função das dificuldades em subir ou descer degraus, reduz a sua presença no espaço público ao mínimo imprescindível. Segundo alguns dos entrevistados são já vários os casos de idosos que estão impossibilitados de sair de casa devido à sua dificuldade de locomoção e ao obstáculo que a escadaria representa.

Algumas pessoas, quando confrontadas com esta dificuldade acabam por não sair de casa, ficando à varanda ou na janela, o que coloca um forte entrave ao processo de socialização e convivência diária à comunidade do Olival Basto.



Figura 22 - Edifício típico do Olival Basto (Rua de Timor, Olival Basto)

Fonte: Própria

Ainda relativamente ao quadro 1, a elevada percentagem de edifícios com 1 piso, ou seja, moradias não se verifica na área de estudo. O elevado número deste tipo de construção diz respeito, exclusivamente, ao “Olival Basto Oriental”, não existindo na área estudada qualquer edifício com apenas 1 piso relativamente ao número de pisos.

5.5 A impossibilidade de construção ou expansão urbana

Ainda que o concelho de Odivelas se tenha autonomizado do município de Loures em Novembro de 1999, o PDM em vigor é ainda o de Loures, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 54/94, de 14 de Julho. No entanto, foram já realizadas algumas alterações ao PDM por parte da Câmara Municipal de Odivelas que

tiveram a ver, essencialmente com a adequação deste instrumento de gestão territorial às mudanças que entretanto se verificaram.

Porém, no que ao Olival Basto diz respeito, especialmente na área de estudo, como foi referido, não existe a possibilidade de expansão ou urbanização representando uma dificuldade na procura de novas formas de revitalização urbana e dinamização espacial. Tal representa um apelo à criatividade e, especialmente, um incentivo à regeneração urbana, o que acaba por não representar uma debilidade em si, mas uma dificuldade que os planeadores terão de enfrentar no sentido em que, a inexistência de espaços livres não permite dar à comunidade novos espaços de permanência ou lazer, como jardins ou parques, obrigando a repensar o uso que é dado aos já existentes.

Ainda assim, esta limitação coloca sérias dificuldades, na medida em que não permite suprir a falta de oferta de habitação através da construção de novos edifícios, complicando, de igual forma, a atracção de população jovem que não encontra nos edifícios existentes e reduzidos fogos vagos grandes factores de atractividade.

6. Olival Basto: O posicionamento estratégico e um apelo à mudança

Após a apresentação das principais debilidades e pontos fortes da área de estudo, são apresentadas as dinâmicas e situações que podem ser encaradas como oportunidades para a freguesia do Olival Basto evoluir positivamente, atenuando as suas debilidades e potenciando as suas qualidades.

6.1 O PDM e a sua revisão

O facto de o PDM em vigor ser “herdado” do concelho de Loures obriga a que o mesmo venha a ser sujeito a um conjunto alargado de alterações, fruto da evolução e mudanças a que o território tem sido sujeito desde então.

Tal representa uma boa possibilidade para a freguesia do Olival Basto se reafirmar no contexto do planeamento estratégico. É nos momentos de definição dos IGT que os lugares devem exercer pressão no sentido de promover a resolução dos seus problemas e melhorar as suas qualidades. Este é o papel que deve ser desempenhado pela política local procurando contrariar o actual modelo territorial, *marcado por uma urbanização desregada e tendencialmente dispersiva e segregadora, impulsionada pela ausência de uma política dos solos, por uma deficiente fiscalidade urbanística e por iniciativas desarticuladas e casuísticas de ocupação do solo de carácter especulativo* (Simões, 2007: 46).

A concepção dos instrumentos de gestão territorial corresponde a um momento de particular sensibilidade em que os diversos territórios tentam chamar a si a maior necessidade de intervenção. Tentam assim revitalizar os seus lugares de modo a que possam ter uma vantagem comparativa relativamente aos outros territórios com quem concorrem na atracção de actividades, investimentos e de população.

No caso do Olival Basto e, mais particularmente da Vila do Olival Basto devem ser privilegiadas as intervenções ao nível do edificado, procurando salvaguardar a sua qualidade e estado de conservação. Igualmente ao nível do sistema viário e da mobilidade e transportes é relevante procurar soluções que atenuem a sensação de isolamento. Para além destas, não devem ser descartadas intervenções noutros domínios, como nos equipamentos colectivos e outras que venham a ser consideradas importantes.

Acima de tudo é importante manter uma forte ligação com a comunidade e os actores territoriais locais para que qualquer intervenção esteja bem avalizada e seja a mais satisfatória possível. A definição ou concepção de um instrumento como o PDM é o momento por excelência para esse trabalho conjunto e uma nova oportunidade para qualificar, de forma sustentada, a área urbana.

6.2 Posicionamento na Área Metropolitana de Lisboa

Apesar de ocupar uma posição marginal relativamente ao concelho de Odivelas, a freguesia do Olival Basto ocupa uma posição de charneira face ao concelho de Lisboa. Isto faz com que, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa ocupe uma posição interna central. Isto representa uma forte possibilidade de promoção territorial. O facto de ser mais fácil aceder a Lisboa ou a Loures a partir do Olival Basto do que chegar a Odivelas, pode ser utilizado como um factor de atracção para as pessoas que trabalham no concelho de Lisboa ou Loures.

Ao ser um local facilmente acedido de automóvel e relativamente perto de um nó intermodal da rede de transportes públicos do concelho e do distrito (Estação do Metro do Senhor Roubado), o seu posicionamento no contexto distrital fica ainda mais favorecido.

Este factor ganha um peso ainda mais significativo se for tida em conta a crescente preocupação com a quantidade de tempo disponível por parte das famílias atendendo às suas actividades quotidianas.

No caso dos fogos arrendados, o valor médio da renda era, em 2001, segundo o INE, 128 euros mensais, valor ligeiramente semelhante ao verificado para o concelho de Loures e um pouco acima do verificado para o concelho de Lisboa (118 euros). Tal pode funcionar como uma forma de atrair população mais jovem para a freguesia, contrariando a tendência de perda populacional e também atenuaria o envelhecimento populacional.

Ainda assim, para potenciar realmente esta oportunidade é necessário dinamizar o mercado do arrendamento e verificar a realidade existente relativamente à habitação. Igualmente relevante seria promover uma intervenção ao nível da qualidade do edificado, tornando-o mais apelativo e atractivo para jovens.

Ainda assim, não pode ser esquecida a inclusão e integração num programa de envelhecimento activo das camadas mais idosas da população nesta acção de promoção territorial, em que o factor identitário é fundamental e no qual os mais idosos são parte fundamental.

6.3 O centro cultural da Malaposta

O centro cultural da Malaposta, representado na figura 23, é o pólo cultural por excelência do concelho de Odivelas, sendo considerado uma das mais nobres e principais estruturas pela Câmara Municipal de Odivelas. Face a este papel na área cultural do concelho, e estando situado no extremo oeste da freguesia do Olival Basto faz todo o sentido encarar este centro como um aspecto a potenciar relativamente à comunidade do Olival Basto.

A oferta cultural é um aspecto fundamental na reinvenção territorial e a dinamização destes espaços está frequentemente associada a uma dinamização social da área envolvente.

Desta forma, e atendendo à proximidade desta estrutura, seria importante associar actividades realizadas na freguesia ao centro cultural como, por exemplo, actuações associadas ao grupo coral do Centro de Dia. Para além de ser uma área de valorização social, permite também promover a intergeracionalidade e contribuir para o bem-estar comunitário com uma oferta cultural adequada e em horários acessíveis a todos.

Neste caso, seria necessário a Junta de Freguesia articular posições com a empresa municipal responsável pela gestão do centro cultural, tendo em vista a dinamização do centro de acordo com as possibilidades e particularidades quer do centro quer da comunidade do Olival Basto.



Figura 23 - Centro Cultural da Malaposta

Fonte: JF do Olival Basto (<http://www.jf-olivalbasto.pt/Default.aspx?Module=ArtigoForm&ID=40>)

6.4 Património identitário: As vilas

A origem histórica da freguesia do Olival Basto tem está relacionada com a presença de actividades relacionadas com a agricultura e a proximidade destas com a cidade de Lisboa, principal destino da produção.

Com a revolução industrial, durante o século XIX, e com as migrações internas com destino a Lisboa, surgiu a necessidade de construir habitação social para quem não tinha habitação condigna. O Olival Basto, fruto da sua proximidade a Lisboa, foi um local de eleição para a construção destas habitações sociais, as chamadas vilas (figura 24). Embora boa parte deste património tenha sido destruído com o tempo ou tenha servido de base para uma urbanização ilegal, subsistem ainda alguns destes “bairros de casas”, em sistema de mono-habitação constituídos por um só piso ou piso térreo e primeiro andar.



Figura 24 - Vila recuperada e usada para fins residenciais (Rua de Moçambique, Olival Basto)

Fonte: Própria

Este é um património que, para além da relevância histórica e identitária para a freguesia, representa uma possibilidade de investimento e dinamização para a comunidade. Se o projecto de intervenção fosse conduzido de forma consciente e participada por todos, poderia representar um alargamento da capacidade de resposta às necessidades da população e um complemento à actividade desenvolvida no Centro de Dia.

Desta forma, poderiam ser dinamizados com fins sociais, culturais ou económicos, representando um importante recurso para a freguesia, que poderia gerar receitas e, ao mesmo tempo, suprir algumas das necessidades mais prementes da população, como por exemplo um serviço com valência de lar, ou, eventualmente, creche para atrair a população jovem através do reforço da oferta desse serviço.

6.5 Empreendimentos imobiliários

O facto de existirem na área de estudo duas construções no ramo imobiliário cuja principal finalidade é a de habitação, representa uma oportunidade de revitalização que não deve ser desconsiderada. Para além de aumentar a disponibilidade e oferta de habitação, atraem um estrato populacional mais jovem que pode contribuir decisivamente para a revitalização etária da freguesia, garantindo-lhe uma maior sustentabilidade no futuro (figura 25).



Figura 25 - Empreendimento imobiliário recente (Largo José Afonso, Olival Basto)

Fonte: Própria

Ainda assim, uma destas construções encontra-se parada e embargada (figura 26), o que, caso a situação se mantenha indefinidamente representa uma oportunidade perdida para intervir numa lógica demográfica complexa. Esta situação ganha um contorno ainda mais grave, se forem tidas em conta as fortes limitações da freguesia no que diz respeito à expansão urbana, o que faz com que todo o solo urbano deva ser convenientemente aproveitado e gerido.



Figura 26 - Empreendimento imobiliário não concluído (Rua de Macau, Olival Basto)

Fonte: Própria

Desta forma, a intervenção das entidades competentes no sentido de desbloquear a obra poderia dar um novo fôlego à atracção populacional e também à oferta de habitação, algo reduzida na área de estudo.

6.6 Diversidade territorial

O facto de existir, na envolvente à área de estudo, um conjunto bastante diversificado de territórios com diferentes características pode, de igual forma, ser considerado como uma característica atractiva da freguesia (figura 27). Esta diversidade obriga a uma abordagem cautelosa e estratégica, tendo em vista explorar um conjunto de potencialidades que são bastante diferentes de lugar para lugar, embora todos eles bastante próximos entre si. Tal facto representa uma possibilidade de criar uma multi-centralidade de acordo com as potencialidades e características de cada território.

Assim, o facto de existirem na freguesia do caso de estudo espaços enquadrados na REN e áreas urbanas de génese ilegal, algumas em processo de regularização, significa a existência de um sistema local com múltiplas centralidades em função das características territoriais e da comunidade que o habita, fugindo a uma lógica homogeneizadora e descaracterizada, sem identidade.



Figura 27 - Diversidade de territórios na freguesia (perspectiva a partir da Rua da Ilha da Madeira, Olival Basto)

7. Olival Basto: Envelhecido e em perda populacional

Esta análise não ficaria completa sem uma referência às dinâmicas que constituem uma ameaça às aspirações de comunidade e às possibilidades de desenvolvimento da freguesia. Assim, é oportuno enquadrar e explicar os factores que representam um desafio para o desenvolvimento da freguesia, sobre os quais importa reflectir de modo a que se obtenha um conjunto de propostas coeso e adequado aos lugares e comunidade abordados.

7.1 Posição no concelho de Odivelas

A escala de análise desempenha um papel importante na análise e percepção das dinâmicas dos lugares. Enquanto ao nível da escala distrital o Olival Basto adopta uma posição de particular destaque, se a escala de abordagem assentar ao nível concelhio, o Olival Basto apresenta uma posição marginal e periférica no contexto das centralidades de Odivelas.

Perante este diagnóstico é necessária uma forte sensibilidade na gestão do território concelhio como um todo, especialmente no que diz respeito à estrutura do sistema viário (eixos regionais A8, IC17, IC22), que representa a principal causa para o isolamento da freguesia do restante concelho.

Para agravar este diagnóstico acresce a forte polarização que o concelho de Lisboa e Loures exercem sobre a população activa da freguesia. Isto significa que a generalidade dos fluxos pendulares não são feitos para Odivelas mas sim para os concelhos vizinhos, contribuindo para o desligamento da comunidade do concelho de origem.

Em última análise, se não forem tomadas as devidas precauções relativamente a este posicionamento periférico e perda de influência do concelho de Odivelas sobre

a freguesia, pode-se gerar uma crise identitária onde a comunidade do Olival Basto fica isolada do seu concelho e com referências pouco claras ao nível social e territorial.

7.2 Envelhecimento e perda populacional

Estas duas dinâmicas serão das mais sérias ameaças no curto prazo para a comunidade do Olival Basto. Os dados previamente apresentados deixam bem claro que, se nada for feito com o objectivo de travar a perda populacional, a freguesia do Olival Basto irá, ao longo do tempo, tornar-se insignificante do ponto de vista da dimensão populacional, no contexto municipal, com todas as consequências daí inerentes.

Apesar de não ser possível estabelecer uma conclusão totalmente clara devido à “juventude” da freguesia, já que apenas são conhecidos valores para a população residente em 1991, 2001 e 2011, não deixa de ser preocupante a quebra apresentada de 1991 para 2001, na ordem dos 14,9%. Apesar de ter sofrido um abrandamento significativo, a perda populacional continuou a verificar-se entre 2001 e 2011, cifrando-se nos 7%. Isto significa que, actualmente, estarão a residir na freguesia pouco mais de 5 800 pessoas.

Será importante acompanhar de perto este processo para que as decisões a tomar sejam sustentadas por valores realistas, e num espaço de tempo inferior ao verificado para a realização dos censos, sob pena de este processo se tornar irreversível.

Para acentuar a complexidade desta questão acresce o facto de a população residente estar cada vez mais envelhecida. Segundo dados do INE, em 1991, a idade média da população residente do Olival Basto estava situada nos 35 anos e meio, ao passo que, em 2001, esse valor estava já situado nos 40 anos e meio. Isto significa que a idade média subiu 5 anos, sempre superior à média verificada para o concelho (34 anos em 1991 e 38 em 2001). Segundo os dados disponibilizados pelo INE para o ano

de 2011, a tendência de envelhecimento ter-se-á mantido, já que o índice de dependência de idosos passou de 23,2 em 2001 para 31,5 em 2011. Verifica-se, igualmente, no número de mulheres e homens segundo o escalão etário, um desenvolvimento negativo, tal como se pode comprovar pelo quadro 2.

Distribuição da população por género e escalão etário, INE 2011					
Género	Ano / Idade	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 e mais
Homens	2001	428	445	1689	417
	2011	379	305	1564	520
Mulheres	2001	416	463	1786	602
	2011	378	290	1686	690

Quadro 2 - População da freguesia por género e escalão etário nos anos de 2001 e 2011

Fonte: INE, 2011

O aumento de idosos não tem tido a respectiva compensação na base da pirâmide etária da freguesia. A proporção da população com menos de 14 anos passou de 19,4% em 1991 para 13,5% em 2001, sendo de 13%, o que, apesar de significar um abrandamento, reflecte o acentuado estreitamento da base da pirâmide etária, o que acentua o peso da população idosa na estrutura populacional desta comunidade.

Fica clara a necessidade de procurar novas formas de atenuar a perda populacional ao mesmo tempo que se combate o envelhecimento populacional, sem deixar, porém, de apoiar a população envelhecida. Tal só será possível graças à atracção e fixação de jovens casais na freguesia, o que deverá constituir um objectivo fundamental na agenda política local.

7.3 Desinteresse da comunidade no “rumo” da freguesia

A população e todos os actores locais devem ser parte integrante no conjunto de opções a tomar para o futuro dos lugares. Porém, os residentes da área estudada parecem desinteressados e desmotivados relativamente à sua participação na vida pública e no rumo a tomar por parte dos seus representantes públicos.

Como já foi referido, em diversos estudos realizados pelos gabinetes da Câmara Municipal de Odivelas, boa parte dos inquiridos do Olival Basto responde com “Não sabe/Não responde”. Igual dificuldade foi sentida na realização deste relatório, com boa parte das pessoas abordadas a não tecerem comentários ou respostas relativamente a questões como “que infra-estrutura considera fazer mais falta à freguesia?” ou “que mudaria na freguesia”.

Este aparente conformismo pode dificultar o processo de tomada de decisão e ser também o reflexo de uma descrença nas estruturas públicas e de tomada de decisão. A transferência do processo reivindicativo para outros actores locais, como por exemplo, a direcção do Centro de Dia, pode resultar numa perda de representatividade de grupos sociais não directamente relacionados com eles.

Desta forma, é relevante devolver à população a confiança necessária para que esta possa ser parte activa nas decisões a tomar que dizem respeito a factores que as influenciam no quotidiano. Para além disso, só com uma comunidade envolvida, com voz e uma palavra a dizer relativamente às direcções a tomar pela freguesia se pode adoptar uma lógica de responsabilização colectiva, em que todos são parte integrante da resposta para um problema colectivo ou social.

7.4 Dificuldade de financiamento e o papel da mulher no Centro de Dia

A entrevista realizada à direcção do Centro de Dia do Olival Basto permitiu conhecer algumas das dificuldades de gestão de uma estrutura deste tipo que presta um serviço direccionado para o bem-estar da população idosa da freguesia.

Assim, para manter o funcionamento das diversas actividades, como o grupo coral ou a realização dos campeonatos de jogos recreativos é necessário um financiamento que o pagamento das quotas não assegura, já que é bastante inferior ao montante mensal necessário. A isto deve ser acrescentado o pagamento da electricidade e da água. Não tendo apoios da segurança social, a única forma de

garantir o funcionamento do Centro de Dia e de um fundo de maneiio para a gestão das despesas correntes é através do serviço de bar existente.

Devido a esta necessidade, a direcção do centro autoriza a servir bebidas alcoólicas, o que impossibilita um apoio específico da segurança social. Esta é uma situação que tem gerado debate em diversos serviços sociais e de apoio às instituições locais mas sem uma solução consensual à vista.

No entanto, esta situação representa um risco eminente de financiamento, já que a venda de produtos alcoólicos num local com vocação social não é considerada adequada por alguns dirigentes da Câmara, apesar de constituir uma boa fonte de receita para o Centro de Dia e ser a salvaguarda da sua sustentabilidade orçamental. É também um factor impeditivo para a atribuição de mais apoios sociais, o que gera um certo impasse relativamente ao futuro a longo prazo desta importante estrutura social no Olival Basto.

Um outro aspecto que também merece ser repensado no Centro de Dia é o papel da mulher na utilização do mesmo. Apesar de na direcção existir um membro do sexo feminino, é notória uma utilização do centro muito superior por parte dos homens. Apesar de existir uma sala reservada para as mulheres, estas não usufruem do espaço da mesma forma que os homens, que se ocupam, principalmente com jogos de mesa.

Esta situação poderá ser alterada atribuindo às mulheres um papel mais activo relativamente ao Centro de Dia que, sendo sócias, tem o dever de observar os seus interesses colectivos.

Assim, é determinante que o Centro de Dia seja um espaço inclusivo no que respeita às mulheres e não uma forma de reprodução do papel da mulher na família, a quem muitas vezes é atribuída a realização das tarefas domésticas, ao passo que para os homens está muito mais facilitado o acesso e permanência ao espaço e equipamentos públicos.

7.5 Coesão Territorial

A existência de espaços com características muito distintas entre si na freguesia do Olival Basto pode constituir uma ameaça à própria integridade da freguesia se não for salvaguardada a coesão territorial entre os diversos espaços que a compõem, que, como já foi referido, observa espaços pertencentes à REN, AUGI e espaço urbano organizado e planeado.

A temática da discriminação aplica-se também aos territórios. Desta forma, uma intervenção exclusivamente centrada na Vila do Olival Basto pode gerar desequilíbrios ao nível territorial que colocam territórios próximos em situação de vantagem ou inferioridade entre si. Tal resulta num território desarticulado e desconexo, factor potencial de exclusão e discriminação para a comunidade que o apropria.

Assim, qualquer intervenção deve ser acompanhada do devido enquadramento na área envolvente, de forma a garantir a sustentabilidade do território como um todo e não como um conjunto fragmentado.

Desta forma, é importante que a Junta de Freguesia continue a desenvolver com as áreas enquadradas no “Olival Basto Oriental” um trabalho de proximidade e parceria com as comissões de moradores locais e outras entidades locais, tendo em vista a dotação desses bairros dos equipamentos e infra-estruturas públicas elementares. Este trabalho deve ser desenvolvido em articulação com a satisfação das necessidades detectadas na área correspondente ao “Olival Basto Oriental”.

O principal objectivo é o de actuar de forma integrada, abordando as diversas partes como componentes de um todo, que, apesar de diferentes entre si, representam um elemento uno, palco de redes e relações que ligam as diversas partes. Assim, promove-se a coesão territorial e evita-se a polarização de investimentos sociais num só lugar em detrimento de outros.

8. Olival Basto: Uma análise SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.

Relacionando os princípios do planeamento estratégico com a metodologia adoptada, estabelece-se um quadro de análise das principais dinâmicas que afectam o Olival Basto. Tal permitirá desencadear uma análise SWOT o que, em última análise, e com base nos resultados obtidos, permite desenvolver uma proposta que atenua as dificuldades sentidas pela comunidade e reforce as potencialidades daquele lugar.

Segundo Queirós et al (2010), a análise SWOT é uma ferramenta que constitui uma forma de estruturar um diagnóstico e um método para conhecer a situação de partida antes de formular a visão estratégica. As debilidades ou pontos fracos são aspectos limitadores da capacidade de desenvolvimento do município, supõem uma ameaça presente e futura e devem controlar-se e superar-se. As ameaças são as forças da envolvente que podem impedir ou limitar a implantação de uma estratégia, incrementar riscos ou reduzir os benefícios esperados. As forças ou pontos fortes são aquelas capacidades, recursos, posições e vantagens competitivas de um território que podem servir para explorar as oportunidades. As oportunidades são as condições da envolvente que podem dotar os territórios de uma vantagem competitiva. Esta leitura surge esquematizada na figura 28.

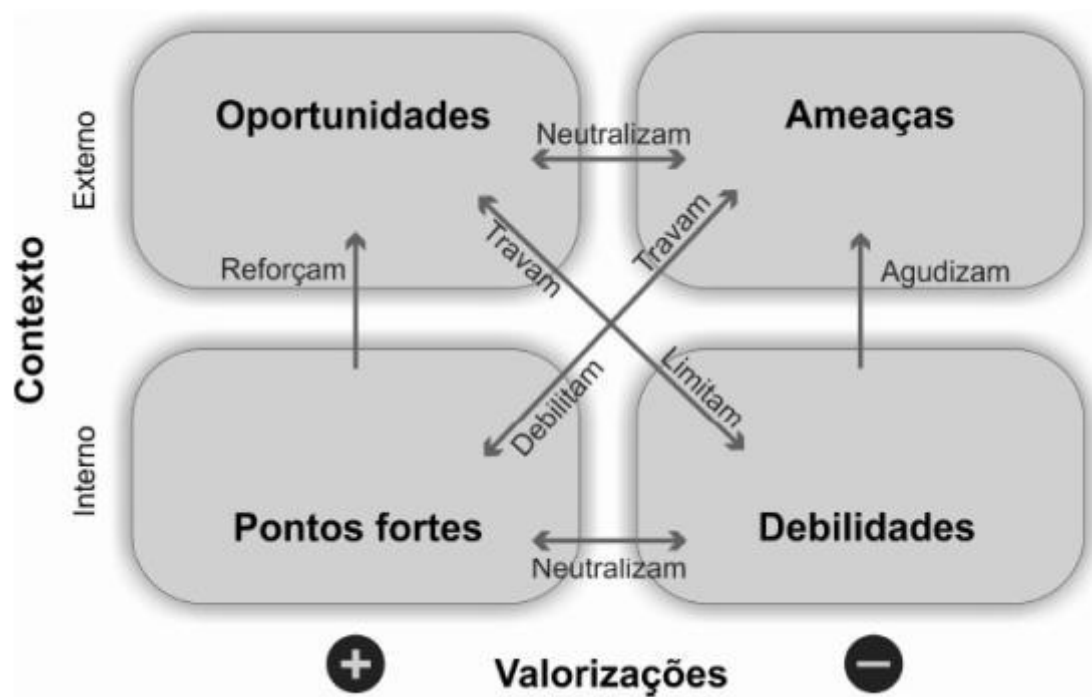


Figura 28 - Análise SWOT

Fonte: Guell, 2006 (Citado em Queirós et al, 2010)

Esta visão permite uma leitura sistematizada dos elementos que constituem o lugar, as dinâmicas que o afectam e as relações que estes parâmetros estabelecem entre si. Tal conhecimento permite operacionalizar uma análise SWOT e gerar uma estratégia de intervenção sustentada nos dados recolhidos e analisados através desta análise.

Desta forma, fruto dos conhecimentos, experiências e dados recolhidos nos contactos com a comunidade e actores territoriais entrevistados serão enquadrados e explicados os principais elementos que compõem os pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças do caso de estudo.

Partindo deste enquadramento, e não descurando as relações de grande complexidade que se estabelecem entre os vários elementos em análise é possível desenvolver uma análise contextualizada e sustentada nos dados recolhidos e analisados, na visão dos actores consultados e nas opiniões da comunidade. Assim, são apresentados, respectivamente, as situações e factos que influenciam positiva e

negativamente a área de estudo, bem como as ameaças e oportunidades que as dinâmicas envolventes à freguesia representam.

8.1 Síntese da análise

O exercício feito até aqui carece de um sentido de síntese que caracteriza a análise SWOT. Desta forma, a informação mencionada será apresentada sob a forma de quadro, o que permite uma leitura de contexto mais simplificada e rápida, enquadrando devidamente os factores que constituem pontos fortes, debilidades, oportunidades e ameaças para a área de estudo (quadro 3).

Esta apresentação da informação lança as bases necessárias para o desenvolvimento de um conjunto de medidas que, com base nas oportunidades e pontos fortes explicitados, procurará atenuar as fraquezas e atenuar as ameaças verificadas.

A análise SWOT desempenha um papel importante na análise territorial, e deve ser considerada como um instrumento fundamental na compreensão dos factos e dinâmicas que afectam os lugares. As bases desta observação devem envolver a população e os actores locais graças ao papel e conjunto de conhecimentos que estes têm dos lugares onde intervêm.

Quadro 3 - Análise SWOT para a Vila do Olival Basto

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - O Plano Director Municipal e a sua revisão - O posicionamento da freguesia no contexto a Área Metropolitana de Lisboa - O centro cultural da Malaposta - O património identitário existente na freguesia - Diversidade territorial - Espaço público disponível e organizado - Empreendimentos imobiliários 	<ul style="list-style-type: none"> - O posicionamento periférico e marginal da freguesia no contexto do concelho de Odivelas - O envelhecimento populacional - A perda populacional - As dificuldades de financiamento do Centro de Dia - O papel da mulher no Centro de Dia - Coesão territorial
Pontos Fortes	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> - A centralidade no contexto do mercado de trabalho - O espaço público e sua organização - A existência de uma identidade territorial positiva - O tráfego reduzido e o estacionamento não intrusivo - O ordenamento espacial da freguesia organizado - O Centro de Dia 	<ul style="list-style-type: none"> - O efeito ilha (isolamento) provocado pela envolvente física - A organização da rede de transportes públicos desadequada à realidade - A inexistência de estrutura de cuidados de saúde primários - A sensação de insegurança (período nocturno) - O padrão de mobilidade de mulheres e homens desfavorável às mulheres - O edificado envelhecido e a inexistência generalizada de elevador - Impossibilidade de expansão urbana e reduzida oferta de habitação - Fragmentação territorial

9. Uma proposta para o Olival Basto

Na sequência da análise realizada é possível desenvolver um conjunto de medidas que, articuladas entre si, constituem uma possibilidade de intervenção no espaço abordado, tendo como principal objectivo a revitalização do mesmo, tornando-o capaz de responder aos desafios que se lhe colocam e preparado para enfrentar as problemáticas contemporâneas.

Neste contexto, em função dos pontos fortes e debilidades, oportunidades e ameaças definidos no âmbito da análise SWOT, são apresentadas medidas que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local, bem como oferecer novas expectativas para o futuro da freguesia.

Disto não podem estar dissociadas as principais características espaciais da área estudada, que se prendem, essencialmente, com a limitação e contenção espacial. Isto obriga a uma requalificação dos elementos existentes, face à impossibilidade de expansão urbana.

Assim, esta visão passa, essencialmente, pela afirmação da identidade do Olival Basto no concelho de Odivelas aumentando a sua visibilidade e peso relativo ao nível concelhio, e, principalmente, pelo desenvolvimento para uma freguesia mais inclusiva.

Atendendo às dinâmicas identificadas, e de modo a garantir a necessária individualização e carácter estratégico das medidas seguindo os princípios do planeamento estratégico e da inclusão, as medidas sugeridas encontram-se divididas em 3 grandes domínios de intervenção, são eles o demográfico, o espacial e o social. Apesar destas dimensões, há medidas que, face ao seu peso e abrangência podem ser enquadradas em mais do que um domínio, não devendo por isso esta divisão ser encarada com estanque e inflexível.

As medidas ao nível do domínio demográfico procuram, acima de tudo, travar a perda populacional através da atracção de população mais jovem, contribuindo assim para o rejuvenescimento da população residente na freguesia. De igual forma não são esquecidas as necessidades particulares de mulheres e homens, jovens e idosos,

procurando harmonizar e tornar o espaço público mais agradável para estes grupos da população tendo em conta as suas expectativas e necessidades.

O domínio físico diz respeito à dimensão espacial em si. Neste caso o objectivo será, com base no papel social, sugerir um conjunto de acções que privilegiem a dimensão palpável e concreta do espaço público. Na sequência da procura de lugares mais amigáveis para idosos e jovens ou para mulheres e homens, são sugeridas formas de adequá-los às necessidades de todos, permitindo e fomentando o acesso a um espaço público menos discriminatório e como meio promotor da igualdade.

Finalmente, o domínio social é aquele no qual têm lugar as acções de nível imaterial, mas que contribuem decisivamente para melhorar a qualidade de vida das pessoas que residem na área de estudo. Isto responde às necessidades de carácter cívico e comunitário, lançando os instrumentos necessários para uma sociedade mais justa, com base nas características da escala local.

Uma vez mais, o enfoque destas medidas está colocado na inclusão social através de uma resposta personalizada e tendo por base as necessidades e expectativas reivindicadas pela população e actores locais, o que, face às limitações financeiras das entidades intervenientes neste tipo de processos se revela determinante. Isto porque, com base num processo de tomada de decisão colectivo e participado, a probabilidade de sucesso é mais elevada, sendo também alargada a base de responsabilização pela concretização das medidas e acções propostas. Este aspecto é determinante face às dificuldades que hoje em dia planeadores e decisores enfrentam tendo em conta a escassez de recursos disponíveis para fazer face a um cada vez maior número de necessidades.

Uma vez mais, este conjunto de medidas está direccionado para a área correspondente à Vila do Olival Basto, porém será uma forma de requalificar o território da freguesia que poderá servir de alavanca para a melhoria das condições espaciais e sociais de toda a freguesia.

9.1 Inverter a tendência demográfica

Um dos principais problemas identificados na área de estudo tem a ver com a já referida dinâmica demográfica, que consiste, essencialmente, na perda e envelhecimento da população. Assim, a única forma de alterar este desenvolvimento está relacionado com a atracção de população jovem, procurando lançar as bases para atenuar e melhorar o cenário verificado.

Face às já mencionadas limitações à urbanização e à reduzida disponibilidade de fogos disponíveis, deverá ser realizado um levantamento e estudo acerca das possibilidades de dinamização de arrendamento face à existência de apartamentos não ocupados, de modo a que se possa conhecer com alguma nitidez a realidade ao nível do mercado de arrendamento, o que permitirá estabelecer uma posição mais clara dos actores imobiliários e no importante papel que estes desempenham na atracção de jovens famílias.

Para além disso, a existência de empreendimentos imobiliários deve ser também considerada como uma importante forma de revitalizar a população do Olival Basto. Desta forma, seria importante desbloquear a situação do empreendimento situado na Rua de Macau, o que aumentaria a oferta de habitação e poderia funcionar como factor de atracção para a fixação de novas famílias, o que contribuiria para o rejuvenescimento populacional e atenuaria a perda de população.

Porém, o aumento da oferta de habitação não deve ser encarado como uma medida isolada, devendo estar devidamente acompanhada por um programa de promoção das potencialidades da freguesia, onde a posição no contexto da Área Metropolitana de Lisboa deve ser um factor central, assim como a proximidade a um nó intermodal da rede de transportes públicos e a forte acessibilidade à freguesia graças à organização da rede viária.

A este processo de aumento da oferta imobiliária e de promoção urbana, que pode ser entendido como uma estratégia de marketing territorial, deve ser acrescentado, sempre que tal se venha a revelar possível, a recuperação de edifícios abandonados. Apesar de não se ter sinalizado qualquer edifício nestas condições a

evolução do estado de degradação de alguns e atendendo à aparente desocupação, a sua recuperação pode desencadear um processo de gentrificação que deve ser desenvolvido de forma sustentada e enquadrada com as características urbanas e sociais locais.

Estas acções, devidamente acompanhadas com o apoio ao arrendamento ou crédito para habitação jovem, podem contribuir decisivamente para gerar uma transformação no médio e longo prazo ao cenário demográfico registado na área de estudo, contribuindo para a sua sustentabilidade e capacidade de resposta aos desafios que actualmente se lhe colocam.

9.2 Valorizar os recursos humanos e sociais locais

Uma estratégia de planeamento urbano não deve centrar-se única e exclusivamente na atracção ou criação de vantagens comparativas, devendo também contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Assim, tendo em conta o forte peso da população idosa na estrutura etária local devem ser também observadas medidas e acções que contribuam de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas, especialmente no que diz respeito à relação que estas estabelecem com o espaço público no seu quotidiano.

Previamente a qualquer proposta ou medida, é importante envolver a população e actores locais no processo de diagnóstico dos problemas que os lugares enfrentam. Desta forma, e atendendo à indiferença instalada na população local devem ser criadas estruturas de participação que promovam a intervenção cívica enquanto forma de responsabilização comunitária e social. Este estímulo social pode ser realizado através da realização de actividades e animação cultural em articulação com a população e os actores e instituições locais.

Porém, para que este processo se revista de representatividade, é necessário estabelecer um envolvimento com as parcerias locais. Desta forma procura-se garantir que a população seja parte efectivamente envolvida no processo de decisão, vendo assim as suas preocupações reflectidas nas estruturas de decisão que também ganham uma legitimidade acrescida graças à participação pública. Devem ser também tomadas medidas que salvaguardem a representatividade de mulheres e homens idosos, assim como a de outros grupos sociais que venham a ganhar expressão. Para tal devem ser respeitados os princípios da governança inclusiva.

Face ao peso da população idosa é relevante definir um conjunto de medidas directamente vocacionadas para a valorização desta comunidade. Desta forma, e face ao conjunto de necessidades e expectativas particulares da população idosa pode ser oportuno nomear um conjunto de idosos cuja responsabilidade passe por, no seu quotidiano, identificar os problemas e dificuldades que as pessoas mais velhas enfrentam, que podem ir desde dificuldades de circulação devido à existência de degraus ou desníveis acentuados à inexistência de bancos ou abrigo das paragens dos transportes públicos. Tal contribuiria para a valorização do papel desta comunidade, bem como permitiria identificar problemas para os quais os planeadores e decisores não estão tão sensibilizados.

De igual forma, a criação de grupos de trabalho vocacionados para a assistência à população idosa podem desempenhar um papel importante na assistência a idosos em dificuldades, como por exemplo isolados em casa devido à inexistência de uma estrutura familiar de apoio ou de dificuldades no acesso ao espaço público devido à falta de elevador. Estas estruturas poderiam assumir uma forma semelhante às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), participadas pelos diversos actores e instituições locais, centrando a sua atenção na protecção de idosos em situação de risco.

Das possibilidades de trabalho desta comissão podem constar diversos temas, porém, no que ao espaço e estruturas públicas diz respeito, seria importante criar e desenvolver estruturas que conjugassem simultaneamente as necessidades de idosos e crianças. Tal seria importante para pessoas idosas que têm a seu cargo durante parte

do dia os seus netos, situação algo comum no Olival Basto, e que têm a necessidade de espaços de lazer e permanência que satisfaçam as suas necessidades e as dos seus netos. Assim, é necessário conciliar num só espaço onde são oferecidas actividades de jogo e lazer, mais vocacionadas para crianças, e de permanência e encontro, apropriadas para idosos, que propiciam também a vigilância informal, desencadeando uma sensação de maior segurança e conforto.

Esta utilização do espaço público dá uma maior vitalidade aos lugares, para além de fomentar a intergeracionalidade e a coesão social, desencadeiam uma noção de proximidade que está muito associada à vida de bairro, o que é vantajoso para o reforço e manutenção de uma identidade territorial positiva.

Sendo este apego à freguesia um sentimento generalizado por parte da população residente, especialmente da mais idosa e que há mais tempo reside na freguesia, é importante assegurar que esta se mantém à altura das suas expectativas e necessidades.

Desta forma, é igualmente relevante que o Centro de Dia continue a ser apoiado devido ao importante papel que desempenha junto desta população. Assim, e face às dificuldades de tesouraria e gestão enfrentadas é pertinente assegurar que os serviços oferecidos pelo Centro de Dia não são reduzidos, sob pena da população idosa se ver ainda mais isolada e sem grandes motivos para sair de casa.

Igualmente, deveria ser equacionada a criação de um serviço de lavandaria social, uma vez que o Centro de Dia está equipado com tudo o que é necessário para a realização desse serviço.

Não obstante, o Centro de Dia deve também desenvolver actividades que incluam e valorizem de forma activa o papel da mulher, que apesar de estar presente no Centro de Dia não o está de forma tão numerosa quanto os homens. Desta forma, seria importante realizar, no âmbito das actividades do Centro de Dia, ocasionalmente, feiras no espaço público, cujo objectivo seja o de divulgar e dar a conhecer os resultados de algumas das ocupações das mulheres que frequentam o Centro de Dia, como por exemplo bordados ou outros artigos artesanais.

Para além de fomentar uma utilização saudável dos lugares, estas feiras serviriam também para promover o papel da mulher e incrementar a sensação de segurança através da já mencionada vigilância informal, desencadeada pela simples presença no espaço público.

Poderiam igualmente ser desenvolvidas outras acções cujo principal papel fosse o de intervir no tecido social da área de estudo. Assim, face ao papel patrimonial que as vilas desempenham no Olival Basto, podendo ser consideradas um dos seus principais símbolos, aquelas que se encontram subaproveitadas poderiam ser regeneradas, dando-lhes uma função cultural, como por exemplo um centro de memória afectiva, aumentando a oferta de equipamentos culturais do concelho e da própria freguesia, para além do centro cultural da Malaposta, fomentaria a ligação emocional dos residentes no Olival Basto ao seu território, promovendo igualmente a coesão social e a intergeracionalidade.

De igual forma, esta valorização social pode também sustentar uma integração territorial das diversas áreas que compõem a freguesia. Assim, a promoção da coesão social e da intergeracionalidade pode passar pelo aproveitamento dos recursos territoriais, como por exemplo, a utilização dos terrenos enquadrados na REN, em articulação com as Comissões de Moradores da Quinta da Várzea, para a criação e manutenção de hortas comunitárias. Os produtos daí resultantes poderiam ser destinados para auto-consumo, comércio local em feiras comunitárias ou para o apoio de famílias carenciadas. Isto permitiria uma valorização social e territorial, já que estaria envolvida a comunidade no aproveitamento dos recursos locais disponíveis e contribuiria de forma decisiva para a integração da comunidade nos diversos territórios da freguesia, valorizando-os através do seu aproveitamento.

9.3 Promover a mobilidade numa envolvente física confortável

Face ao conjunto de problemáticas identificadas e tendo em consideração as necessidades de transporte e o efeito de isolamento da freguesia devido ao sistema rodoviário e ao relevo acidentado é pertinente desenvolver um conjunto de propostas que procurem atenuar estas dificuldades. De igual forma, são sugeridas acções de carácter estratégico que visam sobretudo melhorar a aparência do espaço físico, já que esta é uma das queixas mais comuns da população nos documentos analisados, muito embora a realidade observada não transmita essa ideia.

A necessidade de transporte é tanto maior quanto maior for a falta de infra-estruturas de apoio à população. No caso do Olival Basto, uma das maiores lacunas sentidas pela população é a inexistência de centro de saúde. Tal obriga a que os moradores na freguesia, para poderem aceder a cuidados de saúde, estejam obrigados a deslocar-se para fora da freguesia. Tal pode representar um transtorno significativo, especialmente se forem tidas em conta as necessidades particulares das mulheres e idosos relativamente aos transportes públicos. A esta questão deve ser acrescentada a forte limitação na mobilidade que o atravessamento da freguesia por diversos eixos rodoviários representa.

Desta forma, e face às queixas da população, o sistema de transportes públicos que serve a freguesia deve ser repensado, de forma a satisfazer de forma mais eficiente as necessidades de deslocação da população. A componente pendular dos movimentos casa – trabalho – casa é um factor muito importante, especialmente se for tido em conta o elevado número de pessoas que se desloca para fora do concelho para trabalhar. Relativamente a este aspecto a rede de transportes colectivos é relativamente eficiente, porém, no que diz respeito às necessidades de transporte radial, ou seja, com destino a outras freguesias do concelho e não a cidade de Lisboa, a oferta é, segundo a população, insuficiente.

Assim, é necessário auscultar os pontos de vista da comunidade de modo a ajustar a oferta de transporte público ao tipo de procura, que apresenta necessidades variáveis ao longo do dia. Assim sendo, a inclusão do Olival Basto no roteiro do serviço

“voltas” pode representar uma resposta importante para esta questão. Este serviço, contratado pela câmara municipal de Odivelas à Rodoviária de Lisboa funciona numa rota fixa, sem paragens obrigatórias e com uma tarifa fixa, o que representa uma maior flexibilidade relativamente à tomada e largada de passageiros.

Isto daria um contributo para melhorar a mobilidade da freguesia e também facilitar o processo de transbordos, já que a flexibilidade, no que diz respeito às paragens, para além de um maior conforto, representa também um aumento de segurança, principalmente para mulheres e idosos, que estão obrigados a percorrer grandes distâncias a pé até casa. Isto ganha uma relevância ainda maior no período nocturno, em que a sensação de insegurança é mencionada como um factor de crescente preocupação.

Esta possibilidade de abordagem não se deve limitar ao serviço “voltas”, cabendo à autarquia e às empresas de transporte colectivo assegurar uma resposta mais coordenada e eficiente face ao papel social que os transportes públicos desempenham para a população em geral. Devem também estar preparados para fazer adaptações na sua rede em função do surgimento ou perda de influência de outros serviços. A título de exemplo, o novo hospital de Loures, que passará a abranger boa parte dos utentes do Olival Basto, deverá estar incluído nas carreiras que servem a freguesia.

Este cenário obriga a uma sensibilidade particular dos responsáveis pelos sistemas de transportes, que devem reconhecer a importância do serviço que prestam à população e compreender que a procura de transporte responde a um conjunto variado de necessidades que deve ser acautelado sob pena de desencadear situação de exclusão. O investimento público é fundamental para garantir a inclusão.

A proximidade de diversos eixos viários e da estação intermodal do Senhor Roubado pode servir de ponto de partida para responder às necessidades de transporte pendular, especialmente para aqueles que trabalham fora do concelho, porém não podem servir de resposta alargada a todas as necessidades já que a população idosa e as mulheres têm um conjunto de tarefas socialmente atribuídas que extravasa a deslocação para o emprego. Desta forma, deve ser garantida a oferta de

horários e frequências de transporte muito para além das horas de ponta. De igual forma, o mobiliário urbano relacionado com os transportes (paragens) devem estar bem equipado e protegido, de modo a minimizar as dificuldades que muitas vezes são sentidas na utilização do transporte público.

Este conjunto de preocupações deve ser transversal a todos os operadores de transporte, assegurando a interligação de todos os lugares, o que, numa freguesia com as características territoriais e populacionais do Olival Basto, se revela de particular relevância.

A oferta de uma rede de transportes públicos equilibrada e equitativa é determinante na definição da acessibilidade e centralidade dos lugares, devendo ser considerada como um objectivo em constante evolução, sendo constantemente debatida e avaliada por operadores e utilizadores de transportes públicos.

Porém, para além de assegurar o acesso à rede de transportes públicos é também necessário procurar uma constante melhoria para o espaço público. A esse nível, na área estudada, deve ser avaliado um factor determinante para a qualidade de vida da população e para a sua facilidade de acesso ao espaço público, que é a existência de elevador e, certos edifícios. A inexistência deste equipamento foi um factor constantemente referido nas diversas abordagens realizadas. Sendo maioritariamente construídos na década de 50 e 60, a quase totalidade dos edifícios não está dotado de ascensor. No período referido, este factor não era considerado relevante, até porque a maioria da idade dos compradores dos apartamentos não era elevada, o que lhes conferia uma robustez física suficiente para superar sem grande dificuldade os degraus que separam o acesso à rua do terceiro, quarto ou quinto piso. Porém, face à evolução do ciclo de vida, esta questão passou a adoptar uma importância central. Devido à inexistência de elevador, existem diversas pessoas, principalmente idosas, que limitam as suas deslocações e permanência no espaço público ao mínimo indispensável, face à dificuldade que enfrentam ao subir e descer os lances de escadas até à habitação.

Perante este cenário é oportuno verificar até que ponto não será menos oneroso no médio e longo prazo introduzir, nos casos em que tal for possível o

ascensor, em detrimento da manutenção de serviços de apoio domiciliário. Isto permitiria prolongar no tempo a autonomia da pessoa idosa, para além de valorizar e contribuir de forma decisiva para a sua presença no espaço público, o que teria reflexos também ao nível social. Ainda assim, devido ao facto de esta constituir uma medida com um elevado custo para os proprietários ou moradores, não deve ser desconsiderada uma rede de apoio domiciliária que salvaguarde e previna casos de isolamento. Isto ganha uma maior relevância em momentos de maior dificuldade económica e financeira, como aquele que Portugal tem vindo a passar, com reflexos em toda a sociedade, mas principalmente na população dependente.

Uma forma de procurar reduzir este impacto, face aos custos que uma intervenção deste tipo acarreta, seria através de uma permuta de fogos, em que os idosos que moram nos pisos superiores trocariam a residência para pisos inferiores, nos casos em que essa situação não se revelasse penalizadora para as partes envolvidas. Isto facilitaria o acesso ao espaço público e permitiria um envelhecimento mais activo e saudável.

O edificado não desempenha um papel negativo apenas na questão da acessibilidade à habitação e espaço público. O facto de existir um número significativo de edifícios cuja aparência denota alguma degradação contribui para que boa parte da população se sinta insatisfeita com a envolvente dos lugares, considerando importante uma intervenção que restaure as fachadas dos edifícios mais degradados.

Esta questão assume também um papel relevante na atracção de novos residentes, que se sentirão tanto mais atraídos quanto mais bem conservado estiver o edificado da freguesia. Assim, de modo a possibilitar um conjunto de intervenções deste tipo seria necessário estabelecer um compromisso com os proprietários e condomínios cujas propriedades apresentam um estado considerável de degradação, tendo em vista a recuperação dos mesmos consoante as possibilidades financeiras ou o valor das rendas.

Tal geraria um edificado mais atractivo, ocasionando uma maior sensação de conforto no processo de utilização e ocupação do espaço público, o que, em última análise, deverá ser o derradeiro objectivo deste tipo de intervenções.

9.4 Síntese da proposta

De modo a facilitar a análise e compreensão das medidas e acções sugeridas, as mesmas são apresentadas no quadro 4, o que permite compreender quais os principais objectivos e os domínios em que intervêm.

Quadro 4 - Síntese das medidas

Medida	Objectivos	Domínio de intervenção
Desbloquear a situação dos empreendimentos imobiliários	Aumentar o número de habitações disponíveis de modo a atrair e fixar população jovem	Demográfico e espacial
Realizar um levantamento da disponibilidade de habitação	Conhecer a realidade ao nível da disponibilidade de habitação	Demográfico
Dinamizar o mercado de arrendamento	Favorecer o mercado de arrendamento de modo a atrair e fixar população jovem	Demográfico
Apoiar o crédito à habitação	Facilitar a aquisição de habitação por parte de famílias jovens	Demográfico
Promover a gentrificação	Contribuir para o rejuvenescimento populacional	Demográfico e social
Criar estruturas de participação (governança)	Combater a indiferença e promover a participação cívica	Social
Assegurar o envolvimento em parcerias locais	Ganhar visibilidade e procurar respostas criativas numa lógica de cooperação local	Social
Promover o papel do cidadão enquanto responsável pelo espaço público	Facilitar a identificação das dificuldades e constrangimentos sentidos pelos cidadãos no seu quotidiano	Social
Fomentar grupos de trabalho para a protecção da pessoa idosa	Proteger a população idosa face à sua maior vulnerabilidade social	Social
Assegurar a funcionalidade dos espaços de permanência para crianças e idosos	Garantir a atractividade e funcionalidade dos espaços de permanência para uma utilização simultânea de crianças e idosos	Social
Promover a vigilância informal	Melhorar o sentimento de segurança através da presença no espaço público	Social
Fomentar uma noção de bairro no quotidiano	Fortalecer a coesão social, respondendo de forma concertada às necessidades comunitárias	Social
Apoiar o Centro de Dia e suas valências	Assegurar a manutenção de uma resposta às necessidades sociais dos idosos	Social
Adequar o Centro de Dia ao papel da mulher	Promover o papel da mulher enquanto parte activa da comunidade idosa	Social
Reforçar o apoio domiciliário	Promover um envelhecimento saudável e combater o isolamento	Social
Desenvolver ocasionalmente feiras e mostras locais	Estimular os recursos humanos, através da valorização social e intergeracionalidade	Social
Implementar centros de memória afectiva	Fortalecer a ligação afectiva aos lugares através da valorização do património local	Social e espacial
Adequar a rede de transportes	Melhorar a mobilidade reduzindo a sensação de isolamento e facilitando o acesso às estruturas de apoio, reduzindo os tempos de deslocação	Social e espacial
Analisar a implementação de ascensores	Prevenir situações isolamento, promovendo a autonomia e o acesso ao espaço público	Social e espacial
Incentivar a restauração do património edificado degradado	Melhorar a aparência e salubridade da envolvente física	Social e espacial
Implementar e desenvolver de forma sustentada hortas comunitárias	Aproveitar os recursos territoriais locais através da promoção da coesão social	Social e espacial

Esta análise reúne um conjunto de medidas que, face ao seu carácter estratégico e direccionado podem ser consideradas, no seu conjunto, como uma proposta de intervenção estratégica para a área abordada.

Tendo como base a recolha e análise de dados específicos da freguesia do Olival Basto, a auscultação de alguns dos actores locais mais relevantes e a consideração de factores sociais e humanos, como a estrutura etária e o género, ficam reunidas as premissas necessárias para que esta proposta possa ser enquadrada numa lógica de planeamento estratégico inclusivo.

Tal não significa que esta constitui a única possibilidade de abordagem, mas, atendendo aos elementos recolhidos e analisados e perante o conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado e do estágio, é uma possibilidade de resposta para as problemas e ameaças detectadas no âmbito da análise SWOT, aproveitado de igual forma as oportunidades e pontos fortes da área de estudo.

Este conjunto de medidas tem por base a melhoria da qualidade de vida da comunidade em função dos lugares que frequentam no quotidiano é para isso é necessário salvaguardar um conjunto de medidas de âmbito social que lhes garanta o acesso e sustentabilidade na utilização do espaço público. Isto reflecte a importância de uma intervenção de âmbito alargado, respondendo a diversos domínios que intervêm nas actividades de vida diária de todos. Assim, não é mais possível estabelecer propostas que se limitem a uma intervenção no espaço público de forma isolada. A complexidade e riqueza das áreas urbanas exigem uma intervenção sustentada, multidisciplinar, que aborde as problemáticas num contexto que global ao considerar a diversidade como um desafio para a equidade e não como uma realidade que seja necessário neutralizar ou homogeneizar. Isto tornaria o território ainda mais discriminatório para aqueles que no seu dia-a-dia já sentem dificuldades na realização das tarefas básicas

É neste domínio que o planeamento estratégico inclusivo pode contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, enquadrando os lugares como elementos activos no desenvolvimento e geradores de uma mudança sócio - territorial positiva.

Conclusões

A questão de partida deste relatório de estágio estava relacionada com o papel que o planeamento inclusivo poderia desempenhar na promoção da equidade e combate à discriminação ao nível local.

Para tal, realizou-se, no âmbito teórico, uma recolha das principais visões acerca desta temática, de modo a solidificar a problemática e campos de intervenção. De seguida, levou-se a cabo um processo metodológico que consistiu na definição de um caso de estudo e na recolha de informação com base em documentos dos órgãos de gestão autárquica locais e junto da população e dos principais actores locais. Com isto foi possível identificar um conjunto de dinâmicas na freguesia que culminaram no seu enquadramento no contexto de uma análise SWOT. Isto permitiu conhecer os aspectos que constituem os principais problemas e oportunidades para a área de estudo, composta por parte da freguesia do Olival Basto. Com base nessa análise definiram-se um conjunto de medidas e acções que no seu conjunto representam uma possibilidade de proposta para a área estudada que sirvam de alavanca para toda a freguesia, seguindo os princípios definidos por aquilo que se entendeu ser o planeamento estratégico inclusivo.

Face a estes desenvolvimentos fica possível responder à questão inicial, bem como se confirma uma das hipóteses consideradas inicialmente. Assim, face a um cenário de crescente preocupação com a esfera social, e atendendo ao conjunto de expectativas e dificuldades que intervêm no quotidiano de todos, é necessária uma resposta alargada face às diferenças de género e de idade. A isto, deve estar associado um carácter estratégico, que procure abordar estas dinâmicas de forma sustentada e hierarquizada. Esta resposta pode ser dada segundo os princípios do planeamento estratégico inclusivo.

Ao abordar a diversidade é necessário adoptar uma atitude sensível às expectativas específicas de um determinado grupo ou excerto da população, e enquadrá-las na dinâmica do espaço público, compreendendo de que forma estas

peessoas são prejudicadas em virtude das suas características face aos usos tipologias dos lugares.

Com este procedimento ficam perceptíveis as particularidades e características específicas destes grupos, o que possibilita uma análise de contexto que observa os obstáculos que o espaço público acarreta para estas pessoas na sua vida diária.

Isto possibilita uma resposta de carácter estratégico, direccionada para a salvaguarda de expectativas e fomento da utilização do espaço público enquanto um factor promotor da inclusão. Ficam assim lançadas as bases para a promoção de uma política promotora da equidade, em que os lugares desempenham um papel fundamental.

Desta forma, o planeamento estratégico inclusivo pode contribuir para a promoção da equidade e combater a exclusão social graças a uma abordagem sensível à diversidade e ao facto de encarar o território como um agente conciliador das necessidades e expectativas de todos, que consideram o território como parte interveniente nas suas actividades de vida diária.

Quanto mais adequado o espaço público estiver relativamente às características da comunidade que o utiliza e experimenta, mais satisfatória será a experiência diária na realização dessas actividades, contribuindo decisivamente para a qualidade de vida e bem-estar da população. Isto tem reflexos não apenas no quotidiano da comunidade, mas também nas expectativas de futuro para os lugares, já que, com uma análise deste tipo, vêm a sua sustentabilidade reforçada, baseada num maior envolvimento comunitário.

Este tipo de abordagem só se torna possível quando a população é tida como parte interessada e interveniente no processo de planeamento. Desta forma é necessário assegurar formas de participação que representem uma estrutura de governança inclusiva, onde todos são parte activa no processo de decisão. Isto garante uma responsabilização pelos usos a dar ao território, bem como uma maior probabilidade de sucesso da intervenção, fruto de um consenso alargado aos actores locais.

Tal ganha um peso acrescido se a atenção for centrada na compreensão das diferenças e identidades, ou seja, expectativas e necessidades diferenciadas conforme o género, idade ou outros factores, e forem desenvolvidas respostas hierarquizadas em função das diferenças detectadas, gerando as condições necessárias para manter a identidade do espaço e o sentimento de pertença. Assim, ficam asseguradas as condições para gerar uma transformação no médio e longo prazo que torne o espaço público mais inclusivo.

Esta intervenção tem sempre a equidade como factor transversal, não procurando uma homogeneização do espaço, mas sim a compreensão dos factores que despoletam situações de exclusão e intervir sobre os mesmos, salvaguardando a diversidade e a identidade locais.

Desta forma fica claro o papel que uma intervenção no âmbito do planeamento estratégico inclusivo ao nível do combate à discriminação e exclusão, colocando o espaço público como um elemento activo na procura de uma sociedade mais inclusiva.

Ainda assim, este trabalho tem algumas limitações, decorrentes das características do caso de estudo. O facto de terem sido identificados e desenvolvidas duas categorias de análise, o género e a idade, não significa que estas sejam os principais factores a ter em conta neste tipo de abordagens. Apesar do género ser um domínio transversal a qualquer outra categoria analítica, a relevância de cada uma delas está fortemente dependente das características sociais e territoriais do espaço a intervir. Assim, não deve ser descurado o peso de outros factores, como por exemplo a origem étnica, a deficiência ou a orientação sexual. A significância destes vai depender de diversas questões que é necessário dominar, para que se possa compreender na sua profundidade o peso destas categorias enquanto factores discriminatórios, como o são as características sociais da comunidade ou existência de estruturas de apoio públicas adequadas.

Então, é necessário abordar esta temática de forma transversal, defendendo, de forma clara, o *mainstreaming* de género em todas as políticas, bem como o peso de outras variáveis face às características da comunidade como forma de melhoria e desenvolvimento social e económico.

Isto significa que, as futuras políticas de gestão territorial devem ter em conta factores que, até aqui, não eram, tradicionalmente, tidos em conta e que estão profundamente relacionados com a esfera social. Assim, é necessário sensibilizar para a abrangência das políticas de promoção de igualdade, já que estas não se limitam à política de acção social, estendendo-se a problemas que não estão directamente associados a este tema, como a habitação, os transportes, o urbanismo e o espaço público. Isto vem alargar as competências e os domínios de acção das políticas a novos temas e conceitos, o que exige a formação dos recursos humanos envolvidos na concepção e gestão destas políticas.

Afirmou-se inicialmente que o território não é neutro. *Por isso, a importância do mainstreaming de género (transversalidade de género) ao considerar o género em todos os estádios, desde o desenvolvimento à implementação das políticas, implicando a consideração sistemática das diferenças entre mulheres e homens no processo de planeamento, desde a recolha de informação, à implementação e avaliação de acções. Esta abordagem global e transversal, implica um esforço de mobilização de todas as políticas. E implica melhorar a vida quotidiana, criando lugares que favoreçam a proximidade* (Queirós et al, 2010: 55; Gaspar et al, 2009).

Esta tarefa cabe a todos os actores locais sem excepção, e não apenas aos gabinetes de acção social. Isto obriga a que *os departamentos municipais responsáveis por estas áreas, devem estar envolvidos, a par da acção social, na primeira linha de combate à discriminação. O sucesso da política para a igualdade de género depende, por sua vez, da integração em níveis mais abrangentes tais como, a sustentabilidade, o desenvolvimento económico e a inclusão social* (Queirós et al, 2010: 101; Gaspar et al, 2009).

É nesta direcção que planeadores, decisores e população devem caminhar de forma conjunta e concertada, para que, no futuro, se possa perspectivar um espaço público mais inclusivo e acolhedor, fomentando os laços que a comunidade estabelece com os lugares que usa e frequenta. Isto não terá apenas reflexos na qualidade de vida das populações, mas igualmente na sustentabilidade e desenvolvimento social e económico do território.

Que esta pesquisa sirva para sensibilizar e, de alguma forma, contribuir para a formação de uma política de equidade transversal a todos os domínios de acção, apoiando todos aqueles que se debruçam sobre o estudo das políticas de concepção e gestão territorial como forma de promoção da equidade, enriquecimento social e desenvolvimento económico, centrados na melhoria da qualidade de vida da população sem excepção e que o espaço ocupe um papel relevante na acção para a inclusão social.

Referências Bibliográficas

Albrechts L (2002) The planning community community reflects on enhancing public involvement. *Views from academics and reflective practitioners*. *Planning theory and practice* 3(3): 331 – 347

Albrechts L (2006) Shifts in strategic spatial planning? Some evidence from Europe and Australia. *Environment and Planning A* 38(6): 1149-1170

Albrechts L, Healey O, Kunzmann K (2003) Strategic spatial planning and regional governance in Europe. *Journal of the American Planning Association*, 69; 113 – 129

Alfama E, Casademunt À, Coll G, Cruz H, Martí M (2007) *Per una nova cultura del territori? Mobilitzacions i conflictes territorials*. Icària Editorial, Barcelona

Amin A (2004) Regions unbound: towards a new politics of place. *Geografisker Annaler* 86B: 33- 44

André, I (1993) *O falso neutro em geografia humana – género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa

Barros J (2005) Igualdade, desigualdade e diferença: Em torno de três noções. *Análise Social*, 40(175): 345-366

Bassand M, Güller P (2001) *Vivre et créer l'espace public*. Presses polytechniques et universitaires romandes, Lausanne.

Beall J (1996) *Urban Governance: Why Gender Matters*. United Nations Development Programme. www.iknowpoliticis.org/files/Urban%20Governance%20Why&20Gender%20Matters.doc [Acedido a 25 de Janeiro de 2011]

Beall J (1997) *A city for all: Valuing difference and working with diversity*. Zed Books, London.

Bélanger H (2007) Public Spaces in Gentrifying Neighbourhoods: Conflicting Meanings?. Département d'études urbaines et touristiques. École des sciences de la gestion. Université du Québec à Montréal http://www.vrm.ca/documents/W08_B elanger.pdf [Acedido em 5 de Fevereiro de 2011]

Bhabha H K (1994) *The Location of Culture*. Routledge, London

Blumenberg E (2004) En-Gendering Effective Planning: Spatial Mismatch, Low-Income Women, and Transportation Policy. *Journal of the American Planning Association*, 70(3): 269 - 281

Bondi L e Rose D (2003) Constructing gender, constructing the urban: a review of anglo-american feminist urban geography. *Gender, Place and Culture*, 10(3): 229-245

Burgess G (2008) Planning and the gender equality duty – why does gender matter. *People, Place & Policy Online* 2(3): 112 – 121

Carmona M, Tiesdell S, Heath T, Oc T (2003), The social dimension *In Public spaces - Urban places*. Architectural Press, Oxford: 133-167

Casellas A, Jutgla E, Barbera M (2010) Creación de imagen, visibilidad y turismo como estrategias de crecimiento económico de la ciudad. *Finisterra*, 45(90): 153-172

Commonwealth Secretariat (2009) Gender in Planning and Urban Development. Discussion paper number 7 [Acedido em 3 de Fevereiro de 2011]. <http://www.thecommonwealth.org/files/218542/FileName/DP7withlinks.pdf>

Decreto-Lei n.º 280/99, de 22 de Setembro

Diagnóstico Social do Concelho de Odivelas, aprovado a 16 de Junho de 2004

Díaz-Cortés F, Garcia-ramon M D (2010) Mujeres, vida cotidiana y espacios públicos en la región metropolitana de Barcelona. El caso de ca n'ànglada de terrassa. *Finisterra* 45 (90): 49-69

England K (1994) Getting personal: Reflexivity, positionality, and feminist research. *The Professional Geographer*, 46(1): 80 – 89

Estudos Prévios de Planeamento Estratégico (2002) Volume III Das necessidades e aspirações da população à definição de linhas estratégicas, Odivelas

Estudos Prévios de Planeamento Estratégico (2004) Volume I Historial e Perfis Demográfico e Sócio Económico, Odivelas

Fainstein S, Servon L (2005) *Gender and Planning: A Reader*. Rutgers University Press, New Jersey

Gallach H (2008) Conflictos territoriales y movilizaciones ciudadanas: Alguns reflexiones sobre las formas de gobernanza territorial actuales. *Boletín de la A.G.E.*, 48: 375-387

Garcia-Ramon M D, Ortiz A, Prats M (2004) Urban planning, gender and the use of public space in a peripheral neighbourhood of Barcelona. *Cities*, 21 (3): 215-223

Gaspar J (1981) *A área de influência de Évora: Sistemas de funções e lugares centrais*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, Lisboa

Gaspar J, Queirós M, Marques da Costa N, Brito Henriques E, Palma P (2009). Estudo de Diagnóstico e Criação de Indicadores de Género na Área do Território e Ambiente. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Centro de Estudos Geográficos.

http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/relatorios/relatorio_genero_territorio_ambiente.pdf [Acedido em 20 de Janeiro de 2011]

Gaspar J, Queirós M, Marques da Costa N, Brito Henriques E, Palma P (2009). Guia para o Mainstreaming de Género na Área do Território e Ambiente. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Centro de Estudos Geográficos. http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/outrosdocumentos/guia_mainstreaming_genero.pdf [Acedido em 20 de Janeiro de 2011]

Greed C (2007) *A place for everyone? Gender equality and urban planning*. A ReGender briefing paper. Oxfam. RTPi <http://www.oxfam.org.uk/resources/ukpoverty/downloads/placeforeveryone.pdf> [Acedido em 4 de Fevereiro de 2011]

Greed C, Davies L, Brown C, Dühr S, Reeves D (2003). *Gender Equality and Plan Making. The Gender Mainstreaming Toolkit*. Royal Town Planning Institute, London

Greed C, Reeves D (2005) Mainstreaming equality into strategic spatial policymaking: are town planner losing sight of gender?. *Construction Management and Economics*, 23: 1059-1070

Greed, C. (2005) An investigation of the effectiveness of gender mainstreaming as a means of integrating the needs of women and men into spatial planning in the United Kingdom. *Progress in Planning*, 64, 243–321.

Gregory D, Johnston R J, Pratt G, Watts M, Whatmore S (2000) *The Dictionary of Human Geography*. Wiley-Blackwell Publishing, Chichester

Grundström K (2005) Gender and use of public space. Lund University – Faculty of Engineering <http://www.n-aerus.net/web/sat/workshops/2005/papers/11.pdf> [Acedido em 2 de Fevereiro de 2011]

Güell J M F (2006) *Planificación Estratégica de Ciudades*. Estudios Universitarios de Arquitectura. Editorial Reverté. Barcelona

Haesbaert R (1997) *Des-Territorialização e Identidade: A Rede “Gaúcha” No Nordeste*. Eduff, Niterói.

Haesbaert R (2004) *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Université Toulouse. <http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf> [Acedido em 30 de Junho de 2011]

Hall P (1995) Towards a General Urban Theory. In Brothie J, Batty M, Blakely E, Hall P, Newton P (ed.) *Cities in Competition: Productive and Sustainable Cities for the 21st Century*. Longman Australia, Melbourne: 3-31

Healey P (2005) Network complexity and the imaginative power of strategic spatial planning. In Albrechts L, Mandelbaum S (eds.) *The network society: A new context for planning?*. Routledge, New York: 146 - 160

Healey P (2006) Relational complexity and the imaginative power of strategic spatial planning. *European Planning Studies*, 14(4): 525 – 546

INE (2001) *Recenseamento Geral da População e da Habitação*. Lisboa

Jaeckel M, Geldermalsen M (2005) Gender sensitive urban planning. *Global Urban Development*.

<http://www.globalurban.org/GUDMag06Vol2Iss1/Jaeckel%20&%20van%20Geldermalsen%20PDF.pdf> [Acedido em 2 de Fevereiro de 2010]

Johnson B (2009) London's Great Outdoors. A manifesto for public space.

<http://www.london.gov.uk/greatoutdoors/docs/londons-great-outdoors.pdf>

[Acedido a 5 de Fevereiro de 2011]

Lefebvre H (1968) *Le Droit à la ville*. Anthropos, Paris.

Lei n.º 48/98, 11 de Agosto

Lerner J (2003). *Acupuntura urbana*. Record, Rio de Janeiro

Little J (1994) *Gender, planning and the policy process*. Pergamon Press, Oxford

Fonseca M L (1988) *População e território: Do país à área metropolitana*.

Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Malheiros J (1994) Tendências recentes na geografia social: O estudo dos grupos desfavorecidos, *Inforgeo*, 7/8: 115-126

Martins H (2004) Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2): 289 - 300

Massey D (1991) A Global Sense of Place. *Marxism Today*, 38: 24-29.

Massey D (1994) *Space, Place and Gender*. University of Minnesota Press, Minneapolis.

Massey, D. (1993) 'Power-geometry and a progressive sense of place', in J. Bird, B. Curtis, T. Putnam, G. Robertson and L. Tickner (eds) *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*, Routledge, London: 59–69

Mazur E, Urbanek J (1983) Space in Geography. *GeoJournal*, 7(2): 139-143

McDowell L (1983) Towards an understanding of the gender division of urban space. *Environment Planning D: Society and Space*, 1(1): 59-72

McGuckin, N. and Murakami, E. (1999) Examining Trip-Chaining Behaviour: Comparison of Travel by Men and Women. *Journal of the Transportation Research Board*, 1693: 79 – 85

Minton A (2006) What kind of world are we building? The privatization of public space. Royal Institution of Chartered Surveyors [http://www.annaminton.com/Privatepublic space.pdf](http://www.annaminton.com/Privatepublic%20space.pdf) [Acedido em 5 de Junho de 2011]

Moser C (1987) Women, human settlements and Housing: A conceptual framework for analysis and policy making. In Moser C e Peake L (ed.) *Women Housing and Human settlements*. Tavistock Publications, London: 12 – 32

Nogueira V (2001) Direitos humanos – a antinomia igualdade x equidade. 17º seminário de escuelas de trabajo social. Associação de escuelas de trabalho social. <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-038.pdf> [Acedido em 12 de Outubro de 2011]

Ogilvy J (2002) *Creating better futures*. Oxford University Press, Oxford

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Odivelas, aprovado nas 13ª sessão plenária do Centro Local para a Acção Social de Odivelas, realizada a 26 de Março de 2008

Plano Director Municipal de Odivelas

Purcell M (2002) Excavating Lefebvre: The right to the city and it's urban politics of the inhabitant. *Geojournal*, 58: 99 – 108

Queirós M, Marques da Costa N, Palma P, Caetano G, Vieira P, (2010) *Guia para o combate à discriminação nos municípios*. IGOT/CEG. http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/GuiaCombate%20Discrimina_ISBN_CIG.PDF [Acedido em 2 de Fevereiro de 2011]

Royal Town Planning Institute (2003). Gender Mainstreaming Toolkit, Executive Summary. <http://www.rtpi.org.uk/download/369/Gender-Equality-Toolkit.pdf> [Acedido em 29 de Dezembro de 2010]

Sandercock L (1998) *Towards cosmopolis. Planning for multicultural cities*. John Wiley & Sons, Chichester

Sassi E, Molteni E (2009) Design of public space in the city of elderly. Institute for the Contemporary Urban Project. Accademia di Architettura Mendrisio. http://www.arc.usi.ch/ris_ist_icup_pub_urbaging_01.pdf [Acedido em 10 de Outubro de 2011]

Simões J M, (2007) Ordenamento municipal e desenvolvimento local: uma reflexão, *Inforgeo*, 20/21 : 39-48

Soja E (1996) *Thirdspace*. Blackwell, Oxford

Status of Women Office (2009) Unpaid work by women. Saskatchewan Ministry of Advanced Education, Employment and Labour <http://www.socialservices.gov.sk.ca/unpaid-work.pdf> [Acedido em 2 de Fevereiro de 2011]

Winford S (2006) A new (legal) threat to public space: The rise and rise of de ASBO. Fitzroy Legal Service. Western Australian Parliament Library [http://www.parliament.wa.gov.au/intranet/libpages.nsf/WebFiles/ITS+-+pbos+article+winford+06/\\$FILE/pbos+article+winford.pdf](http://www.parliament.wa.gov.au/intranet/libpages.nsf/WebFiles/ITS+-+pbos+article+winford+06/$FILE/pbos+article+winford.pdf) [Acedido em 3 de Junho de 2011]

Recursos Electrónicos

<http://www.cig.gov.pt/>

<http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/index.htm>

<http://www.dgotdu.pt/>

<http://www.ine.pt>

<http://www.jf-olivalbasto.pt/>

Anexos

Índice de anexos

Questões para observação.....	135
Exemplo de uma entrevista realizada.....	136
Questões para o Centro de Dia do Olival Basto.....	145
Exemplar do Relatório de Actividades do Estágio.....	146

Questões para Observação

É um local de passagem?

- É facilmente acessível e bem ligado a outros lugares (edifícios)?
- Os passeios têm ligação fácil com a área adjacente?
- Existe oferta de transportes públicos?
- É um espaço, aparentemente, seguro?

É um local de permanência?

- O que motiva essa permanência? (comércio, campo de jogos, espaço de socialização)
- Quem faz essa utilização?
- Que fazem homens e mulheres?
- Existem crianças? Que fazem?

- As actividades que ocorrem estão adequadas às funções do espaço?
- Que actividades produtivas se podem encontrar?
- Que actividades reprodutivas podemos encontrar?
- São perceptíveis lacunas no espaço relativamente ao uso que lhe é dado e as características sociais e económicas da população que o usa?
- Existe alguma estrutura que sirva de referência identitária para a população?
- O espaço é, de alguma forma, produtor de valor superior àquele que é consumido?

Exemplo de uma entrevista realizada

Entrevista à JF Olival Basto

1. A freguesia do Olival Basto tem vindo a enfrentar um processo de perda populacional.

1.1 Quais considera serem os principais motivos para tal?

Existem vários fatores que levaram a este retrocesso no que toca à perda populacional. O Primeiro e quiçá o mais importante, prende-se com geografia e topografia da própria freguesia, uma vez que tem especificidades muito próprias. Não é uma grande freguesia, tem 1.4km quadrados de território, mas dentro deste espaço, que se encontra por um lado, limitado pelas serranias da chamada Vertente Nascente e que constituem zona REN (Reserva Ecológica Nacional), está por outro lado, limitada por uma série de artérias e vias de acesso como a A8, IC16, IC17, IC22 e nó do Sr. Roubado, que se tornaram essenciais em termos de acessibilidade às outras freguesias do Concelho de Odivelas, assim como, essenciais também para outros Concelhos limítrofes, como Loures e Amadora. Quer isto dizer que nas áreas disponíveis, escassas que são para o Olival Basto se poder expandir, encontramos ainda zonas RAN (Reserva Agrícola Nacional), que não permitem qualquer tipo de nova construção, tratando-se assim num motivo importante, pois que a construção habitacional existente tem entre os 30 e os 50 anos, o que não corresponde às expectativas actuais dos jovens que procuram habitação própria. Esta geração, que denomino e na qual me incluo, dos 25 aos 35 anos, tem, pura e simplesmente, procurado habitação que corresponda às suas expectativas noutras freguesias do Concelho, ou mesmo em Concelhos vizinhos com particular incidência em Loures e Mafra. Aliado a este problema, temos ainda outro, genérico ao país e que diz respeito ao envelhecimento da população, o que tem particular incidência na freguesia do Olival Basto. Significa isto que na última década temos assistido à saída da população jovem, aliado à perda, por falecimento, da população envelhecida.

1.2 Que medidas têm sido tomadas para contrariar ou atenuar esta tendência?

As medidas que neste momento o Executivo da Junta de Freguesia ou a Assembleia de Freguesia podem tomar ou deliberar, são de facto muito escassas e passam essencialmente, pela tentativa de sensibilização da população ainda residente para este problema, bem como das implicações que daí decorrem. Por outro lado, tem o executivo da Junta agido de uma forma pró activa no que toca ao levantamento

concreto da população, nomeadamente ao nível do recenseamento, incentivando a população já residente e com as devidas condições, a fazê-lo.

1.3 Quais as principais dificuldades da freguesia para travar este processo?

A questão que se levanta e que não permite sermos mais específicos na tentativa de travar este processo, enquanto representantes eleitos pela população, é a que se prende com o facto de ainda não existir em Odivelas um PDM (Plano Director Municipal), que nos permita ter uma base concreta de ordenamento do território em que trabalhar, mas estamos em querer, que o futuro do Olival Basto passará algures entre a reabilitação urbana, e não tanto, como temos assistido até aqui, a construção nova, se bem que esta terá grande incidência noutras freguesias que não a nossa.

2. Boa parte da população da freguesia é uma população envelhecida.

2.1 Qual o principal desafio na gestão de uma freguesia cuja população idosa representa uma parte significativa do total da população?

O principal desafio passa obrigatoriamente, pela tentativa de manter um equilíbrio salutar entre as diversas gerações residentes em Olival Basto, objectivo que face ao exposto anteriormente, não estamos de fato a conseguir cumprir. Temos consciência que para uma vida social saudável e em comunidade, é necessária a convivência intergeracional como ponto sustentável, quer porque se garantirá assim a continuidade da Freguesia, quer também por termos a consciência que as gerações mais jovens podem, se assim encaminhadas e desafiadas, a serem o suporte da geração mais idosa, no que toca por exemplo, ao acompanhamento dos idosos através de acções de voluntariado com deslocações às habitações de pessoas com capacidade de locomoção reduzida e ainda, sendo estas acompanhadas em passeios que se pretendem mais regulares. Estas são acções que aliás já decorrem, fruto de um projecto de parceria com a Câmara Municipal de Odivelas e o Banco de Voluntariado criado para o efeito, que se está a desenvolver nas Freguesias de Olival Basto e Pontinha. É um projecto piloto, que se pretende expandir a outras freguesias do concelho.

2.2 As estruturas de apoio à população idosa são suficientes? Quais as principais lacunas detectadas?

Sendo tendencialmente uma Freguesia com uma população cada vez mais envelhecida, o problema de estruturas de apoio começa a se fazer sentir, ainda mais

numa altura em que a conjuntura económica não é de todo favorável. Se a estrutura física existente na Freguesia, se centra sobretudo no Centro de Dia para a Terceira Idade, onde ainda existem muitas dificuldades de se reunirem as condições de poder fornecer as mais-valias pretendidas, como o serviço de lavandaria e o fornecimento de refeições, estas não estão ao serviço da população por força de decorrerem ainda as necessárias negociações com a Segurança Social e a necessária adequação do espaço às actuais exigências legais. Todo este processo é encetado pela Direcção do Centro, sendo que a Junta de Freguesia apoia no processo negocial de forma paralela, pois não pode se imiscuir numa instituição com Direcção própria. Por outro lado, a Junta de Freguesia dispõe de espaço físico próprio, como por exemplo o Pavilhão Multiusos, onde desenvolvemos actividades saudáveis à população, não só idosa como no Clube do Movimento ou no Yoga com aulas semanais, mas também para a mais jovem, através das aulas de Badmington e de Karaté. Temos e cremos, que a prática de hábitos saudáveis darão mais qualidade de vida à população em geral, não apenas à mais idosa.

2.3 Que resposta de âmbito geral tem sido dada ao fenómeno do envelhecimento populacional?

A resposta prática a essa problemática e no que concerne à gestão pura da autarquia, passa sem dúvida, por um maior peso das verbas destinadas à acção social. Nos sucessivos orçamentos, o Executivo da Junta de Freguesia de Olival Basto tem de facto destinado maiores verbas para o desenvolvimento de acções sociais, tendo especial destaque e ênfase as parcerias conseguidas com várias instituições de solidariedade social, como são o exemplo a parceria com o Centro Paroquial da Póvoa de St^o Adrião, uma vez que Olival Basto não tem Centro Paroquial próprio, que se centra sobretudo no apoio domiciliário aos idosos através da satisfação das suas necessidades mais básicas, inclusive a alimentar. Por outro lado mantemos uma estreita parceria com os Bombeiros Voluntários de Odivelas, assim como com outras instituições de carácter particular, que põem ao serviço da população os seus préstimos, como é o caso do Centro de Fisioterapia do Olival Basto, Fisiobela, concedendo mensalmente os tratamentos necessários a dois idosos da freguesia com essas necessidades terapêuticas. Ainda centrado nos idosos, a freguesia do Olival Basto organiza todos os anos dois eventos dignos de maior destaque.

O primeiro será o almoço convívio anual, que reúne os idosos que se desejem inscrever e que se realiza todos os anos em diferentes pontos do país. Depois, também de cariz anual, as idas à praia no Verão, uma semana especialmente vocacionada e merecedoras de forte adesão. De referir ainda e a título de exemplo, que a Junta de Freguesia desde à já alguns anos a esta parte, oferece por altura do Natal, um cabaz familiar não só aos idosos, mas também às famílias mais necessitadas, sendo esta

outra vertente da acção social presente. Para finalizar, dizer que o “combate” ao fenómeno do envelhecimento só pode ser de facto enfrentado com políticas de incentivo à natalidade que, por motivos óbvios, extravasam largamente as competências da Junta de Freguesia.

3. Relativamente ao espaço público:

3.1 Quais são os principais problemas que afectam a população que reside e trabalha na freguesia?

Como em todo na vida, nunca estaremos satisfeitos com o que temos, pois o pretendido será sempre uma melhoria contínua na qualidade de vida dos cidadãos de Olival Basto. Quer isto dizer que existem de facto algumas lacunas para a população, nomeadamente para a população residente nos bairros de génese ilegal (AUGIS). Se na Vila propriamente dita as populações usufruem de um bem estar geral de assinalar, fruto de uma conservação do espaço público exemplar e contínuo, com espaços verdes em número e qualidade, com parques infantis também eles optimizados e cuidados, com comércio e alguns serviços ao seu dispor, já nos bairros de génese ilegal assim não se passa, e esse será por ventura o maior problema do Olival Basto.

3.2 Que intervenções são consideradas prioritárias de modo a melhorar a qualidade do espaço público?

Tenho aqui de fazer uma ponte com a questão anterior, uma vez que as maiores intervenções que desejamos, são de facto nos bairros que referia anteriormente. Temos, para além do Bairro do Olival Basto (todo ele legalizado e planeado), os Bairros da Qt^a. da Várzea, Qt^a da Serra, Cassapia e Cucos, todos eles ilegalizados. São estes bairros aliás, que constituem a denominada Vertente Nascente de Odivelas e que têm uma especificidade topográfica muito própria e difícil.

3.3 Que intervenções estão programadas ou calendarizadas para os próximos meses?

Como as questões colocadas estão interligadas entre si, indico agora o que pretendemos para os nossos bairros de génese ilegal. O Concelho de Odivelas, desde a sua fundação, teve de lidar com esta problemática da construção não licenciada e não planeada nas suas diferentes freguesias. Tem de resto, efectuado um trabalho exemplar nesta matéria e para isso, muito contribuíram os próprios cidadãos e moradores, uma vez que os processos de licenciamento dependem em muito da sua capacidade organizativa, bem como, da sua vontade em resolver as questões inerentes aos seus bairros no que concerne por exemplo, aos próprios arruamentos, saneamento e acesso aos serviços básicos. Desenvolveu-se, desde há dois anos a esta

parte, um projecto piloto de reconversão de um grupo de bairros na denominada Vertente Sul do Concelho, bairros esses em tudo similar, em termos topográficos e necessidades prementes, aos bairros do Olival Basto. A Câmara de Odivelas e os seus diferentes serviços, elaboraram um projecto em conjunto com os moradores, que constituíram eles próprios diferentes Comissões (de Moradores) para os diferentes bairros, o que possibilitou a candidatura ao QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) assim como, a Fundos de Apoio Comunitário para a pretendida reconversão. Este projecto ganhou os referidos fundos quer do QREN, quer das instâncias comunitárias e foi tido como modelo a seguir. É este o exemplo que pretendemos seguir para a Vertente Nascente do Concelho de Odivelas e portanto, do Olival Basto.

Organizaram-se assim as Comissões de Moradores dos Bairros AUGI da Freguesia, estando estas devidamente organizadas e em funcionamento, tendo começado já a trabalhar em conjunto com a Junta de Freguesia no sentido da realização de algumas obras cujos custos são já partilhados. O seguimento que pretendemos dar, é nem mais nem menos, o mesmo que se está a desenrolar na Vertente Sul, pelo que, aguardamos com imensa expectativa a conclusão do mesmo, pelas suas mais-valias e ou melhoramentos que possamos trazer ao projeto da Vertente Nascente. No que toca a prazos, este não é, nem pode ser, um projeto de meses, mas tem uma calendarização de anos, pela estrutura necessária e a complexidade da reconversão em questão.

3.4 Tem existido alguma lógica de gestão do espaço público baseada nas principais características da população que, no seu quotidiano, frequenta a freguesia?

A lógica de gestão do espaço público posta em prática, que decorre não de agora mas já de anteriores executivos, passa pela conservação dos jardins e ajardinamentos, pela implantação de espaços para usufruto comum, tendo sempre presente o envelhecimento actual da população da freguesia. Daí decorre também a preocupação nas acessibilidades a estes mesmos espaços para pessoas com dificuldades de locomoção, existindo por isso, em variadíssimas zonas, o rebaixamento de passeios pedonais. De todo o modo, é mais das vezes através do próprio contacto com a população, que se identificam zonas mais críticas e onde, desenvolvemos este tipo de obra. É nesta parceria, existente de fato, entre a Junta de Freguesia e a população, que o espaço público em Olival Basto tem um nível de conservação digno de registo.

4. Ao nível da oferta de transportes públicos, esta é considerada satisfatória? Que alterações poderiam ser implementadas e com que objectivos?

A Temática dos transportes tem sido constantemente debatida na Freguesia de Olival Basto, uma vez que ao longo dos últimos 20 anos temos assistido a duas variantes, que

implicam desde logo, sucessivas alterações à oferta de transportes à população. Uma, prende-se desde logo com a construção das vias rodoviárias de acesso ao Concelho de Odivelas e Concelhos limítrofes. A construção destas vias alterou sucessivamente, a disponibilidade de transportes, pois que, assistíamos a alterações dos percursos que serviam Olival Basto e mais das vezes, essa alteração implicava a saída de Olival Basto das carreiras urbanas. Na realidade e após negociações com os fornecedores destes serviços, conseguiu-se a permanência de pelo menos uma carreira que faz a ligação ao Campo grande, e que tem, dentro do Olival Basto, diversas paragens. A segunda variante, prende-se sobretudo com os constrangimentos económicos. Nos últimos anos, diversos fornecedores, optaram por reduzir serviços, ou mesmo extinguí-los. Assim se passou por exemplo com a carreira nº 7 da Carris. No entanto, Olival Basto viu, sem margem de dúvida, um melhoramento incrível nas acessibilidades a Lisboa, com a vinda do Metro para Odivelas e a construção da estação do Sr. Roubado, que serve de forma ímpar a população. A preocupação mais recente sobre este tema, surge com a construção e abertura do mais recente Hospital do país, o Hospital Beatriz Ângelo, uma vez que não temos nenhuma carreira directa e para já, tem a população que necessite, se deslocar a Odivelas e estabelecer a ligação. As alternativas estão neste momento em estudo.

5. Que estruturas ao nível da conciliação entre vida profissional e particular existem na freguesia? (por exemplo, creches/infantários com horários alargados, serviços públicos ou de atendimento com um dia útil por semana de horário alargado)

A freguesia está bem servida a nível de serviços à população, todos eles concentrados na Vila propriamente dita, o que simplifica o quotidiano de todos nós. Como exemplos temos a Farmácia, o Banco, a Praça, a Igreja e diversos estabelecimentos comerciais que servem a população. Aqui acresce referir que os próprios CTT, que funcionam nas instalações da Junta de Freguesia têm um papel importante para a população mais idosa, pois esta socorre-se deste serviço para proceder ao pagamento das suas contas correntes, água, luz e telefone, assim como, o levantamento mensal das suas reformas. A própria Junta de Freguesia, na tentativa de aproximação e serviço à população, tem ela própria um horário alargado duas vezes por semana, terças e quintas-feiras está em funcionamento até às 20 horas. Ao nível das mais-valias educacionais, temos desde logo o Jardim de Infância público, sobre gestão da Autarquia de Odivelas e que disponibiliza um horário alargado até perto das 20 horas, como tenho eu próprio assistido. De resto, existem ainda dois Infantários particulares, bem como um ATL gerido pela própria Associação de Pais. Neste parâmetro, penso estarmos muito bem.

6. Existe alguma problemática específica associada à freguesia? (por exemplo, criminalidade ou insegurança, falta de equipamentos públicos ou de saúde, falta de assistência a idosos?)

A questão da segurança há muito que não era alvo de tanta atenção, principalmente pelos motivos conjunturais que atravessamos. O Olival Basto, por si, sempre foi uma Freguesia pacata neste âmbito, registando índices de criminalidade abaixo da média nacional, facto registado aliás, em todo o Concelho de Odivelas. Mas, tal índice não quer significar que não tenhamos estado atentos a um aumento que se registou de facto. A articulação com as autoridades tem sido profícua e gostaríamos que se pudesse aumentar a presença de forças policiais na Freguesia. Se gostaríamos de ter a nossa própria esquadra da PSP, a resposta é certamente que sim, mas sabemos que se trata de uma impossibilidade nos tempos que correm. Ao falar que equipamentos, gostaríamos ainda de contar com uma Unidade de Saúde Familiar, que certamente facilitaria a ida às consultas da nossa população mais idosa. Destes objetivos ainda não desistimos.

7. Face à estrutura populacional envelhecida, e atendendo ao facto de existir uma percentagem significativa de edifícios sem elevador, existe alguma preocupação relativamente a esta questão que pode ter implicações no quotidiano das pessoas, ou esta questão não se coloca?

A questão coloca-se e como se calcula, o poder de intervenção da Junta de Freguesia nesse âmbito é bastante limitado. Não podemos efetuar intervenções físicas de melhoramento nos condomínios, mas podemos e devemos, como já referia anteriormente, ter a preocupação de acompanhamento da população com dificuldades de locomoção, indo a casa das pessoas e levando-as inclusive a passear. É um projeto que está posto em prática e tem obtido excelentes resultados.

8. Relativamente à recolha do lixo, esta processa-se durante a noite?

A recolha dos resíduos sólidos tem tido algumas alterações por parte dos SMAS (Serviços Municipalizados de Loures), entidade que presta esse serviço, assim como no que concerne ao abastecimento de água. Aos resíduos sólidos, este faz-se durante o dia no que toca à remoção dos denominados “monos”. Durante o dia far-se-á também a recolha dos pontos de reciclagem, os chamados “pontos verde”. Já no que toca ao “lixo doméstico”, este é de facto recolhido durante a noite.

9. Existe alguma iniciativa (genérica ou específica) da junta de freguesia ou de entidades locais cujo principal objectivo seja a promoção da igualdade e o combate à exclusão? (por exemplo, celebração de datas simbólicas, workshops, passeios, campos de férias...)

Como pode constatar, ao longo das diversas respostas fui salientando diversas ações que a Junta de Freguesia de Olival Basto põe ao serviço da população e que tentam cumprir esse mesmo propósito, o combate à exclusão. Através do Centro de Dia para a Terceira Idade existe a semana anual de férias no Algarve, existe ainda a semana anual de ida à praia para as crianças e para os séniores, temos o passeio anual para a terceira idade e celebramos, todos os anos com especial carinho, o 25 de Abril numa sessão solene da Assembleia de Freguesia, onde temos ao longo dos últimos anos, servido um lanche convívio à população e ainda, o Dia Internacional da Mulher, com ações de rua e onde tem participado afincadamente a própria Presidente da Câmara de Odivelas, a Dra. Susana Amador. A Junta de Freguesia organiza ainda anualmente o Torneio de Futsal Miguel Brás e ainda os 5 Quilómetros de Atletismo do Olival Basto, provas com adesão assinalável. Não esquecer por fim, o mês de festejos e celebração do nascimento da Freguesia e Vila do Olival Basto que se realiza em Junho, contanto com concertos, noites de Fado, Ranchos Folclóricos e a eleição da Miss Olival Basto.

10. Que características da freguesia devem ser aproveitadas, e de que forma, de modo a permitir o rejuvenescimento populacional, não esquecendo a salvaguarda das condições de vida da população aos longo das várias fases da vida?

A freguesia do Olival Basto tem uma localização ideal. Está no centro de vias de acesso de vital importância para Lisboa, tem uma rede de transportes públicos que, quer queiramos quer não, oferece múltiplas opções entre a RN (Rodoviária Nacional), Grupo Barraqueiro, Carris e Metro, o que, só por si, é um meio de potenciar o Olival Basto. E por fim, para as novas gerações que se pretendam fixar e criar as suas famílias, temos à disposição dos mesmos equipamentos dignos de registo ao nível educacional (Jardim de Infância, Escola Primária, diversos Infantários e o ATL), elementos que agora potenciamos e divulgamos. Temos ainda um leque de serviços que já tive oportunidade de enumerar e que são também eles, mais-valias. Temos ainda o Centro de Dia para a Terceira Idade, que esperamos poder fornecer os serviços pretendidos no mais curto espaço de tempo possível. Também conta com o nosso apoio e não ainda deixar de referir, os préstimos de uma grande instituição de Olival Basto e Odivelas que é o GROB (Grupo Recreativo Olival Basto). Esta instituição vai fazer em 2012 os seus 75 anos de História e destaca-se a nível desportivo, por ter inscritas e a disputar os diferentes campeonatos, quatro equipas nos diferentes escalões de Futsal, levando assim mais longe o nome Olival Basto. Acreditamos ser este o caminho a seguir.

Afonso Boialvo Simão, 33 anos de idade:

- Membro da Assembleia de Freguesia de Olival Basto (mandatos 2005 a 2009 e 2009 a 2013);
- Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Odivelas (mandato 2009 a 2013);
- Membro da Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto na Assembleia Municipal de Odivelas (mandato 2009 a 2013);
- Membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Desenvolvimento Local na Assembleia Municipal de Odivelas (2009 a 2011);
- Membro da Comissão do Ambiente, Transportes e Mobilidade na Assembleia Municipal de Odivelas (2011 a 2013);
- Presidente da Assembleia Geral de Sócios do GROB (Grupo Recreativo Olival Basto)

Questões para o Centro de Dia do Olival Basto

1. O Centro de Dia é frequentado diariamente por quantas pessoas?
 - a. Qual é o horário de funcionamento?
 - b. Os seus frequentadores são principalmente homens ou mulheres?
 - c. Os utilizadores são principalmente do Olival Basto ou também há de outras freguesias?
 - d. O centro foi inaugurado em que ano?
2. Qual o principal objectivo do centro?
3. Previamente à inauguração do Centro de Dia ser havia alguma infra-estrutura de apoio à população idosa?
4. Quais são as principais actividades desenvolvidas?
5. Quais as principais dificuldades sentidas na gestão do centro?
6. Ao nível da freguesia, que infra-estruturas são mais necessárias?
7. Quais são as principais dificuldades que a população mais idosa enfrenta no seu quotidiano na freguesia do Olival Basto?
8. Considera que a CM de Odivelas e a JF do Olival Basto têm tido uma acção concertada e adequada face às necessidades da população idosa?
9. Que aspectos gostaria de ver alterados e melhorados na freguesia?
10. Quais os problemas que poderão vir a surgir para o Centro de Dia no futuro?

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo

II Semestre

2010/2011

Relatório de Actividades

Câmara Municipal de Odivelas

31 de Janeiro a 29 de Abril de 2011

Coordenador de Mestrado:

Prof. Doutor Mário Vale (IGOT-UL)

Orientadoras:

Prof. Doutora Margarida Queirós (IGOT-UL)

Mestre Eduarda Barros (CM Odivelas)

Estagiário:

Gonçalo Caetano

N.º 35 325

Introdução

No âmbito da frequência do 2º ciclo de estudos no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa no curso de Gestão do Território e Urbanismo, é oferecida a possibilidade aos estudantes de optar pela obtenção do grau de mestre através da via profissionalizante, que contempla a realização de um estágio, ou através da via académica, sendo que ambas culminam com a apresentação de um trabalho individual condizente com as exigências de um curso do 2º ciclo de estudos do ensino superior.

O estágio profissional pode realizar-se em qualquer entidade pública ou privada que se proponha a acolher o estagiário e com a qual o IGOT celebre protocolo para o efeito. Desta forma, no âmbito da frequência no referido curso de mestrado, realizei a componente do estágio no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas.

O estágio decorreu sob a dependência da Senhora Conselheira Municipal para a Igualdade, Doutora Eduarda Barros. A justificar a frequência do estágio na entidade em questão estão o conjunto de competências e experiência adquirida pela participação no estudo realizado para a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) pelo IGOT-UL sobre *“Políticas e Medidas de Promoção da Igualdade e Combate à Discriminação nas Autarquias Locais”* do qual resultou a produção do *“Guia para o Combate à Discriminação nos Municípios”*, coordenado pela Professora Doutora Margarida Queirós no qual participei. Este facto viria a revelar-se de particular importância ao longo do estágio já que o trabalho a realizar incidia sobre a conclusão do Primeiro Plano Municipal para a Igualdade de Género de Odivelas (PMIGO).

Desta forma, e acrescentando as competências adquiridas ao longo da licenciatura em Geografia e do curso de mestrado em questão, foram reunidas as condições necessárias para a realização do estágio com o necessário retorno para a instituição que acolhe o estagiário bem como para a instituição de ensino.

De modo a salvaguardar o interesse do mesmo para todas as partes envolvidas e para se definir de forma inequívoca o âmbito e as possibilidades de trabalho a desenvolver pelo estagiário foram estabelecidos alguns objectivos, com base no Regulamento de Estágios para os Cursos de Mestrado do IGOT-UL, dos quais se devem relevar as actividades que levem o estagiário a:

- Complementar a formação académica do licenciado através do desenvolvimento de práticas de trabalho junto das entidades de acolhimento;
- Aplicar conhecimentos e competências teórico-práticas;
- Ensaia metodologias e práticas profissionais ajustadas ao mercado de trabalho;
- Proporcionar uma futura melhor integração no mercado do trabalho;

Foram estes os referenciais que serviram de orientação ao trabalho a desenvolver e que serviram de base para as tarefas a realizar. No ponto seguinte explicitam-se com algum detalhe os parâmetros temático e metodológico do estágio.

Enquadramento Temático e Metodológico

Fruto do conjunto de mecanismos legislativos em vigor, e graças ao aumento da visibilidade e importância das questões relacionadas com a igualdade e com as políticas de acção social, têm vindo a ser desenvolvidas, a várias escalas, acções que procuram promover o bem-estar social, de modo a ser alcançada uma sociedade mais igualitária e justa. Assim, e fruto da experiência adquirida no trabalho realizado para a CIG, a realização de um estágio nas condições adequadas revestiu-se de particular interesse para a entidade acolhedora, que contou com um estagiário já com alguma experiência neste domínio, mas também para o próprio estagiário uma vez que foi possível aplicar em circunstâncias concretas alguns dos conhecimentos que foram sendo adquiridos ao longo da formação curricular e da participação no referido trabalho.

A obrigação da igualdade de tratamento a todas as pessoas atribui à escala local um papel determinante. São as autarquias, em conjunto com os actores locais que detêm as condições necessárias para actuar no domínio do combate à discriminação e promoção da igualdade. Desta forma, tem sido atribuída às autarquias a competência para desenvolver e elaborar documentos e estudos de contexto relacionados com a promoção da igualdade.

Para que o sucesso destes documentos seja assegurado é necessário manter uma relação forte com o território, já que é nele que se enquadram as problemáticas, manifestam as consequências e actuam as propostas. Desta forma, a Geografia assume um papel importante nesta questão, já que tem como principal objecto de estudo e trabalho o território.

Este foi um dos princípios inerentes à realização do “Guia para o Combate à Discriminação nos Municípios”, onde se assume que a participação cidadã e a qualidade de vida são dois factores fundamentais no desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade, sendo então essenciais na promoção da igualdade e no combate à exclusão de grupos desfavorecidos ou excluídos, mantendo sempre nesta dinâmica um carácter territorial.

Assim, e não esquecendo o carácter político de documentos deste género, estes devem reunir em si a multidimensionalidade do combate à discriminação, observando questões como a abordagem integrada das estratégias sectoriais das políticas e medidas, a intervenção de proximidade fruto da relação com os actores locais e a articulação da escala internacional e nacional, de onde são emanadas as leis, orientações e, em muitos casos, financiamento, com a escala local, onde são colocadas em prática as acções com implicação

directa neste domínio. Com isto, entende-se que o território desempenha um papel determinante na procura de uma sociedade mais justa e igualitária, já que pode intervir decisivamente no combate à discriminação, através da acção das autarquias e da articulação entre os vários departamentos, com particular destaque para os gabinetes de acção social e para os gabinetes de planeamento e urbanismo.

São estes os pontos essenciais para a realização de um documento que se pretende estratégico, o que acaba por representar a realização de tarefas de grande dificuldade e complexidade onde a relação com o território deve ser tida em conta sob pena de se descontextualizar e tornar inoperacional o resultado desse trabalho. O que se pretende é uma relação biunívoca entre sociedade e território, onde as pessoas constroem e reconstróem o espaço e são influenciadas por ele. Fica bem claro o papel do território e a importância que lhe deve ser atribuída neste contexto.

O planeamento urbano deve observar as necessidades diferenciadas da população, devendo atribuir as necessárias orientações à política urbana para, por exemplo, facilitar o acesso a bens e serviços ou promover a mobilidade. Estas orientações para o acto de planear podem ser encaradas como acções para um Planeamento Inclusivo, ou seja, onde as especificidades e particularidades de cada grupo social são consideradas e acauteladas, de modo a tornar a cidade e o território mais inclusivos e acolhedores. Esta acção tem um forte potencial de valorização territorial, já que se assume como pressuposto que as autarquias e a escala local colocam na sua agenda e incorporam nas suas decisões a questão da igualdade de género.

Sendo as autarquias que têm o dever e a capacidade para conceber medidas e acções que vão determinar se um território será, ou não, inclusivo e de qualidade, tendo em conta a diversidade da população, faz todo sentido encarar estes planos como referenciais estratégicos. Desta forma, é pertinente que determinado conjunto de factores estejam integrados nestes planos, são eles:

- Vontade e legitimação política
- Articulação entre os diversos departamentos e divisões da autarquia
- Relacionamento em rede com outros agentes e actores locais
- Disponibilidade de dados (por exemplo, desagregados por sexo)
- Reconhecimento da importância da igualdade de género no planeamento estratégico

Fica clara a importância que deve ser atribuída a todo o trabalho de desenvolvimento do Plano Municipal para a Igualdade de Género de Odivelas, que deve ser encarado de forma responsável e exigente, envolvendo todos os parceiros locais, ouvindo os actores e tendo em conta as suas observações, naquilo que se pode considerar um modelo de governação participado e aberto, integrado no território. Só assim se obterá uma estratégia com um potencial realmente inclusivo, participado e reconhecido por todos e com uma expressão eficaz no espaço urbano.

Cabe à gestão municipal compreender a diversidade que existe no território sob sua responsabilidade e desenvolver os mecanismos e instrumentos necessários para atenuar ou eliminar as desigualdades, devendo orientar todas as suas políticas, em todos os domínios, para o *mainstreaming* da igualdade de género. Este princípio deve estar sempre relacionado com a ideia de que o território não é neutro e pode, efectivamente, ser um vector de acentuação ou diminuição das diferenças.

Com base no exposto é possível conceber uma questão de partida para a qual se procurará resposta ao longo do trabalho a desenvolver no estágio: “*Pode o PMIGO ser considerado um documento estratégico na política urbana e territorial do município?*”. A procura de uma resposta tem por base a percepção de que a utilização que cada indivíduo faz do espaço urbano tem diversas particularidades e especificidades, variando consoante o género, idade, deficiência, origem étnica e/ou orientação sexual. De igual forma, as dificuldades e necessidades de apoio nas actividades do quotidiano com implicação territorial são também extremamente diversificadas, estando este facto subjacente à necessidade de tornar a cidade mais “amiga” de todos. Para além deste conjunto de factores existem outras situações que necessitam também de alguns mecanismos de apoio para a satisfação das suas carências, como por exemplo a pobreza, mulheres com filhos ou a conciliação da vida laboral com a vida familiar. Neste caso, estamos perante diferentes papéis sociais com diferentes necessidades de mobilidade ou acessibilidade. Acima de tudo é necessário reconhecer que o espaço tem padrões de utilização diferenciados segundo diversos factores, sendo por isso necessário fazer corresponder as funções das infra-estruturas e equipamentos públicos a estas necessidades particulares.

O desafio que se coloca é, por variadas razões, complexo. É determinante privilegiar a dimensão territorial no planeamento da igualdade de género e da protecção social, e encarar estas dimensões como vectores do planeamento estratégico, fazendo corresponder as potencialidades do território às expectativas e necessidades da população, tendo em conta as suas características e particularidades.

Tarefas

Com base no conjunto de premissas e objectivos que foram apresentados até aqui, é possível definir a principal tarefa que se realizou durante o estágio no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas e as actividades que foram desenvolvidas no âmbito de estudos ou trabalhos temáticos relacionados com a promoção da igualdade e o combate à discriminação. De modo a compreender se foi estabelecida uma relação específica entre os objectivos do estágio e os trabalhos realizados, é pertinente definir a principal tarefa desenvolvida:

- Identificar as desigualdades no território correspondente ao concelho de Odivelas. O princípio de base para a concretização desta tarefa é o de que o território ou o não é neutro, já que as opções a ele inerente têm uma implicação determinante no modo de vida das populações, desencadeando desigualdades que é necessário conhecer para poder corrigir e prevenir no futuro.

Para desenvolver de forma bem sucedida a principal tarefa do estágio foi necessário realizar algumas tarefas secundárias que serviram de suporte e apoio ao trabalho principal:

- Recolha e tratamento de dados estatísticos
- Aprofundar, melhorar e se possível corrigir erros metodológicos na recolha e tratamento de dados estatísticos e qualitativos
- Conhecer o trabalho desenvolvido em parceria e em rede
- Integrar a visão do planeamento estratégico nas linhas orientadoras do plano e na questão do combate à discriminação e promoção da igualdade de género
- Apoiar e secundar, em caso de necessidade, o trabalho técnico

O derradeiro objectivo será, em função do trabalho desenvolvido no *“Guia para o Combate à Discriminação nos Municípios”*, concebido num plano mais teórico e orientador, fazer a respectiva extrapolação para a realidade tendo por base o caso de estudo do município de Odivelas. Para tal, o trabalho técnico que procura relacionar a vertente territorial com a política social é relevante na medida em que procura integrar na cidade e no espaço utilizado por todos os cidadãos as diversas acções e medidas de promoção da igualdade e combate à

discriminação. Garante-se assim a sua coesão e capacidade de resposta às diversas necessidades e expectativas que hoje em dia se colocam na utilização do espaço público. Espaço esse que se espera acessível e utilizável por todos e para todos. Esta deve ser a preocupação de todos os gabinetes das autarquias. Será esta a principal preocupação do PMIGO: ter uma cidade concebida em parceria e capaz de responder à variedade de necessidades e expectativas inerentes à diversidade social e cultural.

Registo Diário

Neste capítulo far-se-á uma descrição das actividades levadas a cabo durante o estágio, resultantes de um registo diário. Esta recolha e exposição é determinante na análise e balanço que se deve realizar das diversas componentes que constituem objecto de reflexão quer para o estagiário, quer para a entidade acolhedora e para o IGOT-UL.

Uma vez que o principal objectivo é o de transmitir os principais acontecimentos que foram marcando o estágio, e por se ter procedido a um registo de tais elementos diariamente, não se apresentará um registo exaustivo e exageradamente detalhado, mas sim uma breve descrição das tarefas que ocorreram, bem como alguns aspectos relevantes do desenlace do estágio.

O estágio iniciou-se na segunda-feira, dia 31 de Janeiro e terminou no dia 29 de Abril do corrente ano, o que representa 3 meses. Decorreu nas instalações da Câmara Municipal de Odivelas, situadas na Rua da Memória, no edifício designado por CAELO (Centro de Actividades Económicas de Loures e Odivelas), na freguesia de Odivelas. O estágio realizou-se durante os dias úteis, iniciando-se por volta das 9h30m da manhã até cerca das 17h30m da tarde, havendo um período de almoço compreendido entre as 12h30m e as 14h00m. Note-se que relativamente a estes horários houve sempre grande flexibilidade por parte da Orientadora Dra. Eduarda Barros para que os mesmos não fossem encarados como obrigatórios mas principalmente como indicativos. O primeiro dia foi marcado por uma reunião que serviu para conhecer a equipa com que iria trabalhar, bem como para fazer um ponto de situação relativamente ao trabalho que estava a ser desenvolvido e aos pontos essenciais para o sucesso do estágio e das tarefas que viria a desempenhar. De igual forma, as primeiras duas semanas, ou seja, de 31 de Janeiro a 12 de Fevereiro serviram principalmente para concluir o processo de ambientação à forma de estar, métodos e exigências do Gabinete. Desta forma, durante esse período, as principais tarefas foram a consulta dos documentos de referência que estavam a contribuir para a realização do PMIGO, recolha e pedido de dados a diversas fontes, como por exemplo a outros gabinetes da Câmara, ao sítio online do INE e, na inexistência dos dados online, requisição aos serviços do INE. Após este período de adaptação, ficou determinado que o trabalho a desenvolver se iria centrar na concepção e realização de um capítulo para o PMIGO relacionado com a mobilidade e as diferenças que se registam na procura e utilização de transportes por parte de homens e mulheres utilizando como escala de referência a freguesia. De igual forma, iria acrescentar-se um subcapítulo relativo ao edificado,

considerando os dados do INE relativamente ao seu estado de conservação e à existência de elevador. Note-se que tal trabalho é **resultado de um trabalho em equipa**, não podendo ser considerado **como produção de autoria única e exclusiva do estagiário**. Porém, e por terem sido aqueles capítulos para os quais mais directamente contribuí e julgo poderem ser considerados parte directa do trabalho que desenvolvi, o que justificou a sua inclusão nos ANEXOS. Atente-se que o documento em questão **aguarda aprovação** por parte da Senhora Presidente de Câmara e pelos órgãos competentes para, posteriormente, ser **publicado e tornado público**.

Assim, apresentam-se, com base no registo diário realizado, os principais momentos e pontos ao longo do estágio, desde o dia 14 de Fevereiro, por semanas.

Semana de 14 a 18 de Fevereiro:

- Pedido de dados (carta da rede de transportes públicos colectivos) ao gabinete que tem a seu cargo os transportes e mobilidade, através do sistema interno em rede da Câmara.
- Pedido ao INE de dados desagregados por sexo relativamente ao tema dos transportes e mobilidade (14 de Fevereiro);
- Apoio na recolha de dados do sítio online do INE de modo a complementar dados fornecidos por outros gabinetes da Câmara para diversos capítulos;
- Análise e selecção preliminar dos dados relativos ao edificado;
- Detecção de erros e respectiva correcção nos dados relativos aos capítulos da educação, actividades económicas e saúde;
- Chegada dos dados requisitados ao INE (17 de Fevereiro) e início do seu tratamento;

Semana de 21 a 25 de Fevereiro:

- Produção de gráficos dos dados relativos aos transportes e mobilidade;
- Segundo pedido da carta de rede de transportes públicos colectivos ao gabinete competente;
- Consulta a documentos de referência de modo a estruturar a redacção do capítulo relativo aos transportes e mobilidade;
- Início da redacção dos transportes e mobilidade;

- Reunião (25 de Fevereiro) para balanço do trabalho desenvolvido e propostas para melhoria dos métodos utilizados
- Concepção de propostas para a capa do documento;

Semana de 28 de Fevereiro a 4 de Março:

- Apresentação do trabalho desenvolvido e balanço para ponto de situação;
- Enriquecimento do capítulo da educação com dados mais recentes relativos ao parque escolar;
- Apresentação e discussão relativa às propostas de capa;
- Envio das propostas aprovadas para apreciação da Senhora Presidente da Câmara Municipal;
- Criação de grelhas para introdução de dados relativos ao capítulo referente à educação;
- Reunião da Coordenadora, Dra. Eduarda Barros, com a Senhora Presidente da Câmara Municipal para ponto de situação e selecção da capa;
- Requisição de dados por via telefónica às diversas Juntas de Freguesia que compõem o concelho com dados relativos à sua composição e estrutura dos órgãos políticos (2 de Março);
- Conclusão da redacção e início da revisão do capítulo relativo aos transportes e mobilidades;
- Novo pedido e recepção da Carta da Rede de Transportes Públicos Colectivos (4 de Março);
- Discussão para conhecimento de propostas de abordagem ao capítulo do edificado;
- Início do tratamento dos dados relativos ao capítulo do edificado;

Semana de 9 a 11 de Março (Dias 7 e 8 de Março – Tolerância de Ponto)

- Conclusão do tratamento dos dados relativos ao capítulo do edificado;
- Início da redacção do capítulo dedicado ao edificado;

- Cerimónia de entrega do Prémio Beatriz Ângelo (prémio atribuído anualmente a pessoa individual ou colectiva com boas práticas e mérito no campo da inclusão social – 10 de Março);
- Revisão de dados relativos ao capítulo dos transportes e mobilidade;
- Revisão do capítulo dos transportes e mobilidades por parte da Prof. Margarida Queirós;
- Recepção de novos dados relativos ao capítulo da educação e parque escolar (dados que incluíam alguns erros e omissões);
- Chegada de dados relativos à freguesia de Caneças (11 de Março);
- Conclusão da redacção do capítulo relativo ao edificado;

Semana de 14 a 18 de Março

- Entrega dos capítulos relativos ao edificado e transportes e mobilidade para apreciação por parte da coordenadora;
- Início do tratamento dos dados relativos à educação e parque escolar;
- Procura e recolha no sítio online do INE de dados relativos à imigração no concelho;
- Início da redacção do capítulo relativo à educação;

Semana de 21 a 25 de Março

- Conclusão da redacção do capítulo da educação com os dados disponíveis;
- Novo pedido de dados às escolas secundárias para aprofundamento e alargamento do capítulo relativo à educação (21 de Março);
- Início da revisão e correcção ao capítulo relativo ao emprego e formação;
- Novo pedido de dados ao Departamento de Acção Social;
- Recepção de dados de algumas escolas secundárias (Escola Secundária de Odivelas - 25 de Março);
- Criação de gráficos para enriquecimento do capítulo relativo ao emprego e formação;
- Revisão do capítulo da educação de acordo com os novos dados recebidos;
- Revisão do capítulo do emprego e formação;

Semana de 28 de Março a 1 de Abril

- Conclusão da revisão do capítulo do emprego e formação;
- Revisão do capítulo da educação;
- Recepção de dados da Escola Profissional Agrícola Da Paiã (29 de Março);
- Tratamento e enquadramento dos dados da Escola Profissional Agrícola da Paiã;
- Recepção de dados da Escola Secundária da Ramada (1 de Abril);
- Reestruturação do capítulo da educação com os dados mais recentes recebidos das Escolas Secundárias;

Semana de 4 a 8 de Abril

- Conclusão e início da revisão e correcção do capítulo da educação;
- Reorganização do capítulo do emprego e formação com dados relativos ao mapa de pessoal da Câmara;
- Conclusão do capítulo do emprego e formação;
- Entrega para apreciação da coordenadora dos capítulos relativos à educação e emprego e formação;
- Consulta de referências para enriquecimento da componente estratégica do PMIGO;
- Reunião e debate acerca dos elementos que devem constituir a componente estratégica e orientadora do PMIGO;

Semana de 11 a 13 de Abril (dias 14 e 15 – Formação na CIG em Sesimbra)

- Correcção e reenquadramento de vários dados em diversos capítulos;
- Breve revisão de alguns capítulos;
- Produção de texto introdutório e de enquadramento para os capítulos do desporto, solidariedade social, cultura, política e saúde;
- Reorganização de alguns gráficos em diversos capítulos;

Semana de 18 a 20 de Abril (21 de Abril Tolerância de Ponto; 22 de Abril Feriado)

- Recolha e compilação de possibilidades de trabalho para a componente estratégica;
- Conclusão da reorganização dos gráficos;
- Início do desenvolvimento das acções e medidas que constituirão as grelhas da componente estratégica do plano;

Semana de 26 a 29 de Abril (25 de Abril Feriado)

- Desenvolvimento dos objectivos estratégicos de cada capítulo bem como as formas de avaliação;
- Desenvolvimento e enriquecimento da componente estratégica;
- Organização das tabelas e matrizes de enquadramento das diversas acções e medidas;
- Enquadramento e análise dos possíveis parceiros por capítulo;
- Redacção da componente teórica e de enquadramento da estratégia;
- Entrega de todos os outputs para apreciação da coordenadora;

De uma forma sintética, foram estes os principais acontecimentos e tarefas ocorridos durante os 3 meses que constituíram o estágio na Câmara Municipal de Odivelas.

Pela análise do exposto, facilmente se compreende que o trabalho em equipa é essencial e é uma forma rápida e segura de, através da articulação e colaboração de toda a equipa, orientar esforços de forma individual para alcançar metas colectivas, numa lógica de apoio mútuo e colaboração. Tal pode-se comprovar nas várias vezes em que os capítulos foram alterados e revistos, seja devido à recepção de dados mais recentes ou actualizados, seja devido à constante contribuição dos diversos elementos que compõem a equipa. Desta forma é também pertinente definir um cronograma que obrigue a encerrar os diversos capítulos e a não permitir um trabalho redundante e demasiado extenso.

De igual forma é importante contar com uma liderança activa e interventiva, conhecedora profunda dos processos de gestão e comunicação da instituição, o que permite adoptar os métodos às circunstâncias específicas de cada departamento, gabinete ou parceiro.

A tudo isto deve acrescentar-se o espírito construtivo que esteve sempre patente em todos os que, de alguma forma, contribuíram para o plano e particularmente, durante os 3

meses que constituíram o estágio. Só numa lógica de debate e crítica produtiva se pode alcançar um resultado satisfatório e positivo.

Balanço Final

Feita a apresentação e discussão das tarefas que se realizaram durante o estágio é pertinente proceder-se a um balanço que permita, de alguma forma, compreender os resultados do estágio, bem como responder à questão de partida inicialmente levantada.

A frequência do estágio numa instituição pública como uma Câmara Municipal foi extremamente enriquecedora uma vez que permitiu conhecer e experienciar de forma diária toda a forma de funcionar da estrutura camarária. Para além dos ganhos pessoais que um estágio destes representa, permite também contactar de forma sistemática com as rotinas e dificuldades que uma equipa dedicada a estudos de apoio enfrenta, naquilo que se pode considerar uma vivência salvaguardada das dinâmicas do mercado de trabalho.

É também extremamente importante compreender as dinâmicas do trabalho de equipa como forma de enriquecimento pessoal. O facto de lidar com pessoas com uma formação e experiência bastante diversificadas é algo de bastante gratificante e produtivo, o que por si só já é gerador de conhecimento.

Porém, como aspecto principal, são de realçar as dificuldades que se vão encontrando ao longo da realização de um trabalho como este, que apesar de apenas ter sentido durante os 3 meses de estágio, se foram manifestando logo no início do trabalho à equipa que o realizou. Desta forma, é necessário encontrar formas criativas e responsáveis de ultrapassar todos os atritos que a organização interna de uma Câmara representa. O peso político é algo que surge de forma excessiva nos factores que podem, de alguma forma, influenciar um estudo técnico. Desta forma é fundamental contar com uma liderança experiente, capaz de contornar as dificuldades decorrentes de um trabalho extremamente alargado, onde se envolve um elevado número de gabinetes, divisões, departamentos, com todos os seus funcionários, e hierarquias, de uma ou outra forma, também incluídas.

A agilidade de processos chega a ser, em alguns casos, extremamente lenta e complexa, não existindo uma responsabilidade ou uma liderança clara a quem se possa recorrer, o que pode levar à necessidade de repensar os mecanismos de comunicação interna não só das câmaras, mas de todas as estruturas públicas. A forma de recolha dos dados é outra questão que deve ser acautelada. A diversidade social e o ganho de visibilidade das matérias sociais faz com que os métodos de recolha de dados devam ser melhorados e refinados, passando a incluir variáveis até então não consideradas.

Deve também ser considerada uma apresentação pública do documento, havendo um período de auscultação da população, onde se pretende a contribuição de todos aqueles que, por algum motivo, não puderam contribuir para o desenvolvimento do PMIGO. Este seria um passo importante para este plano e para outros estudos e documentos que se venham a realizar no futuro, já que se a população e o território são o objecto de estudo destes trabalhos, devem ser encarados como uma parte activa e integrante do trabalho de concepção, incluindo de forma activa todos aqueles que queiram participar no processo de concepção.

Apesar de tudo, o resultado do estágio é, a título individual, extremamente satisfatório. O documento que aguarda aprovação e publicação tem o potencial estratégico necessário para poder ser encarado pelos decisores como um mecanismo de apoio à tomada de decisão. Para além de incluir um conjunto significativo de medidas e acções consideradas necessárias tendo em conta as dificuldades e expectativas da população, faz também um retrato suficientemente claro nas diversas escalas sobre as dinâmicas sociais e as diferentes formas destas se manifestarem sobre mulheres e homens, jovens e idosos, deficientes ou imigrantes.

Com isto pode-se acentuar a responsabilização do poder político, que conta cada vez mais com diversas formas de apoiar e justificar as decisões e, ao mesmo tempo, com a publicação de documentos deste tipo, produzidos por equipas que conhecem o terreno de forma profunda, ficam vinculados às suas próprias decisões que serão ajuizadas pelas populações que servem e que também têm uma visão particular do espaço onde vivem.

Assim, a produção de Planos Municipais para a Igualdade de Género deve ser encarado por todos os municípios como uma forma de conhecer a diversidade e particularidades sociais do seu território, podendo auxiliar de forma decisiva a justificação e orientação de investimentos públicos, na procura de uma melhor qualidade de vida para todos. De igual forma, servem para alertar a população de que a diversidade social é, cada vez mais, uma realidade incontornável do seu quotidiano, e que se for interpretada da forma certa será um factor de desenvolvimento e crescimento, ao invés de um factor de exclusão e marginalidade.

A esfera social é uma dimensão que tem necessariamente de ser enquadrada na agenda política e pessoal de todos nós, já que não é mais possível ser considerada dependente da dimensão económica, mas sim como um factor que influencia o potencial económico de uma cidade, sendo mesmo mais relevante nos momentos de crise que a esfera meramente económica, em que os mais pobres estão mais expostos às dificuldades e constrangimentos

geradores de exclusão, que, de uma ou outra forma, afectam a qualidade de vida não de alguns, mas de toda a sociedade.

ANEXO

Capítulo Relativo à “Mobilidade e Transportes” extraído do Plano Municipal para a Igualdade de Género de Odivelas (PMIGO), coordenado pela Senhora Conselheira Municipal para a Igualdade, Doutora Eduarda Barros

Aguarda Aprovação e Publicação

1.5. Mobilidade e Transportes

A mobilidade é transversal nas políticas locais e de particular importância no combate à discriminação e igualdade de género. Cada vez mais existe a necessidade das pessoas se deslocarem, competindo às autarquias a satisfação desta exigência social através de um planeamento municipal que procure criar um espaço acessível por todos e para todos.

A diversificação e variedade dos modos de vida fizeram com que os circuitos de deslocação das pessoas se tenham tornado bastante complexos, sendo parte importante no processo de conciliação entre a vida profissional e familiar. Desta forma, é pertinente abordar a mobilidade num documento direccionado para as questões da promoção da igualdade de género abrangendo o domínio dos transportes e mobilidade como parte integrante do processo de conciliação e como contributo para combater as desigualdades entre mulheres e homens.

Partindo do pressuposto de que existem, de facto, diferenças nos tipos de deslocação e necessidades específicas para homens e mulheres, torna-se relevante conhecer e compreender essas dinâmicas. Trabalhos como o *“Género, Território, Ambiente”* que desencadearam um *“Estudo de Diagnóstico e Criação de Indicadores de Género”* e um *“Guia para o Mainstreaming de Género”* em Fevereiro de 2009, realizados pelo Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território para a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, defendem que, seja pelo facto de se deslocarem mais a pé e/ou de transportes públicos, seja por efectuarem um percurso com mais paragens ou deslocações internas como, por exemplo, ir buscar os filhos à escola ou fazer compras para o lar, existe nas mulheres a tendência para trabalhar mais próximo de casa, apesar de terem um tempo associado à deslocação pendular superior, em média, ao dos homens. Tal não está dissociado do facto de serem, principalmente, os homens que utilizam e conduzem o automóvel familiar pelo facto de trabalharem, tendencialmente, mais longe de área de residência, apesar de o percurso que efectuam

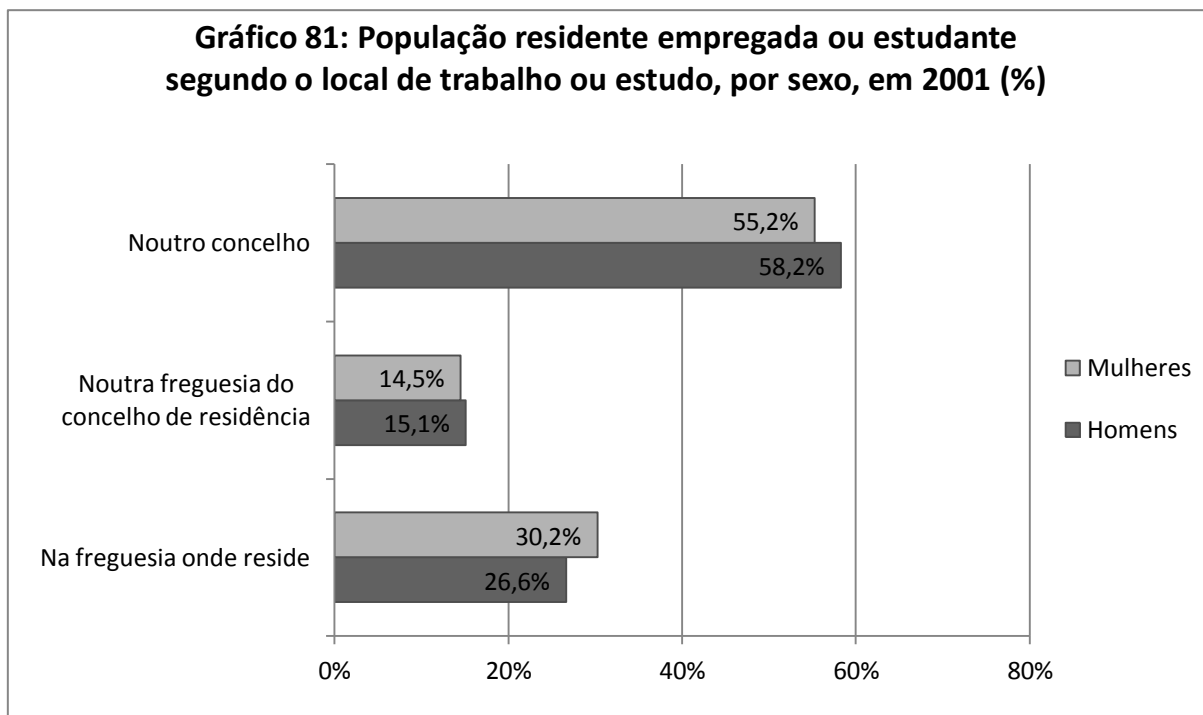
ser directamente de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Estas são as principais tendências a ter em conta na abordagem a esta temática, especialmente se for tida em conta a pertinência da conciliação e usos de tempo e a sua relação com o território em análise.

O espaço condiciona fortemente as vivências sociais e humanas e o seu potencial e limitações devem ser tidas em conta na projecção e concepção das medidas relacionadas com a mobilidade e acessibilidade. Num concelho integrado numa Área Metropolitana, onde existe uma forte polarização, esta questão assume um papel de relevo, já que estão em causa questões económicas, relacionadas com o desfasamento entre as áreas habitacionais e as bolsas de emprego, com todas as consequências sociais que daí advêm. Urge repensar o sistema de transportes, devendo o mesmo ser encarado como uma questão social, que ultrapassa a mera deslocação de um local a outro, já que o tipo de utilização feito por mulheres e homens é bastante distinto e variado.

No contexto actual é absolutamente fundamental garantir a satisfação das necessidades de deslocação e transporte da população, procurando alcançar uma mobilidade sustentável e equilibrada, através do reconhecimento da sua importância e peso nas actividades de vida diária. É este o factor que deve determinar a concepção e execução das políticas de transporte. Através da redução do tempo gasto em deslocações, aumenta-se o tempo disponível para executar tarefas associadas à vida profissional e familiar, o que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida e, consequentemente, favorecer o desempenho da pessoa enquanto membro activo da sociedade. Para tal, é necessário observar e acautelar as diferenças existentes no tipo de utilização e necessidades entre homens e mulheres, sendo que o principal objectivo é o de libertar tempo para a concretização das restantes actividades, fomentando o bom desempenho profissional e familiar.

Assim sendo, é pertinente adoptar uma perspectiva que encare territorialmente as políticas de promoção da igualdade. Desta forma é fundamental enquadrar no espaço envolvente o concelho de Odivelas, já que esse posicionamento determina e influencia boa parte das deslocações da população, especialmente no que diz respeito ao factor emprego.

A localização de Odivelas no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um grande dinamismo económico e social, faz com que os movimentos pendulares adquiram uma importância acrescida no momento de conceber e planear a cidade. Pela análise do gráfico 80, percebe-se que perto de 55% das mulheres de Odivelas e cerca de 58% dos homens se deslocam para outros concelhos para estudar ou trabalhar. Isto pode explicar-se, em parte, devido ao potencial polarizador da cidade de



Fonte: INE, Censos 2001

Lisboa, que emprega um número significativo de pessoas que residem nos concelhos limítrofes e pelo forte dinamismo económico de toda a região da AML, favorecendo a ocorrência de maiores movimentos pendulares. O gráfico permite também confirmar a tendência, ainda que de forma algo ligeira, das mulheres trabalharem mais perto do local de residência, já que apresenta um valor superior ao dos homens que trabalham na freguesia onde residem, e inferior quando nos referimos às pessoas que trabalham fora do concelho ou numa freguesia do mesmo que não a sua de residência.

Porém, no que diz respeito ao movimento inverso, não se dá a compensação necessária para que se estabeleça um equilíbrio entre a população que trabalha ou estuda noutro concelho e a população que vem trabalhar ou estudar, diariamente, para o concelho de Odivelas, já que, segundo dados do INE, em 2001, apenas, aproximadamente, 7% da população que trabalha ou estuda no concelho tem a sua residência noutro concelho. Um valor residual quando comparado com o das pessoas que saem do concelho.

Este elevado fluxo de saída de pessoas para trabalhar ou estudar é típico das áreas urbanas periféricas, e não sendo devidamente compensado no que diz respeito às entradas pode desencadear um conjunto

de questões que importa referir de modo a que se possam criar as condições necessárias para acautelar os desequilíbrios que resultam desta forte movimentação pendular.

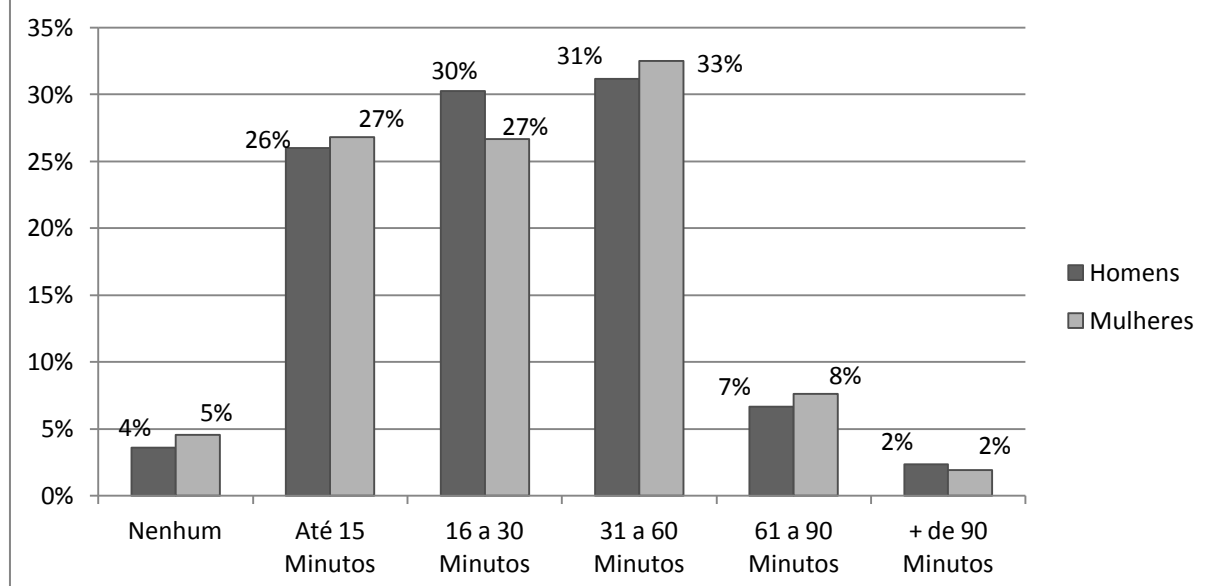
A percentagem de população que sai do concelho para estudar ou trabalhar, população activa, portanto, maioritariamente, jovens e adultos, faz com que se gere um abandono massivo da cidade durante a parte da manhã, bem como um regresso igualmente intenso ao final do dia. Isto resulta num desequilíbrio claro quer na quantidade de população que se encontra no concelho durante o dia e a noite, bem como no tipo de população, já que o estrato populacional mais envelhecido, como reformados e pensionistas se deverá manter de forma mais homogénea no município ao longo do dia.

Para além de questões de ordem técnica inerentes a este processo, como por exemplo o excesso de tráfego, levantam-se outros problemas que podem influenciar de forma determinante a qualidade de vida da população. Com esta forte componente pendular, com duração bem definida no tempo, podem levantar-se problemas relacionados com segurança e criminalidade, dificuldade de conciliação entre a vida pessoal e profissional, especialmente para famílias com filhos, redução da utilização pedonal do espaço público, e outras questões relacionadas com os usos do tempo. Estas questões aliadas ao desequilíbrio que se estabelece entre o local de residência e o local de trabalho têm um impacto negativo significativo na qualidade de vida das populações, quer naquela que se mantém em Odivelas, quer naquela que sai, diariamente, para trabalhar e estudar.

A questão relacionada com as deslocações casa – emprego – casa não se esgota na análise aos fluxos de entrada e saída no concelho, sendo também importante conhecer e reflectir sobre a duração dessas deslocações já que a quantidade de tempo disponível varia de forma significativa consoante o tempo gasto nessa movimentação.

Como se pode verificar no gráfico 82 a duração temporal das deslocações pendulares mais comum é a de 31 a 60 minutos, com cerca de 31% dos homens e 32% das mulheres a gastarem essa quantidade de tempo na sua deslocação para o trabalho ou escola. No entanto, aproximadamente 27% da população feminina e cerca de 26% da masculina gasta apenas até 15 minutos nessa deslocação. No sector temporal dos 16 aos 30 minutos os valores são semelhantes, com cerca de 26% e 30% para os homens e mulheres, respectivamente.

Gráfico 82: População residente empregada ou estudante segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo, por sexo, em 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

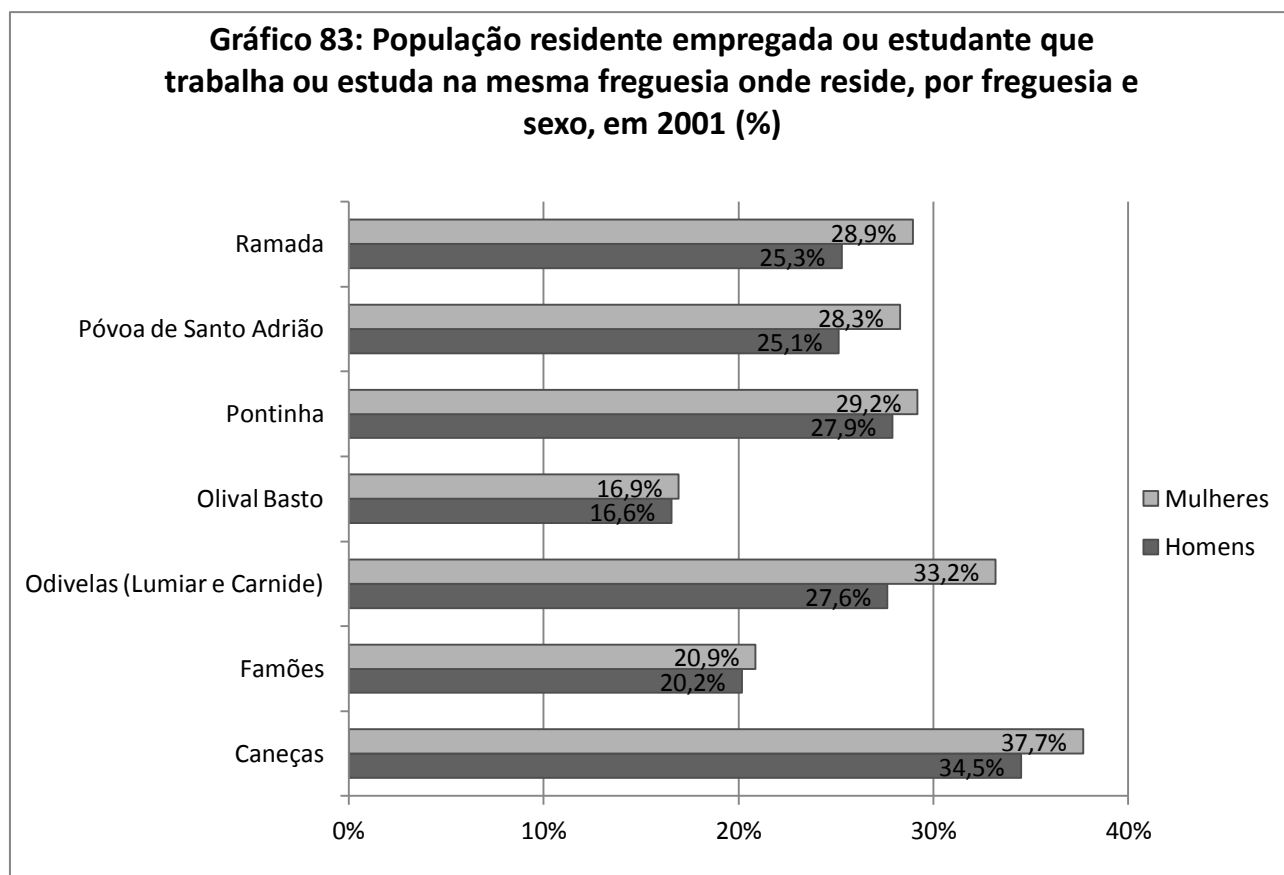
Se for tida em conta a quantidade de pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar e estudar, o tempo gasto na deslocação é bastante significativo, especialmente numa altura em que a conciliação e usos do tempo são questões cada vez mais importantes e valorizadas e influenciam de forma determinante a qualidade de vida da população.

O retrato feito até aqui tem incidido na escala concelhia, o que não permite avaliar convenientemente as dinâmicas emanadas ao nível das várias freguesias do concelho, que são distintas entre si. Assim, uma análise mais “fina” permitirá conhecer as situações particulares da realidade de cada freguesia no que à mobilidade intra-concelhia diz respeito.

Fruto das dinâmicas e das condições sócio económicas de cada espaço é natural que os padrões de mobilidade e a necessidade de transporte e deslocação sejam bastante diferentes de freguesia para freguesia. Assim, é pertinente estabelecer um quadro de análise com base nesta unidade de análise para que se possa actuar de forma efectiva, sempre de acordo com as características específicas e particulares de cada espaço territorial.

A quantidade de pessoas que sai ou se mantém na sua freguesia de residência para trabalhar ou estudar está fortemente relacionada com a disponibilidade de serviços e equipamentos, como por exemplo, escolas, sendo de esperar que nas freguesias com maior capacidade de resposta a este nível exista uma menor necessidade da população que aí reside de se deslocar para fora desta.

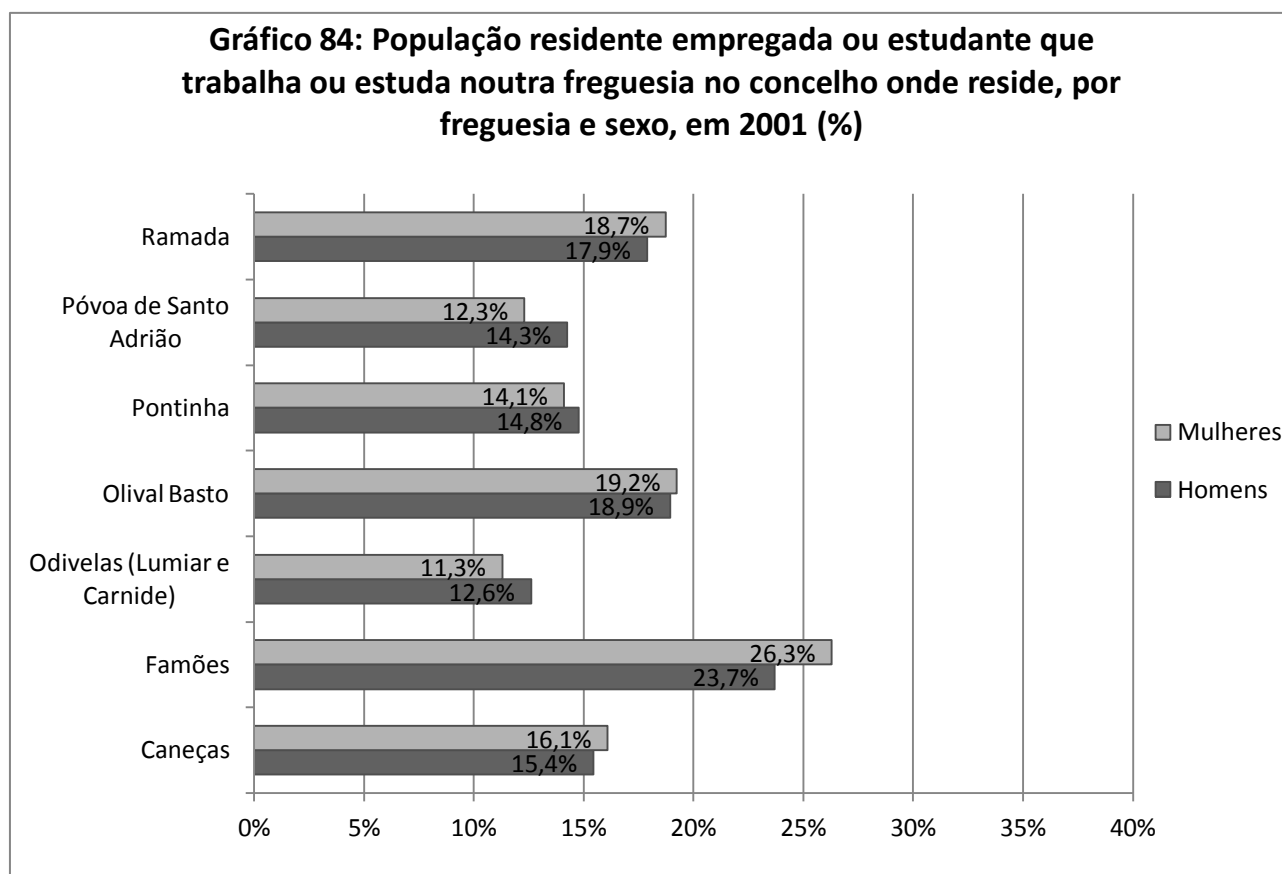
Pela análise do gráfico 83, percebe-se que Caneças é a freguesia onde a menor proporção de homens e mulheres sai para trabalhar ou estudar. Pelo contrário, no Olival Basto, apenas 16,6% das



Fonte: INE, Censos 2001

mulheres e quase 17% dos homens que residem na freguesia trabalham na mesma, o que significa que a maior parte da população tem a necessidade de sair da freguesia para trabalhar ou estudar. Com excepção de Famões, que apenas apresenta cerca de um quinto da população residente, quer para homens quer para mulheres, a trabalhar na freguesia, todas as outras apresentam valores próximos dos 30% para as mulheres e entre 25 a 28% para os homens. Factor comum a todas as freguesias é quantidade de mulheres que trabalham na freguesia onde residem ser sempre superior ao valor registado nos homens, estando, uma vez mais, de acordo com a tendência de que as mulheres trabalham mais perto de casa do que os homens.

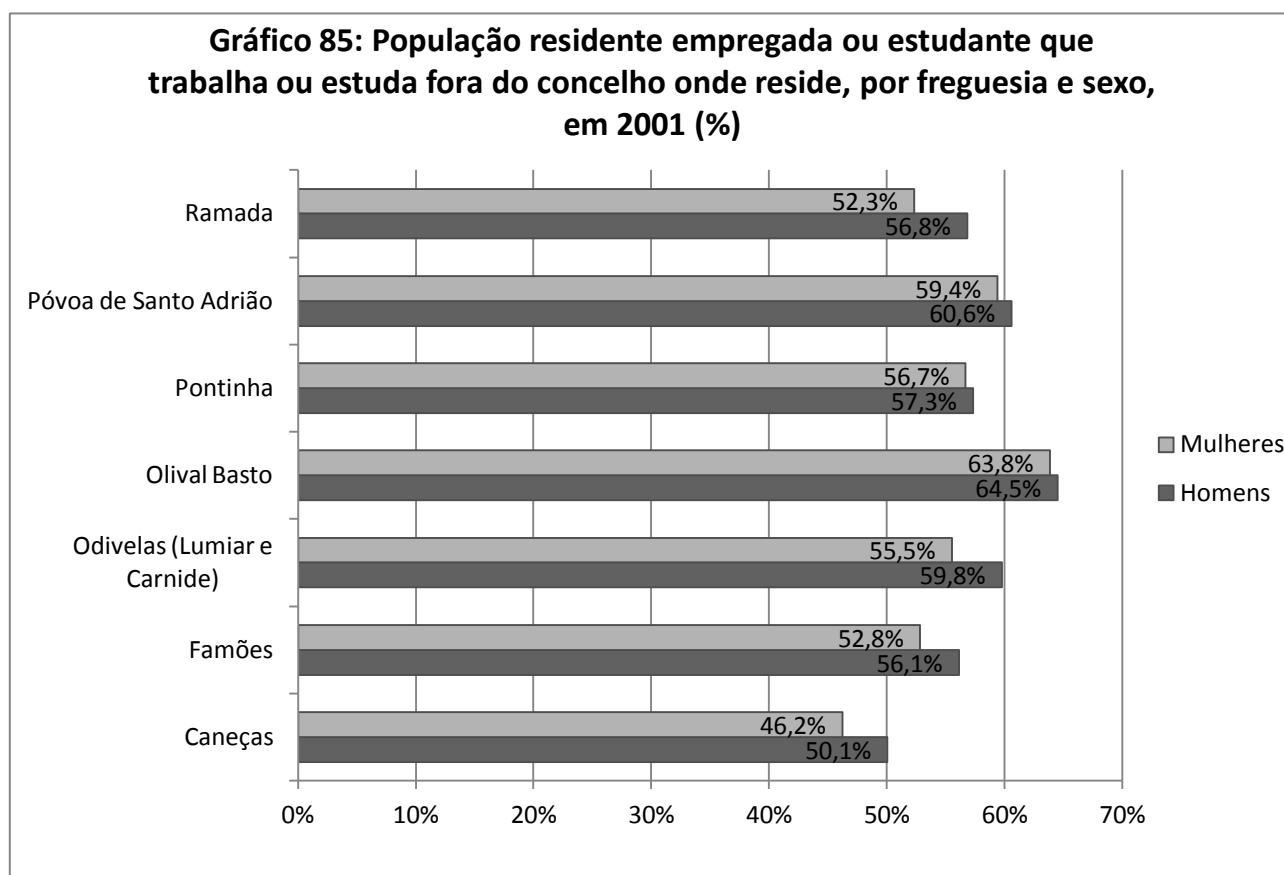
A restante população divide-se pela que trabalha ou estuda noutras freguesias do concelho que não a sua freguesia de residência e pela que se desloca para fora do concelho para realizar essas actividades sendo esta última a que apresenta valores mais significativos, segundo o gráfico 81.



Fonte: INE, Censos 2001

O gráfico 84, que referencia a população que trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho que não aquela onde reside, que, no conjunto em análise acaba por ser aquela com menor expressão nos tipos de movimentos pendulares abordados, permite-nos concluir que é em Famões que essa situação mais se verifica. Mais de 25% das mulheres deslocam-se para estudar ou trabalhar noutra freguesia, enquanto no que diz respeito ao sexo masculino essa percentagem se situa na ordem dos 23%. Todas as outras freguesias apresentam valores inferiores a 19% para mulheres e homens. Neste tipo de deslocação, são as mulheres quem mais se desloca para outra freguesia do concelho nas freguesias da Ramada, Famões, Caneças e Olival Basto, prevalecendo os homens nas restantes. É na freguesia de Odivelas que se regista a percentagem mais reduzida com 11,3% para as mulheres e 12,6% para os homens. Face a estes valores é possível perspectivar que a população que se desloca para fora do concelho assume um papel de relevo.

Observando o gráfico 85, compreende-se que, em todas as freguesias, a população que se desloca para fora do concelho é a proporção mais significativa. Sendo que no Olival Basto é onde esse valor se apresenta mais elevado, com perto de 64% para as mulheres e 64,5% para os homens, compreensível pela reduzida percentagem de população residente que também trabalha na freguesia. Em Caneças é onde se encontra o valor mais baixo, cerca de 50% para os homens e, aproximadamente, 46% para as mulheres, em função de ser aquela onde mais população residente também trabalha.



Fonte: INE, Censos 2001

Em todas as freguesias, à excepção de Caneças, mais de metade da população residente sai do concelho para trabalhar. Em Odivelas o valor para os homens ronda os 60%, sendo superado no Olival Basto e na Póvoa de Santo Adrião. Uma vez mais, torna a verificar-se a tendência de que as mulheres trabalham mais próximo da residência, já que são os homens quem apresenta valores mais significativos nas deslocações para fora do concelho para trabalhar ou estudar, deixando esta questão sublinhada de forma clara.

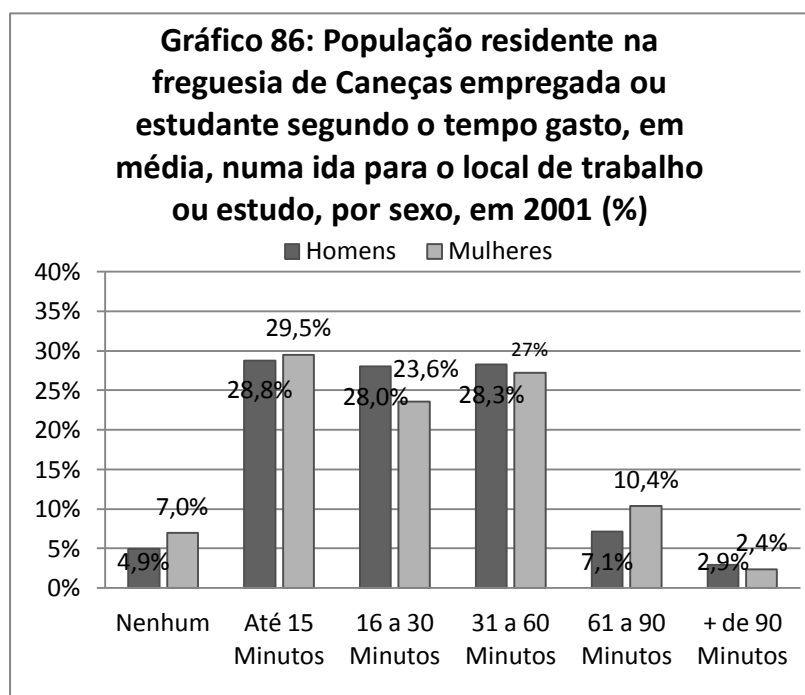
Estes dados permitem concluir que, nas freguesias do concelho de Odivelas, existe um forte componente de pendularidade associada ao emprego. Este facto tem vários reflexos nas actividades do

quotidiano e deve ser tido em conta nas várias acções e medidas a empreender pelos actores e decisores locais.

Desta forma, é importante proceder-se a uma caracterização do tempo que esta componente da deslocação pendular acarreta, já que, fruto das dinâmicas de cada freguesia e da sua localização geográfica perante o espaço envolvente, a duração das deslocações pode ser bastante diversa e distinta de freguesia para freguesia.

Será também pertinente compreender de que forma as diferenças de género se manifestam no contexto da duração desses movimentos tendo em conta que ficou demonstrado que as mulheres trabalham, tendencialmente, mais perto da sua residência o que à partida se traduzirá num período de deslocação mais reduzido, ao contrário do dos homens.

Esta análise é feita através do enquadramento dos dados em escalões de duração do movimento pendular que vão do “nenhum”, onde o tempo gasto na deslocação é bastante reduzido, até 15 minutos, de 16 a 30 minutos, de 31 a 60 minutos, de 61 a 90 minutos e, finalmente, mais de 90 minutos.



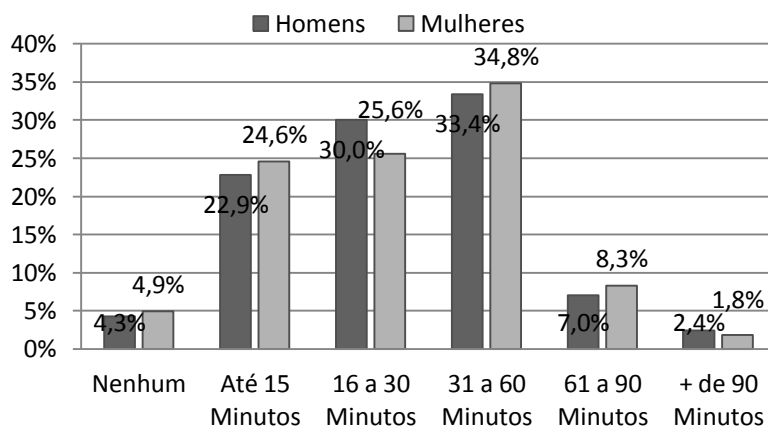
Fonte: INE, Censos 2001

Na freguesia de Caneças (gráfico 86), onde, recorde-se, se encontrava, no conjunto das freguesias do concelho, a maior proporção de população que reside e trabalha na freguesia, a duração dos movimentos pendulares mais comum é de 15 minutos, com quase 29% para os homens e 29,5% para as mulheres. No entanto não existe uma diferença significativa para o escalão de duração de 16 a 31 minutos no caso dos homens, 28%, para homens, sendo mais reduzido para as mulheres, com mais de 23,6% para mulheres. O mesmo já não se passa no escalão dos 31 a 60 minutos,

onde os valores são mais aproximados para homens e mulheres, com 28% e 27%, respectivamente. Nos escalões de duração mais significativos o número de mulheres só é maior que o de homens no escalão referente até 15 minutos, sendo inferior nos outros dois. Note-se que nenhum dos escalões chega a atingir uma proporção superior a 30% para qualquer dos sexos e que é nesta freguesia que a proporção de mulheres que demora 61 a 90 minutos a chegar ao trabalho ou escola é mais significativo, com mais de 10%.

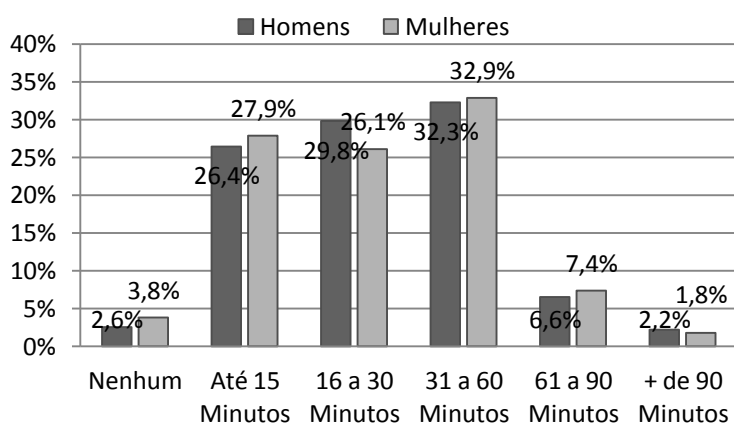
No caso de Famões, expresso no gráfico 87, o escalão de duração com maior significado é o de 31 a 60 minutos. Existindo já uma discrepância de cerca de 10% para o escalão de até 15 minutos. Esta situação será explicável pela elevada percentagem de pessoas que deixa a freguesia para ir trabalhar para outras freguesias ou para fora do concelho, sendo que no somatório desses dois tipos de movimentos esta seja das freguesias com maior peso. Daí que 34,8% das mulheres e 33,4% dos homens demorem entre 31 a 60 minutos na sua deslocação para o trabalho ou escola, com este escalão a ultrapassar o valor dos 30% para ambos os sexos. No escalão dos 16 a 30 minutos, o valor para o sexo masculino alcança os 30%, enquanto o do sexo feminino se situa nos 25,6%.

Gráfico 87: População residente na freguesia de Famões empregada ou estudante segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo, por sexo, em 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

Gráfico 88: População residente na freguesia de Odivelas empregada ou estudante segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo, por sexo, em 2001 (%)

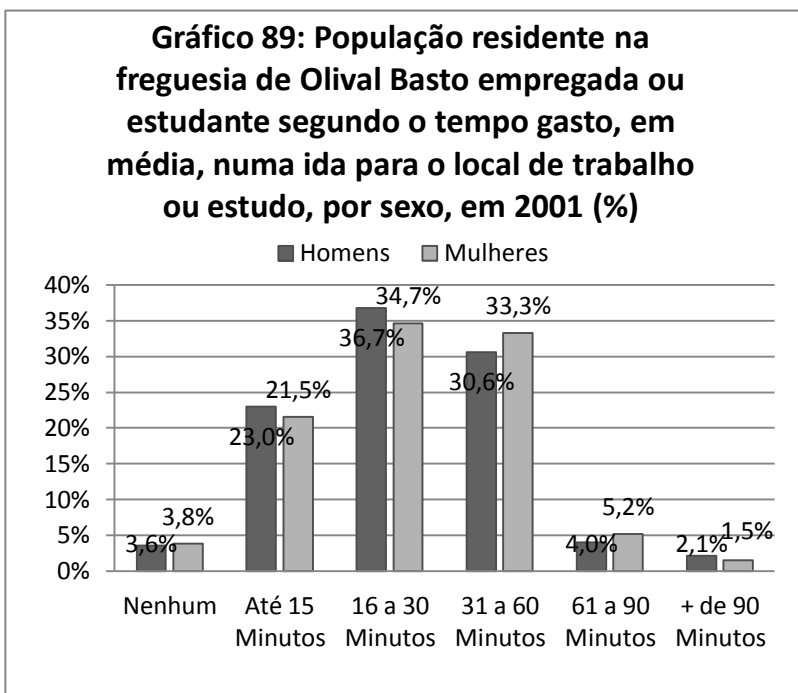


Fonte: INE, Censos 2001

Passando à freguesia de Odivelas, ilustrada no gráfico 88, o escalão mais relevante é, igualmente, o de 31 a 60 minutos, apesar de haver uma maior distribuição pelos outros escalões. Estes valores são explicáveis pelo facto de, nesta freguesia, a maior parte da população ou trabalhar na freguesia ou fora do concelho, pelo que a população se distribui, principalmente pelos escalões de até 15 minutos, com pouco mais de 26% para homens e quase 28% para mulheres, de 16 a 30 minutos com cerca de 30% para os homens e 26% para as mulheres e, finalmente de 31 a 60 minutos com valores acima dos 32% para ambos os sexos.

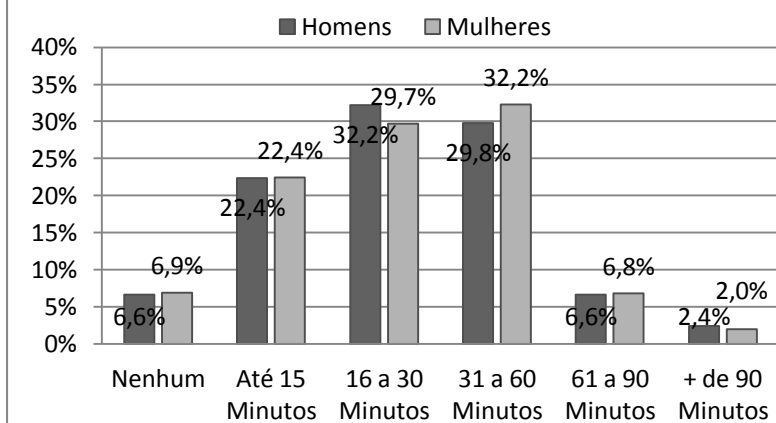
finalmente de 31 a 60 minutos com valores acima dos 32% para ambos os sexos.

No Olival Basto (gráfico 89) a situação é necessariamente distinta no que diz respeito à distribuição pelos escalões de tempo gasto na ida para o trabalho. No caso desta freguesia uma parte importante da população (63,8% dos homens e 64,5% das mulheres) trabalha fora do concelho, sendo bastante reduzido o valor das pessoas que residem e trabalham na freguesia. Assim os escalões temporários mais representativos são o de 16 a 30 minutos e o de 31 a 60 minutos, onde ambos os sexos registam valores sempre acima dos 30%. No mais significativo, de 16 a 30 minutos, o valor das mulheres cifra-se nos 34,7% e o dos homens supera largamente os 36,7%. No escalão compreendido entre os 31 minutos e a hora de duração o valor das mulheres (33,3%) é superior ao dos homens (30,6%). O escalão de mais de 90 minutos é o mais reduzido para ambos os sexos, no conjunto das freguesias.



Fonte: INE, Censos 2001

Gráfico 90: População residente na freguesia da Pontinha empregada ou estudante segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo, por sexo, em 2001 (%)

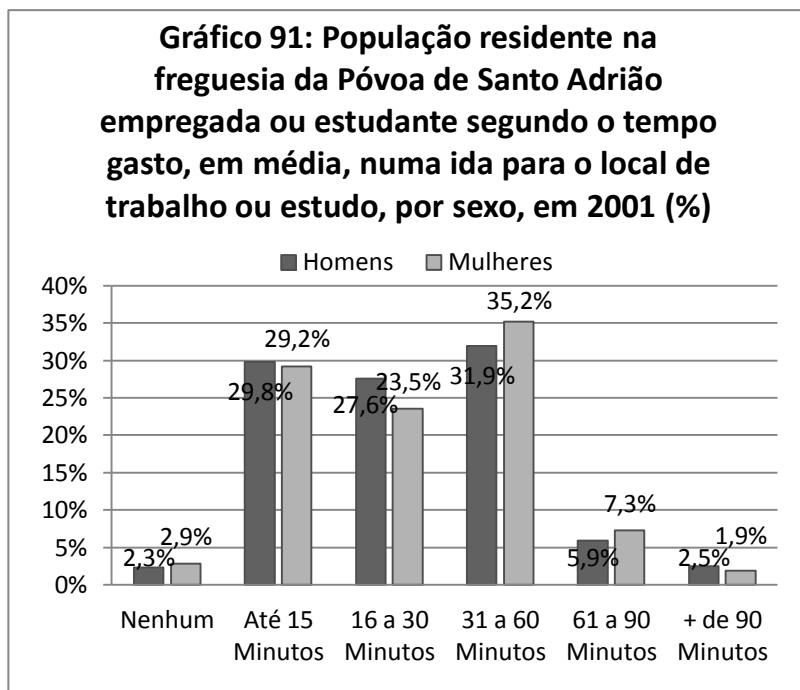


Fonte: INE, Censos 2001

No que se refere à freguesia da Pontinha os escalões mais relevantes são, igualmente, os de 16 a 30 e de 31 a 60 minutos, com, aproximadamente, 32 % para homens e 30% para mulheres e 29% para o sexo masculino e 32 para o sexo feminino, respectivamente. Recorde-se que na freguesia da Pontinha mais de 56% dos homens e mulheres trabalham fora do concelho, enquanto cerca de 29%, das mulheres e 28% dos homens trabalha na própria freguesia. Esta

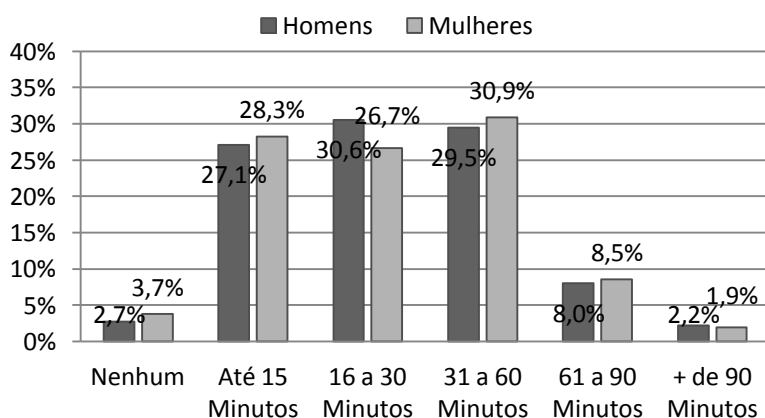
situação tem como resultado a distribuição pelos vários escalões de tempo referida no gráfico 90, onde a população que gasta até 15 minutos é semelhante para ambos os sexos, 22,4%, e algo reduzida tendo em conta o peso dos dois escalões mais representativos e o facto de mais de um quarto da população masculina e feminina trabalhar e residir na freguesia.

Abordando a freguesia da Póvoa de Santo Adrião (gráfico 91) o escalão de até 15 minutos apresenta um peso mais significativo em detrimento da classe que se refere aos 16 a 30 minutos, principalmente em relação ao sexo feminino (29,2% e 23,5%, respectivamente). A percentagem de população que demora muito pouco tempo (nenhum) na sua deslocação para a escola ou trabalho é extremamente reduzida, sendo o valor mais baixo no conjunto das freguesias, o que contribuirá para o facto do escalão até ao quarto de hora ser dos mais significativos na globalidade, com quase 30% para os homens e cerca de 29% para as mulheres. Apesar de tudo, o escalão mais representativo é, uma vez mais o dos 31 a 60 minutos com quase 32% e 35% para homens e mulheres respectivamente. Recorde-se que 28,3% das mulheres e 25,1% dos homens que residiam na freguesia também nela trabalhavam e que, praticamente, 60% dos homens e mulheres trabalham fora do concelho.



Fonte: INE, Censos 2001

Gráfico 92: População residente na freguesia da Ramada empregada ou estudante segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo, por sexo, em 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

Finalmente, a freguesia da Ramada apresenta valores bastante homogéneos entre os três principais níveis de duração temporal, tal como é visível no gráfico 92. É de assinalar que esta é a freguesia onde o escalão dos 61 a 90 minutos é mais elevado no caso dos homens, situando-se na ordem dos 8%. Apesar disso, quase 31% dos homens demora

16 a 30 minutos na sua deslocação, enquanto perto de 30% das mulheres demoram 31 a 60 minutos, sendo estes os valores mais elevados para cada sexo. Nesta freguesia, mais de um quarto dos homens e cerca de 29% das mulheres que lá residem também lá trabalham. Já no que se refere à proporção de indivíduos que saem para fora do concelho, esta encontra-se na ordem dos 52,3% para as mulheres e 56,8% para os homens.

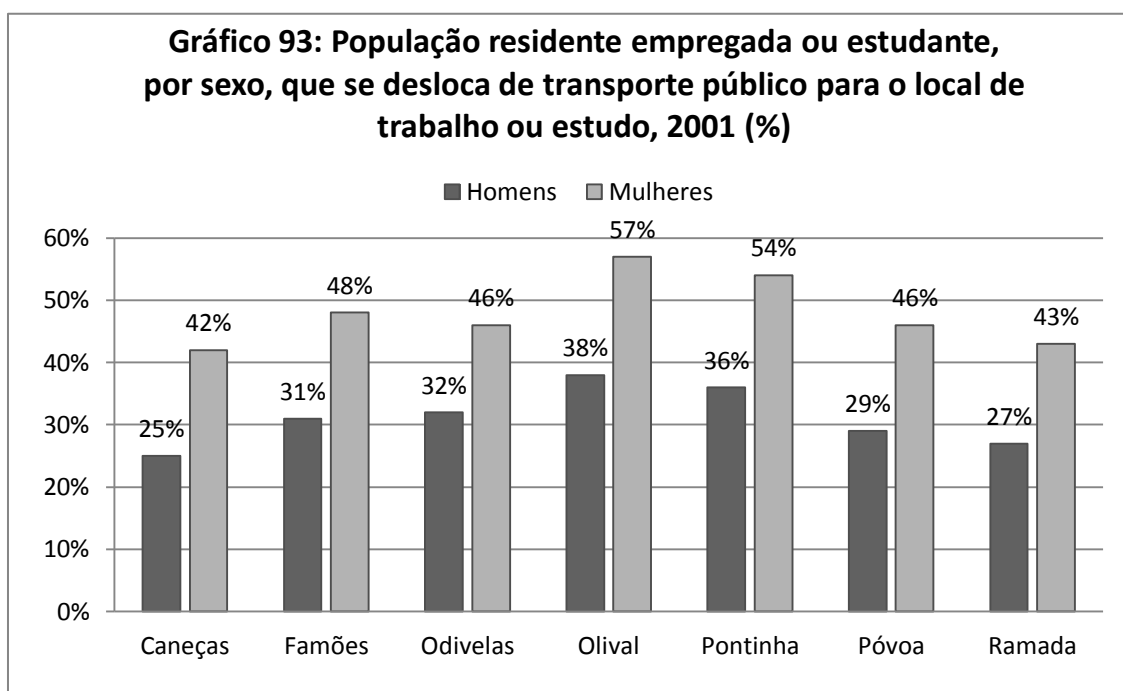
Em termos gerais, o que se pode concluir desta análise sobre os tempos de duração dos movimentos pendulares por freguesia é que as mulheres apresentam, em todas as freguesias à excepção da de Caneças, valores superiores ao dos homens no escalão dos 31 a 60 minutos, o mais significativo neste conjunto. No escalão dos 61 a 90 minutos essa situação torna-se a repetir sendo, neste caso, comum a todas as freguesias sem excepção, apesar de não ter um peso muito significativo face aos escalões mais representativos. O equilíbrio entre os dois sexos é mais claro na categoria de até 15 minutos, não havendo grandes diferenças ou uma tendência clara para qualquer um dos sexos entre as várias unidades territoriais em questão. No escalão “Nenhum”, onde o tempo de duração da deslocação é bastante reduzido, as mulheres surgem, em todas as freguesias, com valores superiores aos registados no caso dos homens. O escalão onde o sexo masculino tem valores superiores ao das mulheres é no dos 16 a 30 minutos, em todas as freguesias. Finalmente, o escalão de mais de 90 minutos não apresenta valores significativos, atingindo o seu valor mais relevante freguesia de Caneças 2,9% para os homens e 2,4% para as mulheres.

No conjunto da análise, o escalão mais significativo é o de 31 a 60 minutos nas freguesias de Famões, Odivelas e Póvoa de Santo Adrião para ambos os sexos. Pontinha e Ramada apresentam valores muito divididos entre os 31 e 60 e os 16 a 30 minutos, não se podendo estabelecer uma pertença clara a qualquer um dos escalões temporais. A excepção é a freguesia de Caneças, onde as mulheres e homens que gastam até 15 minutos têm o maior peso sendo essa a categoria temporal mais relevante.

Posto isto, é pertinente proceder-se a uma análise que envolva o modo de transporte utilizado, onde também existem claras diferenças entre homens e mulheres.

Esta temática foi já focada em alguns estudos e trabalhos académicos, o que permite perspectivar as dinâmicas inerentes a esta questão, e, especialmente, sobre as diferenças existentes na utilização dos vários tipos de transporte por parte de mulheres e homens, tendo em conta os diferentes papéis e responsabilidades sociais. Para tal, é feita uma análise por tipo de transporte, sendo que foram incluídos, no transporte público o autocarro, o eléctrico e o metropolitano e no particular o automóvel (como condutor ou passageiro) e os motociclos ou bicicletas.

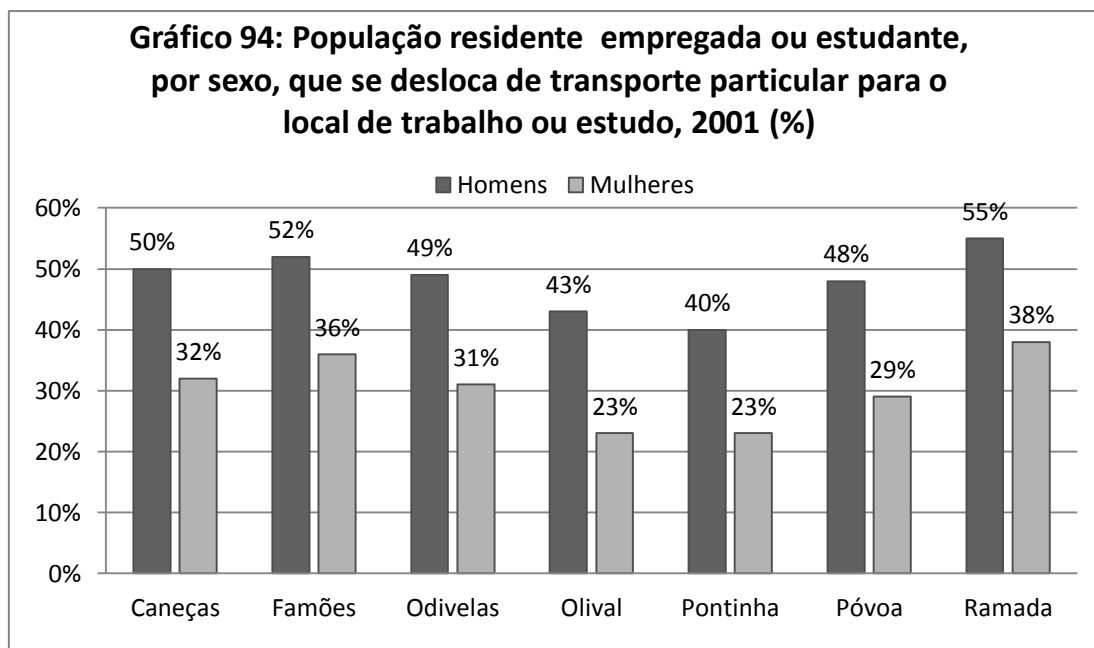
O gráfico 93, que ilustra a proporção da população de cada freguesia que utiliza o transporte público, permite concluir que, em todas as freguesias, são as mulheres quem mais utiliza este tipo de transporte, com o valor mais alto a pertencer à freguesia do Olival Basto, com 57% das mulheres, e o mais reduzido na freguesia de Caneças, com 42%. No caso dos homens, é também nestas duas freguesias, que são encontrados os valores mais elevado e baixo, respectivamente. Perante a situação de distribuição de emprego é natural que os valores de utilização do transporte público sejam mais significativos no



Fonte: INE, Censos 2001

Olival Basto. Pelo contrário, em Caneças, onde 37,7% das mulheres e 34,5% dos homens que lá residem também lá trabalham, apresenta-se um valor de utilização de transporte público menos significativo, o que será justificado devido a uma menor distância média do local de residência ao local de trabalho, o que poderá permitir que esse percurso seja percorrido a pé (ver gráfico 95). A maior diferença entre homens e mulheres regista-se na freguesia de Olival Basto, já que, em termos comparativos, são mais 19% de mulheres que se deslocam de transporte público comparativamente aos homens. A diferença menos significativa regista-se em Odivelas, ainda que, mais 15% de mulheres anda de transportes públicos que os homens.

No caso do transporte particular, as diferenças entre homens e mulheres são igualmente evidentes. O sexo masculino é o principal utilizador do transporte particular na deslocação para o trabalho ou escola, confirmando a tendência verificada para a utilização do transporte público ser feita maioritariamente por mulheres sendo que os homens se deslocam mais em transporte particular.



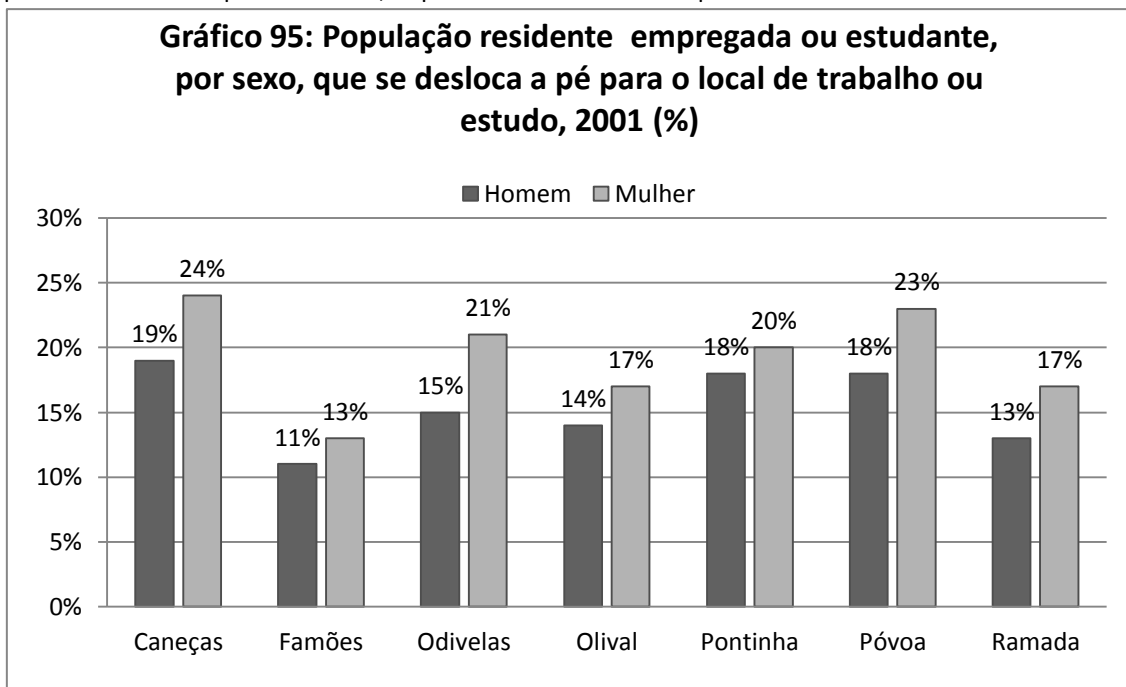
Fonte: INE, Censos 2001

É na freguesia da Ramada que se encontra a maior proporção de homens e mulheres que utilizam o transporte particular na sua deslocação, com 55% e 38% respectivamente. Já na freguesia da Pontinha, apenas 40% dos homens e 23% das mulheres se desloca de transporte particular para o trabalho ou escola, sendo o valor mais baixo no conjunto das freguesias em análise para ambos os sexos, apenas igualado pelo Olival Basto no caso das mulheres. Neste caso, torna-se possível perceber que no Olival Basto e na Pontinha a utilização do transporte público é feita em detrimento do transporte particular, já que são as freguesias com menor proporção de utilização do meio de transporte próprio, optando pelo transporte público, onde se registam os valores mais significativos. Apesar disso, é também no Olival Basto que se regista a maior discrepância entre homens e mulheres na utilização do transporte particular, situando-se essa diferença na ordem dos 20%. Nestas duas freguesias Em Famões e na Pontinha, é onde essa diferença é mais reduzida, encontrando-se nos 17%.

Para além destes dois tipos de meios de transporte existe um terceiro que é viável nas deslocações de curta distância, ou seja, nos casos das pessoas que residem e trabalham na mesma freguesia, sendo então pertinente abordar a quantidade de pessoas que se deslocam a pé para o trabalho ou para a escola.

O gráfico 95 evidencia, uma vez mais, que são as mulheres quem mais se desloca a pé. O valor mais elevado regista-se, tanto para homens como para mulheres, na freguesia de Caneças, já que é nessa freguesia que se encontra a percentagem mais elevada, no conjunto dos territórios em questão, de população que trabalha na freguesia de residência. Pelo contrário, em Famões, apenas 11% dos homens e 13% das mulheres se deslocam a pé, no que é o valor mais baixo do conjunto territorial em análise, compreensível pelo facto de quase 70% das mulheres e homens trabalharem ou noutra freguesia do concelho ou fora deste, o que inviabiliza uma deslocação pedonal.

É também nessa freguesia e na Pontinha que se registam as menores diferenças entre homens e mulheres, sendo de 2% para ambas. Na freguesia de Odivelas é onde existe maior diferença, com 15% para homens e 21% para mulheres, o que se traduz numa discrepância de 6%.



Fonte: INE, Censos 2001

Com base na análise dos dados expostos e através da relação que se estabelece entre o local de trabalho, tipo de transporte e duração dos movimentos pendulares, é possível compreender a dinâmica que se estabelece tendo por base as diferenças entre homens e mulheres.

É importante conhecer e compreender estas dinâmicas sociais, nomeadamente a sua espacialização e as diferentes formas de se manifestarem de território para território, sob pena de se negligenciar a existência de diferenças naturais que se estabelecem entre homens e mulheres, fruto das especificidades e particularidades diferenciadas que resultam dos papéis sociais definidos com base no género. O território intervém de forma determinante na manifestação destes comportamentos, já que vão determinar, de uma ou outra forma as necessidades e as respostas encontradas pela população na satisfação das suas necessidades económicas e sociais. No entanto, nunca são dissolvidas as diferenças que estão estabelecidas nos comportamentos e padrões de vida dos homens e das mulheres, necessariamente diferentes entre si, e expressos em todos os campos e domínios do quotidiano e das actividades de vida diária, como ficou claro nesta análise com base na mobilidade e necessidade de transporte.